

**ROBERTO LEHER**

# AUTORITARISMO CONTRA A UNIVERSIDADE



O DESAFIO DE POPULARIZAR A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



expressão  
POPULAR



# AUTORITARISMO CONTRA A UNIVERSIDADE:

O DESAFIO DE POPULARIZAR  
A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



**ROBERTO LEHER**

# AUTORITARISMO CONTRA A UNIVERSIDADE:

O DESAFIO DE POPULARIZAR  
A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



expressão  
POPULAR

*Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*  
[cc] Fundação Rosa Luxemburgo, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Leher, Roberto.

L522a Autoritarismo contra a universidade : o desafio de popularizar a defesa da educação pública / Roberto Leher. – 1.ed. – São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p. – (Emergências).

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.  
ISBN 978-85-7743-376-6  
ISBN 978-85-68302-15-6

1. Universidade pública. 2. Ensino superior.  
3. Universidade e autoritarismo. I. Fundação Rosa Luxemburgo. II. Título. III. Série.

CDU 378

---


Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250


“Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)”.

“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de ‘Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas’ (BY-NC-ND)”



EDITORA EXPRESSÃO POPULAR  
Rua Abolição, 201 – Bela Vista  
CEP 01319-010 – São Paulo – SP  
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500  
[livraria@expressaopopular.com.br](mailto:livraria@expressaopopular.com.br)  
[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)


 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

Rua Ferreira de Araújo, 36  
05428-000 São Paulo SP – Brasil  
Tel. (11) 3796-9901

[info.saoPaulo@rosalux.org](mailto:info.saoPaulo@rosalux.org)

[www.rosalux.org.br/](http://www.rosalux.org.br/)

 [@RosaluxSaoPauloBuenosAires](https://www.facebook.com/RosaluxSaoPauloBuenosAires)



# SUMÁRIO

Introdução: desvendar o enigma do desmonte .....	9
A ofensiva reacionária contra a universidade, a ciência, a tecnologia e a cultura .....	21
Sistemas de acumulação, autonomia universitária e luta pelo pensamento crítico .....	37
Universidade, ciência e tecnologia no capitalismo dependente .....	89
Mercantilização da educação .....	155
Resistências requerem pedagogia crítica .....	177
Notas .....	205
Para saber mais .....	209
Referências bibliográficas .....	213
Sobre o autor .....	231





## COLEÇÃO EMERGÊNCIAS

Debates urgentes, fundamentais para a compreensão dos problemas brasileiros, com enfoques quase sempre invisibilizados. Essa é a proposta da Coleção Emergências, uma iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo e da Editora Expressão Popular. Há um volume gigantesco de dados e notícias em circulação que nos traz uma falsa ideia de acesso aos temas que pautam a vida política do país. Mas boa parte deste conteúdo é produzido e veiculado pelos donos do poder econômico, que elegem o que deve ser visto e informado de acordo com seus interesses. Por isso, é essencial ampliarmos as maneiras de enfrentar esse ponto de vista único e pautar, com profundidade, temas de relevância para o povo brasileiro.

Nossa Coleção se propõe a discutir questões cruciais para o Brasil a partir de perspectivas pouco divulgadas nos meios de comunicação comerciais. Cada obra não pretende ser a última palavra sobre o tema, mas o ponto de partida para estimular debates e novas leituras. Só entendendo nossa realidade iremos transformá-la. Daí Emergências. Emergências porque é preciso refletir sobre o mundo que vivemos. Já não temos condições de ignorar a gravidade das crises econômica, social, ambiental, política. Emergências porque já não se pode mais insistir em velhas respostas. Emergências porque não podemos mais esperar.





INTRODUÇÃO:  
DESVENDAR  
O ENIGMA DO  
DESMONTE



AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES MASSIVAS CONTRA AS POLÍTICAS do governo Bolsonaro tiveram como tema central a educação, mais precisamente, as universidades públicas. Os protestos de 15 de maio de 2019, seguidos pelo atos do dia 30 de maio e 13 de agosto, expressaram a indignação de estudantes e servidores contra os ataques às instituições federais e, genericamente, à cultura, à ciência e à educação básica, como se depreende da participação relevante de estudantes secundaristas.

O que levou o governo federal a privilegiar como arena de conflito a educação, a ciência e a cultura? Este livro da Coleção Emergências, uma luminosa iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo e da Editora Expressão Popular, está organizado em torno de uma nervura central – a conexão entre o capitalismo dependente, o bloco no poder e a educação – a partir da qual o autor busca tornar pensável esta pergunta e outras inquietações, como a situação paradoxal de, no século XXI, em um contexto em que o conhecimento assume um lugar tão estratégico para o sistema de Estados que compõe o núcleo do imperialismo, assistirmos à sistemática desconstrução de toda inteligência incorporada na aparelhagem estatal.

No período da ditadura empresarial-militar, conforme observou Florestan Fernandes (1975a), foi erigido um Estado incrustado por nichos de conhecimento operacionais ao capitalismo monopolista,

sobretudo nas empresas estatais, em domínios complexos como energia nuclear, satélites, petróleo, engenharia pesada, aviação, metalurgia, e também no Banco Central, Ministério da Fazenda, Receita Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e em autarquias e fundações públicas, como as universidades federais, escolas técnicas federais e os institutos de pesquisa vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O enigma é desconcertante. O núcleo econômico do governo Bolsonaro, ultraneoliberal, é constituído pelos representantes dos bancos e das organizações financeiras, em tese, setores modernos e internacionalizados, ao lado do agronegócio exportador e de atacadistas, igualmente com pretensão cosmopolita. Individualmente, nenhum de seus agentes se apresentaria ao mundo como agentes do irracionalismo e *negacionistas* de todas as grandes evidências científicas que marcam o tempo atual; contudo, com seu silêncio, e com suas ações contra a educação, a ciência e a cultura, estão irmanados com grupos fundamentalistas – pentecostais e neopentecostais –, a extrema direita que sustenta um complô do comunismo internacional liderado pela China contra o Ocidente, e com adeptos de seitas de difícil definição que estão imbuídas do propósito de destruir o chamado marxismo cultural, tal como ocorrera no fascismo e, mais precisamente, no nazismo.

O que é enigmático não é a complementaridade de propósitos, afinal, como dizem os setores dominantes em tempos de crise, alguém tem que sujar as mãos e o governo Bolsonaro foi apoiado para isso. O núcleo econômico assume uma postura cínica de que os atos brutais não partem deles e que, apesar das violências e das afrontas aos direitos humanos e à democracia, tais manifestações rudes são tão somente um traço da “espontaneidade” do chefe do Executivo. O que é mais importante, prosseguem os porta vozes do bloco no poder, é que a pauta econômica e social efetivada pela violência, pela truculência e pelo irracionalismo é a necessária para o Brasil superar a crise, ou melhor, para elevar a taxa de lucro médio dos capitalistas no país.

O que causa apreensão é a crença de que no capitalismo mundial de hoje é possível um Estado desprovido de inteligência. As respostas, dramaticamente, apontam para o agravamento da autocracia burguesa discutida por Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (1975b). A recalibração das expropriações e do padrão de exploração subjacentes ao capitalismo dependente – em nova fase, ainda mais destrutiva – de fato é mais operacional com o esvaziamento científico do IBGE, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Fi-

nep, do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), das universidades, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e dos institutos vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Recusando as evidências científicas, em favor dos fatos alternativos, os dirigentes pretendem driblar a realidade objetiva em prol de um mundo concebido por seitas e por capitalistas ávidos por novas fronteiras e escalas de negócios, seja extraíndo minérios em territórios indígenas, seja promovendo queimadas na Amazônia para abrir caminho para pastagens, quer desregulamentando os direitos trabalhistas até um nível próximo ao da servidão, quer deslocando o fundo público da seguridade para bancos e fundos de investimentos.

Uma consequência desse movimento de calibragem do padrão de acumulação é que a universidade, por possuir força racionalista referenciada na ciência e por promover o uso autônomo e crítico da razão, foi colocada como um campo de ásperos conflitos, nos quais sobressaem o programa Future-se (Leher, 2019), os draconianos cortes de gastos impulsionados pela Emenda Constitucional n. 95/2016, o desrespeito às escolhas das comunidades universitárias em relação aos seus dirigentes e as agressões simbólicas contra sua comunidade e as instituições. O ataque às universidades faz parte do mesmo movimento de desativação paulatina do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), comprometendo a educação



do campo e a viabilidade de novas bases tecnológicas para a pequena agricultura. Ademais, o cerco se fecha com o sufocamento dos órgãos de fomento à pesquisa.

Os problemas são de inédita complexidade. Os desconcertantes acontecimentos no Brasil não resultam de uma sequência linear, como se os governos anteriores fossem estágios prévios e necessários de um mesmo processo. Existem descontinuidades, mudanças de escala e de intensidade que conformam outras correlações de forças. A organização do livro busca trabalhar essa complexidade em diversos planos, em cinco capítulos, que podem ser lidos de modo sequencial ou, por conveniência do leitor, em ordem livre.

O capítulo 1 contém uma análise geral sobre a forma de relação do governo Bolsonaro com a área de educação. Nele é apresentado um esboço das principais forças que disputam os rumos da educação no país, abordagem que privilegia as forças do bloco no poder, fundamentalistas, judiciário, militares. Até o momento, os educadores vinculados ao bloco no poder, especialmente os organizados no Todos pela Educação, foram rechaçados pelo Ministério da Educação (MEC) em favor da ala *olavista*, expressão relacionada à existência de um exótico ideólogo denominado Olavo de Carvalho. Até mesmo os militares tecnocratas foram afastados, inclusive com exonerações humilhantes no MEC. Os dirigentes da Capes, do MCTIC, da Finep e do CNPq estão atados em suas ações em virtude

da enorme redução de seus orçamentos, denotando perda de prestígio de suas áreas de atuação.

O capítulo 2 analisa a universidade dentro do sistema de acumulação da Industrialização por Substituição das Importações, no qual os setores dominantes tentaram harmonizar o silenciamento do pensamento crítico com o robustecimento da pesquisa e da pós-graduação nas instituições públicas, intento levado ao extremo no período da ditadura empresarial-militar que, realmente, ampliou a pós-graduação e institucionalizou um relevante aparato de ciência e tecnologia. O capítulo busca acentuar as contradições dessa expansão e, ainda, a forma específica de transição da ditadura para o regime dito de normalidade democrática como uma transição transada, transição pelo alto, que manteve o fundamental do modelo de fomento à ciência inalterado no regime pós ditatorial. As principais alterações decorreram da crise da dívida de 1982, que deflagrou a implementação do Programa de Ajuste Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional como mecanismo para consolidação das primeiras gerações do neoliberalismo no Brasil. A análise tem continuidade com o estudo das principais tendências das políticas para o ensino superior nos anos 2000, inclusive em relação ao financiamento, abordando, ainda, ataques impingidos às instituições federais e a situação orçamentária da ciência e tecnologia, indicadores necessários para comprovar a proposição da descomplexificação do Estado na gestão Bolsonaro.

Para tornar pensáveis as aparentes antinomias entre as proposições do bloco no poder sobre a educação, a ciência e a cultura – em geral, laudatórias, pois concebidas como portadoras do passaporte para o futuro do país, visto que aumentaria a competitividade da economia – e a prática efetiva da economia, como os cortes estruturais de recursos para estas áreas, apresentadas anteriormente, o capítulo 3 discute as mediações entre a universidade, a ciência e a tecnologia no capitalismo dependente. Coloca em relevo o *modus operandi* dos setores econômicos que conformam o capitalismo dependente. Em decorrência dessas práticas, nas quais coexistem tempos desiguais, a análise prossegue examinando o modo como as corporações buscam legitimação de suas estratégias empresariais por meio de ações “colaborativas” com universidades de prestígio. Frequentemente, decorrem dessas ações conflitos socioambientais com reais implicações para a ética na produção do conhecimento (Cardoso, 1994).

Outra faceta do capitalismo dependente é a debilidade do setor público. O conceito de público aqui discutido se refere a um tempo em que a correlação de forças permite a prevalência de certos direitos sociais diante do particularismo do Estado. No caso brasileiro, historicamente a universidade pública não foi consolidada como um direito universal. Nem mesmo a Constituição de 1988 abordou o tema de modo sistemático. E, por isso, a mercantilização da educação encontrou vias abertas e, ainda mais, suporte do

Estado para sua expansão. O capítulo 4 focaliza essas questões, contudo, destaca uma importante particularidade brasileira. A mercantilização da educação é impulsionada pelos fundos de investimentos que promovem abertura de capitais, tudo isso lastreado pelo fundo público auspiciado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), que concedeu isenções tributárias para o setor educacional especificamente com fins lucrativos e pela inversão direta de recursos nas privadas mercantis por intermédio do Financiamento Estudantil (Fies).

O último capítulo (5) sustenta que sem o protagonismo social dos trabalhadores, organizados em movimentos sociais, partidos e sindicatos, ampliando as lutas antimerchantis para além da comunidade universitária, pouco será possível transformar. Mais do que isso: as lutas que estão ganhando corpo em 2019 podem perder fôlego precocemente caso não incorporem os movimentos sociais. A ampliação do arco de forças é um fazer pedagógico. Gerações anteriores praticaram relações pedagógicas de cunho dialógico com os setores mais explorados e expropriados. Esse é um desafio imenso, pois, nos dias de hoje, essas interações ocorrem em espaços em que o uso autônomo e crítico da razão é interdito, como as correntes pentecostais e neopentecostais, atuando, em acepção gramsciana, como partido capaz de ganhar as massas populares para o aprofundamento do ultraneoliberalismo, tempo em que a destruição dos direitos sociais é difundida como virtude. Resgatar as

experiências pedagógicas baseadas na secularização da vida, na laicidade e no uso crítico da razão é vital para superar a barbárie. A universidade, por sua vez, no mesmo diapasão, precisa robustecer seu agir ético na produção do conhecimento, pois é a partir desse agir que ganhará a legitimidade imprescindível para seu porvir.





A OFENSIVA  
REACIONÁRIA CONTRA  
A UNIVERSIDADE, A  
CIÊNCIA, A TECNOLOGIA  
E A CULTURA





NO PERÍODO DA CAMPANHA ELEITORAL, O ATUAL PRESIDENTE DA República direcionou grande parte de suas poucas palavras para atacar as universidades públicas e a educação pública em geral. Informado pelo movimento fundamentalista denominado Escola Sem Partido (Bastista *et al.*, 2019), atribuiu às universidades públicas um lugar de doutrinação ideológica, de predominância do que a ultradireita estadunidense denominou como “marxismo cultural”, uma proposição fantasmagórica, adjetivando, pejorativamente, as humanidades. Com o fervor dos recentemente convertidos, acusou a comunidade universitária de comportamento sexual fora dos padrões tidos como compatíveis com a moralidade evangélica de cariz pentecostal e neopentecostal, a rigor, difundindo um moralismo que parece ter inspirado as obras de Nelson Rodrigues. Na véspera da posse, criticou o “lixo marxista” em escolas, anunciando que uma meta de seu governo seria remover qualquer traço de marxismo na educação (UOL, 2018).

Essa postura desinibiu setores do judiciário que, nos dias que antecederam o segundo turno, editaram, em todo país, de modo articulado, decisões judiciais que possibilitaram gravíssima intervenção policial nas universidades, promovendo apreensão de faixas, cartazes, computadores, interrupção de aulas e debates por forças policiais, iniciativas que foram um teste para o Estado de Direito Democrático no país.

Os acontecimentos verificados nos dias que antecederam o segundo turno das eleições presidenciais de 2018 sig-

nificaram uma ruptura na sensação de que o ambiente das universidades estava protegido. Ações policiais e paramilitares (no caso da retirada das bandeiras contra o fascismo) nos *campi* universitários, com ou sem amparo judicial, ocorreram de modo articulado em pelo menos sete estados, alcançando um grande número de instituições. A gravidade desses acontecimentos foi de tal ordem que o Supremo Tribunal Federal, provocado por ação da Procuradora-Geral da República, teve de se manifestar de modo incisivo em prol dessas liberdades. A manifestação contundente do Supremo Tribunal Federal (STF), após um longo e sentido silêncio sobre o tema, confirma que, realmente, ocorreu uma mudança de escala na afronta à autonomia universitária. (Leher, 2019a)

De fato, a sessão de 31 de outubro de 2018 do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) examinou a liminar da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 548, ajuizada pela procuradora-geral da república, Raquel Dodge, contra “decisões de juízes eleitorais que determinaram a busca e a apreensão de panfletos e materiais de campanha eleitoral em universidades e nas dependências das sedes de associações de docentes, e proibiram aulas com temática eleitoral e reuniões e assembleias de natureza políticas impondo a interrupção de manifestações públicas de apreço ou reprovação a candidatos nas eleições gerais de 2018 em universidades federais e estaduais”. A decisão do STF foi um importante contraponto da Corte Suprema que exigiu o respeito à Constituição e aos direitos fundamentais estabelecidos na Carta como a liberdade de cátedra e a liberdade de expres-

são do pensamento. O STF sustou todas as medidas judiciais que indevidamente permitiram intervenções policiais nas instituições. A decisão, unânime,<sup>1</sup> celebra os direitos fundamentais, os princípios que regem a liberdade de expressão nos domínios da educação, da ciência, da cultura e a autonomia universitária.

Nomeado, o presidente escolheu, por indicação do dito “ideólogo” de sua família, Olavo de Carvalho, Ricardo Vélez Rodríguez, um Ministro da Educação pouco afeito à ciência, à cultura e à filosofia, apesar de ser professor desta área, que, para agradar os novos dirigentes, se esmerou em ecoar esses discursos, inclusive negando a existência de um período de ditadura no Brasil, relexicalizada como um “movimento cívico”:

A história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis [...] Houve uma mudança de tipo institucional, não foi um golpe contra a Constituição à época. (Valor, 3/4/19)

Suas ações defendiam que este “fato” fosse corrigido nos livros didáticos de história, apagando a existência da ditadura.

Em poucos dias no MEC, três meses, o ministro, colombiano de nascimento, qualificou os brasileiros em viagem como canibais: “rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião”; propugnou que “as universidades devem ser reservadas para uma elite intelectual”; defendeu que “a gestão cívico-militar

(nas escolas) afasta o traficante da escola”, elogiando a ação cívica de Pablo Escobar (*sic!*): “Pablo Escobar tinha reservado campos de futebol para os jovens, e uma pequenininha biblioteca [...]. A ideia do Pablo não era consumir cocaína na Colômbia porque era produto de exportação [...]. Só com esse fato já a violência diminui estatisticamente, está comprovado” (citado por Pires e Semis, 2019). O MEC enviou mensagem às escolas pedindo que as crianças fossem perfiladas para cantar o hino nacional e que fossem gravadas, solicitando, na mensagem, que o *slogan* da campanha de Bolsonaro “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” fosse lido nas escolas.

Apesar de inicialmente apoiado por Olavo de Carvalho, Vélez rapidamente entrou em rota de colisão e passou a ser considerado pelo próprio ideólogo um “mal olavista”, isto é, um discípulo que não entendeu o alcance e profundidade da obra do personagem que o indicou. Impropérios foram dirigidos ao ministro que, por mais concessões que fizesse para agradar ao seu padrinho, demitindo vinte dirigentes considerados desafetos do ideólogo, sobretudo militares e técnicos, acabou sofrendo críticas generalizadas, inclusive da base de apoio do novo governo, e foi demitido pelo presidente.

O novo ministro, aluno de Olavo, nomeado em 8 de abril de 2019, Abraham Weintraub, igualmente contou com o aval do ideólogo da família – que o considerou um verdadeiro olavista: leu e compreendeu sua obra. Diferente do anterior, o novo ministro já

compunha a equipe que trabalhava a contrarreforma da previdência. Em seu discurso de posse sustentou o combate ao “marxismo cultural” nas universidades, em linha com o ideólogo da família presidencial. Pouco afeito ao diálogo institucional, rapidamente entrou em confronto com as universidades e até com o Congresso Nacional. Apesar da oposição ao atual governo ser minoria, acabou sendo convocado a prestar informações ao Congresso, em duas sessões que acabaram em conflito com parlamentares. Sobre o modo de lidar com a esquerda, na Cúpula Conservadora das Américas, em Foz do Iguaçu, Weintraub sintetizou: “Quando um comunista chegar para você com o papo ‘nhoim nhoim’, xinga. Faz como o Olavo de Carvalho diz para fazer. E quando for dialogar, não pode ter premissas racionais” (Estadão, 2019).

O fato é conhecido. Após anos de críticas ácidas de Gore Vidal aos livros de Norman Mailer, ambos se encontraram, casualmente, em uma festa em Nova York. Mailer não se controla e dá um murro em Vidal. Gore, ainda atordoado, se levanta e exclama: “Como sempre, faltaram-te as palavras”.

A analogia com o Brasil de hoje certamente é indevida, em virtude do talento dos dois escritores, mas nos ajuda a pensar a incomunicabilidade dos personagens da República que estão em confronto com as universidades públicas. A carência de palavras é uma dura constatação. O desconcerto decorre do fato de que as universidades atuam com base no que Habermas denomina de razão argumentativa. Socos retóricos –

por meio de adjetivações inusitadas, de críticas fora do lugar e despropositadas – não se coadunam com a vida universitária. Mas agradam a segmentos que originalmente votaram no atual governo e nutrem forte sentimento anti-intelectualista, anticulturalista e anticientificista, fração social que afirma a existência de um confuso bolsonarismo. Contudo, esta base que está sendo forjada é alimentada de ações como a promessa de Bolsonaro, feita em 29 de abril de 2019, de “tirar de Freire o título de patrono da educação brasileira”. No mesmo dia, a deputada federal Caroline de Toni, aluna de Olavo, protocolou um projeto de lei para “concretizar a promessa do presidente” (Rudnitzki, Oliveira e Fonseca, 2019).

A narrativa para desqualificar a universidade possui duas nervuras principais: 1) a crítica ideológica e 2) a acusação de que gastam demais e não estão reconhecidas como universidades de excelência, o que só seria verdade se estivessem relacionadas entre as cem melhores universidades mundiais.

Todos os que conhecem a história das universidades no Brasil e no mundo sabem que a tentativa de desqualificar as universidades brasileiras a partir da leitura de *rankings* internacionais denota incrível desconhecimento dos critérios utilizados na classificação, como a publicação em um pequeno grupo de revistas, prêmios Nobel nas instituições, dirigentes de organismos internacionais e de grandes corporações. Apenas para citar um exemplo: o Banco Mundial é dirigido por um cidadão estadunidense e o FMI por um europeu.

Ademais, os dirigentes dos organismos internacionais são definidos a partir da força relativa dos países nas relações de poder mundial. Ignora, também, a longa história das universidades estadunidenses e europeias e a curta e sofrida história das universidades brasileiras, nas quais professores foram alvos de prisões e cassações, como no período da ditadura de 1964-1980, assim como de cortes orçamentários draconianos.

Denota, principalmente, incrível desconsideração sobre os determinantes que fortaleceram, historicamente, as universidades desses países. Diferente do Brasil, os processos de revolução burguesa nos EUA, Inglaterra e França, e com especificidades, na Alemanha, abriram vias para projetos autopropelidos de nação. A industrialização, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, se deu a partir de objetivos e meios nacionais: por isso, o apoio ativo do Estado às suas grandes universidades engendrou notável fortalecimento da pesquisa nestas. Ainda nos dias de hoje, esses Estados alocam grandes somas de recursos em suas universidades. O recente anúncio do governo alemão de recriação da infraestrutura acadêmica do país, aportando bilhões de euros, se soma aos investimentos feitos nos EUA e na China. A *Harvard Management Company* declara um fundo de US\$ 37,1 bilhões (Moody, 2018), quase 3 vezes o das 63 universidades federais juntas.

As duas narrativas – ideológica e da baixa eficiência – foram condensadas no ato do ministro, do final de abril de 2019, de corte de 30% dos recursos

de três universidades federais (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Universidade de Brasília), consideradas pelo ministro como instituições que promovem “balbúrdia”, “promovem eventos políticos ou festas inadequadas” e possuem desempenho insatisfatório. Apesar da inconsistência da justificativa, flagrantemente inconstitucional, o ministro, alertado para os riscos jurídicos do uso político de recursos orçamentários, apesar de estarem previstos na Lei Orçamentária, estendeu os cortes para as demais universidades federais, cortando 30% dos recursos de todas as 63 Federais (Rede Brasil Atual, 2019). Antes, o presidente propugnou que o investimento deveria estar focalizado em áreas como veterinária, engenharia e medicina, e não nas humanidades. Em sessão no Congresso, o ministro admitiu a cobrança de mensalidades na pós-graduação *stricto sensu*, atualmente gratuita, e indicou que a opção para a expansão da educação superior é o ensino privado que, no Brasil, está sob controle de grandes fundos de investimentos.

O conjunto das ações do MEC resultaram nas duas maiores manifestações contra o governo Bolsonaro, em defesa das universidades e da educação pública: a de 15 de maio e a de 30 de maio de 2019, discutidas adiante.

Como as consequências da Emenda Constitucional n. 95/2016 alcançaram todo o orçamento federal, vislumbrando um cenário catastrófico para a educação federal e para a área de ciência e tecnologia, o MEC



lançou um pacote de medidas denominado Future-se. A ideia-chave é que as instituições devem ser refuncionalizadas como organizações de serviços para que possam iniciar o seu autofinanciamento, desobrigando o Estado federal de custear as instituições públicas sob sua responsabilidade. Para isso, propugna contratos de gestão com Organização Social financiada a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores, erodindo os preceitos constitucionais e, em particular, a autonomia universitária (Leher, 2019b). Assim, o corolário da referida Emenda é o estrangulamento orçamentário e a conversão das universidades em agências captadoras de (inexistentes) projetos de pesquisa e desenvolvimento privados.

## SÍNTESE DAS AÇÕES NO PLANO NORMATIVO

Como salientado, as principais ações do governo estão concentradas no bloqueio de 30% do orçamento global das universidades federais, combinado com o Future-se, inviabilizando o funcionamento básico das instituições que podem ter de interromper suas atividades em poucos meses. É importante salientar que os cortes orçamentários estão inscritos na Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada no governo Temer, após o *impeachment* extralegal de Dilma Rousseff. É a medida que reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com as políticas sociais e os investimentos públicos.

O atual governo não tem institucionalizado muitas de suas proposições na área educacional, pois, por orientação da área econômica, canalizou sua ação legal na contrarreforma da previdência. As medidas encaminhadas até o presente (setembro de 2019) permitem identificar que um dos objetivos destas é debilitar a autonomia universitária.

Na educação básica, o governo enviou ao Congresso o Projeto de Lei 2.401/2019, que dispõe sobre o exercício do direito à educação familiar, tal como demandado por comunidades religiosas fundamentalistas. O Decreto 9.765 de 11/04/19 institui a Política Nacional de Alfabetização, apresentada por Carlos Nadalim, também aluno de Olavo, defensor do ensino familiar, privilegiando o método fônico, contestado pelos estudiosos da área. As provas que selecionam os novos estudantes – o Exame Nacional do Ensino Médio – terão fiscalização do suposto “viés ideológico” das questões das provas anteriores por meio da leitura prévia das provas pelo núcleo governamental, que afirma disposição de censurar questões de gênero, sexualidade, análise crítica dos processos sócio-históricos, ambientais etc.

Na educação superior, editou o Decreto 9.794, de 15/05/2019, estabelecendo que a nomeação para os cargos de direção das universidades federais devem ser precedidos de análise dos nomes pelo governo federal, instituindo o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas. O Decreto 9.754, de 11/04/2019, extingue cargos efetivos, prejudicando áreas administrativas

das universidades. Outra medida que preocupa as universidades é o Decreto de 11 de abril, que institui portal único “gov.br” com o objetivo de unificar os portais e canais digitais dos órgãos públicos, o que pode significar perda grave de autonomia sobre a circulação de informações, análises e estudos pelas universidades. Neste aspecto, não é demais lembrar que até mesmo peças publicitárias do Banco do Brasil foram retiradas de circulação pelo presidente da República, em virtude de conteúdo considerado inapropriado, visto que mostra mulheres negras em papéis de protagonismo considerados inaceitáveis pelo mandatário maior do país.

## O MEC E AS CLASSES DOMINANTES

Os movimentos empresariais que atuam em prol da agenda educacional do capital, como a coalizão empresarial Todos pela Educação (Evangelista e Leher, 2012), Fundação Lemann, entre outras, não se veem representados pelos dois ministros da educação do governo Bolsonaro. Por ocasião da posse de Bolsonaro, os representantes do bloco de poder fizeram forte *lobby* em defesa da nomeação de um representante do Todos pela Educação para o ministério; contudo, embora liberal, o nome do indicado desagradou a bancada evangélica, que ameaçou uma guerra santa caso Bolsonaro confirmasse candidato, já em vias de nomeação. Quando Vélez Rodríguez caiu, novamente,

os grandes meios tentaram emplacar o mesmo nome, sem sucesso.

Os setores dominantes no Brasil possuem uma linha clara de ação: ampliar a cobertura pública do ensino fundamental e difundir um ideário pedagógico referenciado na chamada teoria do capital humano, socializando as crianças e jovens em conformidade com o mercado, o que Florestan Fernandes conceituou como capitalismo dependente. O bloco no poder não apoia, explicitamente, a agenda da Escola Sem Partido (Leher, 2018).

Muitos militares de alta patente foram deslocados para o MEC; contudo, também os militares foram considerados demasiados “tecnocratas” e pouco afeitos ao viés ideológico fundamentalista pretendido pelo governo. É conhecido o fato de que o assim denominado ideólogo da família presidencial está em conflito aberto com setores militares e, até o momento, venceu todas as contendas.

A novidade da conjuntura brasileira é a retomada de movimentos cidadãos em prol da universidade pública, como os que tomaram centenas de cidades, reunindo mais de um milhão e meio de manifestantes no dia 15 de maio, repetindo com êxito atos no dia 30 de maio e no dia 14 de junho, agregando movimentos na greve geral que logrou considerável êxito no país. A Jornada Nacional de 13 de agosto, igualmente, demonstrou capacidade convocatória. Esses movimentos ampliaram as manifestações promovidas pela esquerda, logrando grande espaço na grande

imprensa brasileira, reconhecidamente impermeável às manifestações sociais. Recuperar o sentido de protagonismo social é, mais do que em qualquer período desde o final da ditadura, necessário à existência de bases democráticas no Brasil. As brechas podem estar sendo forjadas nessas jornadas em prol da educação pública.





SISTEMAS DE  
ACUMULAÇÃO, AUTONOMIA  
UNIVERSITÁRIA E LUTA  
PELO PENSAMENTO  
CRÍTICO





TOMAR A UNIVERSIDADE COMO OBJETO DE CONHECIMENTO É UMA tarefa complexa, mas imprescindível para fortalecer as lutas sociais em prol do bem viver dos povos, da liberdade de pensamento e da liberdade de cátedra, da crítica à colonialidade do saber e da colonialidade do poder decorrente do racismo. Iniciativa crucial, também, para a afirmação plena das capacidades criadoras dos povos diante de todas as formas de antissecularismo, opressão e de exploração operacionalizadas tanto pelo conhecimento produzido para dominar e subjugar as pessoas e a natureza, e, nos tempos atuais, como pela difusão do irracionalismo que pretende interditar o próprio pensamento científico.

A ciência e a tecnologia podem ser criadas com base na ética da produção do conhecimento, procurando respostas e formas de intervenção que possibilitem o bem viver dos povos, mas podem, também, estar inseridas em dispositivos de poder que tornam o conhecimento uma ferramenta em prol de fins particularistas, bélicos e mesmo em favor de aparatos tecnocientíficos que comprometem a biodiversidade e a vida humana.

O desenvolvimento tecnológico na agricultura na segunda metade do século XX, por exemplo, esteve estreitamente vinculado a determinados padrões de acumulação do capital, a exemplo da chamada Revolução Verde. O melhoramento genético, por meio de híbridos melhorou cultivares, porém nem sempre levou em conta os ecossistemas e as particularidades das áreas de plantio, requerendo grande quantidade

de agroquímicos e de insumos a serem aplicados no solo. Em muitas regiões, tal modelo provocou graves problemas sociais e ambientais, como na América Latina, África e Ásia. Não casualmente, insumos do agro produzidos no final dos anos 1950 e na década de 1960 foram largamente utilizados como arma na Guerra do Vietnã, a exemplo do agente laranja produzido pela Dow Chemicals e pela Monsanto (AFP, 2013). Nas primeiras décadas do século XXI, o agronegócio se caracteriza pela proliferação de transgênicos e do uso intensivo de agroquímicos, processos que envolveram expropriações violentas em todos os recantos da Terra e, com as sementes modificadas pela tecnologia *terminator* (a segunda geração de sementes é estéril, infértil)<sup>2</sup>, podem vir a reduzir, ainda mais profundamente, a soberania alimentar da humanidade praticada por pequenos agricultores e povos indígenas e, ainda, comprometer a biodiversidade. No caso brasileiro, após 2016, com o aprofundamento do sistema de acumulação neoliberal, é possível constatar verdadeira explosão no número de agrotóxicos liberados para uso massivo na agricultura, 290 desde janeiro, a despeito do fato de que muitos destes estão proibidos em várias partes do mundo (Drummond, 2019).

Essas contradições não podem ser desconsideradas ao pensar a universidade e, por isso, serão examinadas no presente capítulo por meio de aportes históricos da constituição das universidades e das políticas de ciência e tecnologia no Brasil. É certo que inexistem fronteiras

rígidas entre ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação; mas, igualmente, seria incorreto indiferenciá-las, tal como estabelecido pelas políticas que objetivam converter as universidades em agências do sistema de acumulação do capital, a exemplo do mencionado Future-se. Caso a Inovação Tecnológica ocupasse o lugar da Ciência e da Tecnologia – e, por conseguinte, caso predominasse o conhecimento “interessado” das corporações, dificilmente as potencialidades emancipatórias da ciência e da tecnologia poderiam ser fomentadas. E, desse modo, as universidades seriam refuncionalizadas como organizações utilitaristas, incapazes de antecipar cenários de futuro e de tornar pensáveis os problemas dos povos.

Um mundo sem universidades autônomas e críticas é um mundo sem conhecimento sistemático referenciado em fundamentos éticos. Funções clássicas das universidades, como a formação integral dos estudantes e, como assinalado, a antecipação de cenários de futuro (recursos hídricos, cidades, energia, epidemiologia, educação etc.), perderiam seus lugares de produção sistemática. Ademais, a soberania dos povos estaria em risco máximo. Uma empresa local que possui determinado domínio de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, em fármacos, pode ser adquirida por uma grande corporação e, com isso, gradativamente, o conhecimento poderia ser transferido para a matriz, comprometendo a soberania dos povos. A recente aquisição da Embraer pela Boeing exemplifica essa vulnerabilidade.

Como instituição social milenar, mas implementada em contextos históricos particulares nos diversos países, a universidade constituiu mediações próprias que a conforma institucionalmente, tema consagrado na autonomia universitária, isto é, em sua prerrogativa de se autonormatizar e de se autogovernar. No caso brasileiro, as universidades são instituições tardias, em que a autonomia somente foi elevada a preceito constitucional em 1988. Historicamente, a autonomia é sustentada como um valor universal para garantir espaços públicos de produção e socialização do conhecimento, livre de ingerências indevidas dos governos, igrejas e interesses particularistas, sobretudo os econômicos e dos dispositivos de poder contra a vida. Tais prerrogativas podem ser sintetizadas na liberdade de cátedra (no fazer universitário) e na liberdade de pensamento (no âmbito geral da sociedade). Esta concepção foi consagrada com influência idealista no modelo *humboldtiano* da Universidade de Berlim (1809). Sendo instituída pelo Estado, a universidade pública sempre mantém uma relação contraditória com os interesses operados pelo Estado. A força da concepção humboldtiana advém da consciência de que o valor da autonomia é necessário para assegurar os seus fins, mas a autonomia não depende apenas da consciência da instituição sobre o seu valor. O resultado dessas contradições entre o Estado e a autonomia universitária, por suposto, decorre de correlações de forças entre o bloco no poder (e seus objetivos particularistas) e o valor da ciência para o bem viver dos povos.

Sobre a correlação de forças entre as classes e frações de classes é necessário destacar que, até meados do século XIX, existiam setores importantes da burguesia que ainda abraçavam ideais universalistas e de projetos de nação, como a Revolução de 1789 na França. Na Alemanha, o ímpeto reformista, utópico e universalista da burguesia se transformou substancialmente no processo de constituição da nação em 1871. Nos EUA, a revolução de 1766 liberou as forças burguesas em prol de um projeto de nação em que, a partir do século XIX, a ciência e a tecnologia passaram a ser estruturantes. Foram os processos de revolução burguesa que criaram as bases econômicas e sociais nas quais as universidades pudessem vicejar.

Nesse contexto de conflitos e lutas, muitas universidades foram criadas e parte delas logrou certo grau de autonomia que, em alguns momentos, foi sustentado pelas frações burguesas em confronto com o clero, a nobreza e as forças oligárquicas. A França realizou sua revolução quando o país ainda era predominantemente agrário, mas com o fortalecimento de suas *Écoles* e universidades logrou atalhos que possibilitaram que, em poucas décadas, o país se afirmasse como um país com indústria relevante. As universidades lograram um lugar de destaque no projeto burguês e, com isso, paulatinamente áreas de conhecimento "desinteressadas" se desenvolveram (ciência básica) com repercussões muito positivas para as áreas aplicadas e o campo tecnológico, assim como domínios tecnológicos estratégicos foram assegurados, como energia,

engenharias, transportes, agricultura, comunicação, saúde, educação. A rápida mudança na expectativa de vida dos povos deve-se a tais conhecimentos que, nesse prisma, ainda que sob influência crescente do capital, fortaleceram a melhoria das condições de vida dos povos.

Contudo, na Europa e nos EUA a autonomia universitária foi sendo crescentemente tensionada pela supremacia da burguesia e pelo próprio desenvolvimento capitalista. De fato, desde as revoluções de 1848, burguesia e proletariado se apresentaram como sujeitos com projetos antagônicos, os primeiros defendendo a hegemonia da sociedade do capital, os últimos sustentando uma sociedade que não estivesse assentada na expropriação e na exploração. Desde então, as frações burguesas somente empunham bandeiras potencialmente universalistas quando a força das lutas sociais as obrigam a incorporá-las; ainda assim, não é correto afirmar que existe nessas políticas um real universalismo: em todos esses países o sistema educacional possui forte diferenciação, instaurando uma arena educacional carregada de dualismos.

Na América Latina esses processos ocorreram de distintos modos. Os dois grandes marcos que engendraram mudanças nas universidades foram as rebeliões estudantis de Córdoba (1918), que contaram com o apoio da burguesia vinculada aos Radicais, e a Revolução Mexicana (1910), a partir da qual as universidades reivindicaram sua autonomia. Neste último, a autonomia somente assume um caráter progressista a partir dos anos 1930,

sobretudo com Cárdenas (1934-1940) (Leher, 2008). No Brasil, como será visto na seção seguinte, a universidade é tardia e, a rigor, somente se desenvolveu na segunda metade do século XX, mas a autonomia nunca esteve na agenda real do bloco de poder.

## UNIVERSIDADE NA INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

No caso brasileiro, as primeiras instituições somente foram criadas três décadas após a proclamação da República, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mais tardia ainda foi a institucionalização da pesquisa universitária, somente possível com a afirmação do sistema de acumulação da Industrialização por Substituição das Importações (ISI). Neste contexto, foram criados o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que possibilitaram bases nacionais para o desenvolvimento científico do país, até então dependente de fundações estrangeiras (Rockefeller, Ford, Kellog), frações burguesas de São Paulo criaram a Universidade de São Paulo (USP) (1934) e, um pouco mais tarde, ocorreu a federalização que possibilitou a criação das universidades federais, com destaque para a Universidade de Brasília (UnB).

O projeto de reforma universitária que orientou a criação da UnB foi defendido por importantes for-

ças sociais na virada dos anos 1950 para os 1960, em especial por intelectuais liberais democráticos, como Anísio Teixeira, pela esquerda trabalhista, como Darcy Ribeiro, por cientistas de renome,<sup>3</sup> por intelectuais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como Celso Furtado e Francisco de Oliveira, bem como por intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e, com diferenças, por parte considerável do movimento estudantil radicalizado, como é possível depreender do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, Salvador, 1960, e do II Seminário, realizado em 1962, no Paraná, por movimentos como o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC-UNE) e, em especial no Nordeste, pelo Movimento de Cultura Popular da Universidade do Recife, com Paulo Freire, e outros semelhantes em curso na região.

A falta de apoio das principais frações burguesas a tal projeto se evidenciou no golpe empresarial-militar de 1964. A primeira ofensiva da ditadura foi reorientar o rumo da universidade, afastando-a de referenciais nacional-desenvolvimentistas. O desmonte do projeto da UnB, processo que levou à saída de 80% de seus professores em 1965 (Salmeron, 1999, p. 23) não foi apenas um ato unilateral do novo regime, contando com a conivência e o protagonismo de docentes considerados 'notáveis', como Zeferino Vaz, professor da Faculdade de Medicina Veterinária da USP e um dos criadores da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e agente ativo da preparação



do golpe e, por isso, nomeado reitor (interventor) da UnB. Em sua gestão, expulsou docentes como Ruy M. Marini, José Honório Rodrigues e Perseu Abramo, entre outros.

Ao mesmo tempo em que a repressão ao projeto da UnB conhecia enorme recrudescimento, a ditadura empresarial-militar se antecipou e empreendeu a institucionalização da pós-graduação em 1965 (Parecer 977/65), associando a pesquisa à pós-graduação (e implicitamente desprovendo a graduação de nexos com a pesquisa) e classificando os tipos de pós-graduação em perspectiva utilitarista, ecoando a ideologia do capital humano, normatização sistematizada por um dos intelectuais que sustentaram o novo regime, Newton Sucupira, processo que culminou na contrarreforma de 1968 que, combinando coerção (AI-5, Decreto 477/69, ato coercitivo organizado por, entre outros, Gama e Silva, ex-reitor da USP e ministro da Justiça) e cooptação (por meio das políticas de fomento à C&T), possibilitou a consolidação da pós-graduação no país. Fernandes (1975a, p. VIII) salienta que:

a 'reforma universitária' caiu nas mãos das forças conservadoras e contrarrevolucionárias no poder. Elas não só esvaziaram a reforma de seu conteúdo democrático e inovador. Castraram-na por completo, pulverizando ainda mais a universidade conglomerada e retirando dela qualquer vitalidade cultural ou política.

A contrarreforma de 1968 buscou aproximar a universidade do modelo da modernização conservadora, ampliando a pós-graduação – em 1963 existiam apro-

ximadamente 40 programas, em 1984 o total alcançou 1160 programas – mas, ao mesmo tempo, aprisionando-a aos editais e aos programas prioritários definidos no Ministério do Planejamento, que passou a dirigir os órgãos de fomento.

O problema apontado por Florestan Fernandes é que o modelo de desenvolvimento correspondia aos anseios e às necessidades do capitalismo monopolista que impôs um perfil pragmático e utilitarista à universidade, afastando-a de ‘certos’ problemas nacionais (reforma agrária, reforma urbana, reforma da educação pública, determinantes da desigualdade social etc.) e das condições para a produção de ‘certo’ conhecimento original. Sufocada em sua autonomia, as coerções para moldar a universidade aos interesses particularistas das frações burguesas locais em aliança orgânica com o núcleo do capitalismo monopolista foram muito marcantes na história da universidade.

## DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

A rápida consolidação do golpe corrobora a proposição de que o apoio a este desbordava os círculos militares e do governo estadunidense, contando com a adesão de importantes setores da sociedade civil, como demonstrou Dreifuss em seu “1964: a conquista do Estado” (Dreifuss, 1981). A destituição dos direitos políticos de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e os atos coercitivos sobre a UnB entre 1964-1965 confirmam

que o novo regime estava empenhado em destruir o projeto nacional-democrático de universidade.

As ações da Aliança para o Progresso, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – Usaid), das fundações estadunidenses, como Ford (Scheman, 1988), do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) incidiram sobre o que é dado a pensar nas universidades, buscando eliminar o marxismo das instituições.

A chamada reforma universitária foi constituída não só pela Lei 5.540/68 e os decretos que as regulamentam. Muito mais abrangente, abarcou desde os elementos abertamente coercitivos, como o AI-5/1968 e o Decreto 477/1969, e mudanças operadas no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE), facilitando a exponencial expansão privada, medidas acompanhadas de alterações na legislação tributária, objetivando ampliar o repasse dos recursos públicos para as privadas, bem como as políticas de crédito subsidiado aos estudantes para aquisição de vagas na rede privada (Programa de Crédito Educativo – Creduc, 1976). Fazem parte da reforma as novas regras para seleção dos estudantes, por meio da unificação dos vestibulares por estado, a elaboração dos exames não mais pelas universidades, mas por organizações afins ao projeto educacional da ditadura (Fundação Cesgranrio e outras) e, objetivando colocar um fim na figura dos excedentes, a alteração dos critérios de acesso, impondo

o sistema classificatório. Não menos importante, empreendeu radicais mudanças na forma de fomento à ciência e tecnologia, deslocando todo o aparato para fora do âmbito das universidades, especialmente para o setor do aparato do estado que era considerado o cérebro do planejamento da ditadura: a Secretaria de Planejamento da Agricultura e Desenvolvimento do Brasil (Seplan), especialmente no período da gestão do ministro Delfim Netto.

Inicialmente, o direcionamento das universidades para esses fins ocorreu por meios coercitivos, afastando, pelos referidos AI-5/1968 e Decreto Lei 4777/1969, os docentes que investigavam problemáticas indesejáveis ao regime. Entretanto, caso a ditadura seguisse com os afastamentos e exílios, dificilmente lograria êxito em construir condições objetivas para a pesquisa sistemática e para a formação de pessoal com domínio em áreas sensíveis da ciência e da tecnologia. A alternativa da ditadura, como se depreende da análise sobre o Projeto Camelot feita por Horowitz (1969), foi esvaziar a universidade de sua autonomia acadêmica, deslocando todo o suporte para pesquisa para fora da universidade e condicionando as pesquisas aos programas e projetos prioritários, processo que culminaria, em meados dos anos 1980, com a política dos editais (Leher e Silva, 2014).

No período 1968-1985 coexistiram, por conseguinte, violenta repressão, persuasão e cooptação de quadros intelectuais para o projeto de modernização conservadora. Nos interstícios, muitos docentes, em

geral dedicados à ciência básica, então muito expressiva, pois sem esta as áreas aplicadas e de pesquisa e desenvolvimento não poderiam vicejar, realizaram pesquisa rigorosa em termos epistemológicos e teóricos, parte dela associada à formação de jovens em uma perspectiva crítica e inventiva. Daí, a universidade heteróclita dos tempos atuais em que coexistem pesquisas de alta relevância para o bem-viver e para o desenvolvimento da ciência e pesquisas voltadas para atender interesses particulares do capital, em detrimento da ética e pesquisa.

O principal diferencial da ditadura empresarial-militar foi o intento deliberado de complexificar o Estado – incorporando energia nuclear, pesquisa agropecuária, engenharias, genética, telecomunicações, energia hidrelétrica, cadeia produtiva do petróleo entre outras.<sup>4</sup> Essa indução estatal alavancou simultaneamente a pesquisa utilitarista e a pesquisa básica nas universidades, colocando o Brasil em lugar de destaque na produção científica mundial, embora, excetuando as estatais, com baixa capilaridade na esfera econômica.

Evidentemente, as resistências foram muitas, em especial a partir da segunda metade dos anos 1970, no contexto de aprofundamento da crise econômica mundial, cujos momentos mais dramáticos foram o choque do petróleo e as contradições que levaram à crise da dívida de 1982. As resistências abertas à ditadura reuniram um conjunto de iniciativas, como os setores empresariais organizados em torno da revista *Visão*, estudantes reorganizando a UNE, Movimentos

pela Anistia, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), o fortalecimento do setor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abertamente contrário à continuidade da ditadura e mesmo da grande imprensa, especialmente *O Estado de S. Paulo*.

No caso das universidades, cabe destacar a importância da 29 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), afinal realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), assim como o protagonismo crescente das Associações de Docentes organizadas na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes). De fato, a Andes e a Confederação dos Professores do Brasil (atual CNTE), em conjunto com o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), a Associação Nacional de Educação (Anede), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), criada em 1977, e o movimento estudantil lograram incluir na Constituição Federal importantes conquistas para a educação pública. Com o movimento docente, ainda no período da ditadura, aconteceram as primeiras greves, em defesa da unificação da carreira das federais, da dedicação exclusiva, entre outras pautas que foram adensadas com a Proposta da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e das Associações de Docentes do Ensino Superior para a Universidade Brasileira (Cadernos Andes, 1981), agora, as univer-

sidades possuíam concepções educacionais distintas da ditadura e, de algum modo, dos grupos de poder que se constituíram em associação com a ditadura. Também a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) elaborou sua proposta (Universidade para os Trabalhadores), protagonizando lutas marcantes no final dos anos 1980. Desse modo, seus trabalhadores, docentes e técnicos e administrativos confluíram para as lutas contra a ditadura empresarial-militar, somando forças com o movimento estudantil em processo de reorganização na União Nacional dos Estudantes.

## TRANSIÇÃO PELO ALTO

A transição pelo alto que levou ao fim da ditadura não propiciou condições para uma ruptura com esse modelo (Fernandes, 1981). Ao contrário, a liberalização do regime ditatorial não equivale à democratização do sistema político e, tampouco, ao alargamento da democracia econômica. Nesse sentido, o governo da Nova República foi chefiado por um quadro proveniente da Aliança Renovadora Nacional (Arena), marcando a continuidade. Assim, os anos subsequentes ao final formal da ditadura (após 1985, portanto) possibilitaram eleições diretas para os governos estaduais e o fim da censura formal, mas o poder militar não foi substantivamente alterado e os

traços característicos do poder econômico não foram modificados para elevar os direitos dos trabalhadores esmagados pela ditadura, visto que o foco foi a privatização de diversas estatais, inclusive estratégicas e lucrativas, viabilizando transferência de renda para as corporações e bancos. As mudanças no sistema de acumulação, abrindo caminho para o neoliberalismo, ocorreram por um movimento impulsionado desde fora do país, em virtude da crise da dívida, embora com importantes apoios internos, como é possível depreender dos posicionamentos dos aparelhos de hegemonia dos setores dominantes, inclusive o movimento reunido em torno da revista *Visão*.

Nesse prisma não surpreende que as mudanças nos aparatos de ciência e tecnologia tenham sido tênues. E as conquistas consignadas na Constituição de 1988 não tenham se convertido em políticas públicas efetivas. A derrota dos setores organizados no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública na luta por um projeto democrático de educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional confirma a força reacionária dos setores dominantes em matéria educacional. A tensão entre o fomento dirigido por editais e linhas de pesquisa e a liberdade de cátedra não foi devidamente enfrentada, nem mesmo após a Constituição Federal de 1988.

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (1985) aconteceu no contexto dos últimos suspiros da reserva de mercado e de crise terminal da Industrialização por Substituição das Importa-



ções (Saad Filho; Moraes, 2018). Os efeitos do ajuste estrutural decorrentes da crise da dívida de 1982 eclipsaram o MCT, a despeito dos esforços de Renato Archer, seu primeiro dirigente, outrora vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro, proveniente da Marinha do Brasil. O lado positivo foi a organização de diversos setores da academia, em conexão com outros sujeitos sociais, permitindo a atuação organizada da chamada comunidade científica e a incorporação do CNPq e da Finep ao novo ministério.

Em decorrência do Programa de Ajuste Estrutural balizado pelo FMI e pelo Banco Mundial, em 1989, aconteceu um grave retrocesso com a sua transformação em secretaria, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Ciência e Tecnologia. Em virtude da mobilização e da impertinência da fusão de ministérios, a medida acabou sendo revista no final daquele ano, ainda no governo Sarney. A seguir, o fundamentalismo neoliberal de Collor extinguiu o ministério, transformado em secretaria vinculada à presidência da República, impondo um período duríssimo para a ciência no Brasil. Somente em 1992 a pasta foi recriada por Itamar Franco por medida provisória.

Nos dois governos de FHC foram aprovadas medidas que contrariaram a soberania tecnológica do país, como a Lei de patentes, harmonizada pelo TRIPS (Acordo de Direitos de Propriedade Intelectual relacionado ao Comércio), a reforma do Estado balizada pelo Acordo Geral de Comércio de Serviços

(AGCS), o fechamento dos departamentos de P&D das antigas estatais, mitigadas, debilmente, pelos fundos setoriais que não chegaram a ser plenamente efetivos. Essas medidas resultaram em profundo redimensionamento, em prejuízo da autonomia, da política de C&T no país. Foram anos de estagnação da expansão das universidades federais, de tentativa de enfraquecer a autonomia destas, por meio de uma mudança constitucional que simplesmente deslocava a autonomia para o âmbito infraconstitucional (PEC 370) e de intensos conflitos com os docentes, estudantes e técnicos e administrativos. Em 1998 e 2001 ocorreram grandes greves magisteriais com ampla adesão do corpo social e, também, com significativo apoio social.

Nos governos Lula da Silva (2003-2010) ocorreu um crescimento importante da dimensão da Inovação, provocando mudanças na própria denominação do MCT que passou a ser denominado como Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Isso no contexto da aprovação de leis específicas, a Lei de Inovação (2005) e a Lei do Bem (2006). É um contexto em que ocorre significativo crescimento de recursos para a área, conforme discutido adiante. Mas foi também um período de contradições entre as dimensões "Inovação" e "ciência e tecnologia", tema que o livro volta a discutir no capítulo 3. A expansão do ensino superior federal nos anos 2000, por sua relevância, e por merecer uma contextualização adequada, é apresentada a seguir.

A crise da dívida de 1982 foi operatória para a destruição dos últimos vestígios do Sistema de Acumulação – Industrialização por Substituição das Importações. O Programa de Ajuste Estrutural,<sup>5</sup> dirigido pelo FMI e pelo BM, criou as bases para as políticas neoliberais dos anos 1990. Em virtude das consequências sociais devastadoras desse neoliberalismo, em toda América Latina, lutas sociais intensas se espalharam por todo o subcontinente. Dessas lutas, resultaram um processo de mudanças no senso comum de grandes massas populares que passaram a enxergar no neoliberalismo o poder dos bancos, os tratados de livre comércio, as causas do desemprego ascendente, as expropriações violentas e do rápido empobrecimento da população. A primeira geração do neoliberalismo na região engendrou condições para a chegada ao governo de forças políticas que compunham o largo espectro da centro-esquerda até forças com origem na esquerda, ainda que com muitos matizes.

Não é possível generalizar essas experiências sob um único rótulo, a exemplo de “governos pós-neoliberais” ou “novo desenvolvimentistas” em virtude das diferenças entre estes e pelo fato de que muitos mantiveram pilares econômicos do neoliberalismo, apesar de adotarem medidas que ampliaram políticas sociais. No caso brasileiro, na educação superior, por meio de uma combinação singular de expansão de universidades e institutos tecnológicos federais e de

forte indução (com verbas públicas) ao setor privado-mercantil, combinação que entra em crise justamente a partir do agravamento da crise em 2014.

A comparação com o pretérito período “desenvolvimentista”, por meio de sua adjetivação, tampouco é esclarecedora e explicativa, visto as enormes diferenças com o período da ISI. O progressismo dos anos 2000 não rompeu com os pilares da política econômica neoliberal – respeito aos contratos de privatização anteriores, meta de inflação, superávit primário, câmbio flutuante –, e, no caso da América Latina, os governos assim caracterizados mantiveram forte dependência da onda de valorização das *commodities* produzida pelo aquecimento da economia da China. A crise das *commodities*, no rastro das sucessivas crises após 2008, está no âmago da crise de vários desses governos, especialmente Argentina, Brasil, Equador e Venezuela.

As ruínas provocadas pela crise estrutural adensada em 2008 se expressaram na forma de fechamento de postos de trabalho, recessões, deprimindo a renda de bilhões de pessoas em todo o planeta, impondo aos que vivem do próprio trabalho e são explorados condições muito dolorosas, injustas e indignas de vida. Entretanto, suas manifestações não foram sincrônicas. No caso brasileiro, após o baque de 2009, houve rápida retomada do crescimento em 2010, contudo, como um voo de galinha. Em 2013, já sob efeito da queda do preço das *commodities* e da deterioração da balança comercial, a crise se manifestou, simultaneamente, como crise econômica (queda acentuada

do crescimento econômico, elevação da inflação) e como crise política, especialmente pelas Jornadas de Abril de 2013. Por meio de uma cambiante política econômica, o mercado, e os meios de comunicação a ele vinculados, difundiram o pânico da retomada da espiral inflacionária, levando o governo Dilma a abandonar, inicialmente pelo Banco Central, a “heterodoxia” e a reafirmar o inquebrantável compromisso com os pilares macroeconômicos (tripé neoliberal), medidas que, entretanto, não se coadunaram sincronicamente com as do Ministério da Fazenda, ainda operando a chamada nova matriz econômica extremamente generosa em termos de isenções tributárias para os grandes grupos econômicos (2013 e 2014).

O fato é que, com isso, e os desgastes advindos do processo eleitoral que permitiu sua reeleição em 2014, a crise econômica assumiu forte feição política. De fato, para vencer o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Dilma fez uma campanha fortemente crítica ao adversário, acusando-o de ser adepto do neoliberalismo e contra os direitos trabalhistas etc. Apesar de eleita com 52% dos votos válidos, os operadores do mercado – liderados *publicamente* pela Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – manifestaram desconfiança sobre a capacidade do governo Rousseff conduzir a economia em conformidade com suas expectativas e tornaram aberta a avaliação de que o governo deveria ser substituído (Saad Filho; Moraes, 2018, p. 169-192).

Em contexto de queda do PIB (em proporção semelhante ao que ocorrera em 1982 e 1990), Dilma Rousseff tentou harmonizar as medidas do Banco Central com as ações do Ministério da Fazenda, chamando um banqueiro para este ministério objetivando implementar a “austeridade fiscal” reclamada pelo mercado. Após algumas negativas, foi constrangida a aceitar um funcionário do alto escalão, mas funcionário, do Banco Bradesco, que pouco tempo depois abandonou o cargo: foi a senha para a intensificação da destituição da presidenta.

Não é possível ignorar que muitos de seus eleitores se sentiram traídos pelo movimento da presidenta na direção do aprofundamento do neoliberalismo tradicional, baseado na austeridade fiscal; ademais, a perda do eixo que caracterizou os governos do PT, a variante desenvolvimentista do neoliberalismo, golpeou a própria esquerda ainda relativamente organizada. De fato, as organizações com origem na esquerda (Partido dos Trabalhadores [PT], Central Única dos Trabalhadores [CUT]) perderam legitimidade e força nas manifestações deflagradas em 2013; a extrema direita, ao contrário, amparada por *think tanks* da direita estadunidense, avançou na hegemonia sobre os setores subalternos, fortalecendo as bancadas reacionárias e criando o ambiente político para que o centro político, pressionado pelas organizações do capital, deflagrasse a destituição do governo (Miguel, 2019). O resultado é conhecido.

Efetivadas as mudanças, em 2016, o governo Temer se ampara na imagem de que a crise decorre do ta-

manho do Estado, mensagem que no senso comum equivale a afirmar que o crescimento das despesas do Estado decorre da corrupção do PT. E nesse ambiente consegue aprovar a Emenda Constitucional n. 95/2016. Em decorrência de muitas outras injunções, indissociáveis das que motivaram a destituição forçada de Dilma Rousseff, inclusive a perda de hegemonia da esquerda, Jair Bolsonaro foi eleito com menos de 40% do total de eleitores registrados como presidente da República. A sua agenda econômica foi elaborada pelo bloco no poder e está referenciada na narrativa de que a crise é financeira, mas não decorrente do *modus operandi* do rentismo; antes, decorre do excesso de gastos públicos não financeiros, motivados, também, segundo sua peculiar narrativa, pela corrupção do PT. Trata-se, como é possível depreender da narrativa, da ortodoxia neoliberal advinda da Escola de Chicago inspirada em Hayek e, por isso, hostil aos valores da revolução francesa e ao construtivismo social, narrativa associada à extrema direita.

A compreensão de que a crise é basicamente financeira e fiscal tem como corolário a defesa de que o atual sistema do capital, neoliberal, segue sendo viável como a melhor alternativa para a humanidade, desde que os trabalhadores aceitem os sacrifícios necessários à revitalização da economia real, como as chamadas reformas trabalhistas e previdenciárias. Para voltar a produzir altas margens de lucro, a economia terá de sofrer duros ajustes, sobretudo nos custos da força de trabalho e dos recursos naturais. Nesta ótica, a saída da crise passa pela

liberalização comercial e, no caso latino-americano, pelo aprofundamento da economia baseada em recursos naturais, através da exportação de matérias-primas mais ou menos beneficiadas (*commodities*).

A tese da especialização regressiva pode parecer uma ideia fora do lugar, pertencente a um tempo histórico no passado, mas esse direcionamento da economia para a produção de produtos intensivos em recursos naturais nada tem de defasada em termos temporais, não sendo uma reminiscência do passado neocolonial.

Com efeito, nas últimas décadas, o país viveu um processo intenso de reconfiguração de sua base produtiva. Em 1986, o setor industrial era responsável por 32% do PIB; em 1998, este percentual caiu para 19,7%; e, em 2007, a participação (%) da indústria de transformação no Valor Adicionado da Economia foi de 17,8%, índice muito inferior ao dos países “em desenvolvimento” em que a participação da indústria é de cerca de 24%. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sobre a indústria, no período 1996-2006, predominam na estrutura industrial setores com vantagens competitivas ligadas à exploração de recursos naturais, uma característica que se acentuou com a grande valorização dos preços de *commodities* que, entre 2003 e 2007, aumentaram 60%, o que elevou os ganhos dos setores produtivos associados a esses bens.

Com efeito, o PIB real da indústria de transformação e o grau de industrialização despencou de 20% do PIB em 1975 para 11,3% em 2017, conforme o Iedi,



a menor participação da indústria no PIB desde 1947, citando dados do IBGE examinados por Morceiro e Guilhoto (2019). Esse resultado segue a análise do IEDI, confirma a regressão industrial do Brasil como uma das mais intensas do mundo.

Não se trata de encolhimento absoluto da indústria, mas sua perda de participação na economia, sobretudo em setores mais intensivos em conhecimento, química e petroquímica, máquinas e equipamentos, por exemplo. Em conjunto, os setores de maior intensidade tecnológica perderam 40% de peso no PIB desde 1980. Setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, como farmacêutico, materiais elétricos, informática e eletroeletrônicos não regrediram, mas também não ampliaram sua participação na economia. O país encontra-se desconectado da chamada Indústria 4.0. Em resumo, entre 1980 e 2015, o PIB manufatureiro cresceu 28%, enquanto o dos EUA avançou quatro vezes mais do que isso, e o mundo como um todo, seis vezes mais. Para o mundo exceto China, o peso da indústria de transformação no PIB (a preços constantes) regrediu somente 1%, enquanto que para o Brasil este declínio chegou a 42%. Em 2017, o produto real *per capita* da manufatura do Brasil foi 25% inferior ao nível obtido em 1980; nos EUA foi 75% maior. (IEDI, 2019)<sup>6</sup>

A exportação de produtos primários no segundo governo Cardoso (1999-2002) foi responsável por 18,7% do PIB, subindo no primeiro governo Lula (2003-2007) para 21,6%. No mesmo período, os produtos manufaturados intensivos em tecnologia passaram de 11,5% (Cardoso) para 7,6% (Lula da Silva). Em

síntese, as exportações de produtos não industrializados, dos produtos industrializados de baixa e média intensidade tecnológica que no governo Cardoso já correspondiam a 69%, passaram no primeiro governo Lula da Silva para 72% (Filgueiras; Gonçalves, 2007).

São grandes corporações que atuam nesse circuito em escala mundial, em fina articulação com operadores de bolsas de *commodities* dos principais centros hegemônicos. Mas a depleção dos recursos naturais envolve confrontos de várias ordens. Diversos movimentos sociais vêm empreendendo lutas contra o modelo do saqueio dos recursos que destrói as terras cultiváveis para a agricultura, a pesca, as áreas pertencentes a cidades, vilas e territórios indígenas. Por parte das corporações a disputa pelo controle desses recursos é cada vez mais acirrada, aumentando as tensões no sistema de Estados dominante. Para enfrentar os movimentos, assegurar os lucros das corporações e evitar competições que coloquem em risco a estabilidade, o imperialismo, expressando uma dada correlação de forças entre as frações dominantes, empreendeu grandes programas para o saqueio dos recursos pelas corporações, potencializando as condições materiais para acesso, beneficiamento e escoamento dos recursos naturais. Na América Latina são especialmente relevantes o Plano Puebla-Panamá e, sobretudo, o Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa/Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento [Cosiplan]).

No Brasil, este plano foi operacionalizado por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, sendo modificado após a mudança de governo em 2016 (denominado Avançar) e descentralizado no governo Bolsonaro sob a coordenação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) mobilizando R\$ 22 bilhões em 2019 (Graner e Rittner, 2019).

A reativação da IV frota da marinha dos EUA em 2008, sediada em Mayport, Flórida, e a manifestação de que o operativo militar estadunidense não está restrito às águas oceânicas, abrangendo também os corredores hidroviários previstos no lirsá, comprova que o controle desses recursos está inscrito nas estratégias geoeconômicas do imperialismo. Os operativos militares brasileiros igualmente contribuem para esse processo, notadamente ampliando o controle sobre a maior hidrelétrica do Cone Sul (Itaipu) e assegurando a expansão sojeira de empresas pelo território paraguaio.

O ciclo expansivo dos cinco últimos anos, inclusive na área de alta tecnologia, não poderia ter acontecido sem a crescente depleção dos recursos naturais, tanto minerais quanto energéticos e alimentares. Por isso, a questão dos recursos naturais nada tem de secundária. Mesmo o que vem sendo apresentado como expressão de tecnologias limpas, como a microeletrônica, requer, para seus componentes, minerais específicos em grande quantidade, muitos deles raros, via de regra extraídos em aberto confronto com preceitos

socioambientais, inclusive de forma ilegal, conforme é possível depreender do excelente mapa elaborado pela Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada).<sup>7</sup>

Cabe indagar se esse modelo é uma imposição unilateral do núcleo hegemônico mundial ou se existe uma complementaridade entre as frações burguesas hegemônicas e as frações locais. Embora nem sempre seja facilmente perceptível, posto a enorme presença de corporações multinacionais, os países latino-americanos não são constringidos apenas de fora para dentro para se engajarem nessa via de hiperexploração dos recursos naturais, da energia e do trabalho. Esta forma de acumulação, e isso é importante, também vem de dentro para fora, visto que as frações burguesas dominantes necessitam dessa dinâmica para realizar seus lucros e, por isso, operam diretamente no setor, promovendo a permanente expropriação e a exploração do trabalho ou formam associações com os mesmos fins. Não é possível ignorar que as corporações estrangeiras não estariam nos países capitalistas dependentes sem a criação de bases legais para que seus objetivos sejam alcançados com segurança e baixo investimento, bem como sem o aporte de extraordinário montante de recursos públicos. Os problemas causados pela mineradora Vale S.A., como os de Brumadinho (2019) e Mariana, junto com a BHP Billiton (2015), visibilizaram as interconexões entre as frações locais e as frações hegemônicas da burguesia, sempre mediados

pelo Estado. A privatização da antiga Vale do Rio Doce contou com recursos subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Quando privatizada, o Bradesco passou a ter parte importante do novo grupo por meio do consórcio Valepar (Fernandes, Sodré e Pina, 2019). As formas mais brutais de exploração não são, portanto, expressões dos setores arcaicos da economia; ao contrário, são setores “modernos” que manejam o modelo extrativista brutal existente no país.

A implementação do lirsá no Brasil exemplifica bem essa complementaridade entre o núcleo interno e externo. O programa foi lançado no contexto do processo do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) por Fernando Henrique Cardoso, em um evento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Câmara Americana de Comércio. Este ato fundador foi a síntese dessa inter-relação entre os organizadores do imperialismo (Câmara Americana de Comércio) e as frações burguesas locais. Expressando o imperialismo no Brasil o programa, batizado em sua versão local de PAC, custeado basicamente com verbas provenientes do Estado, através do BNDES, mas atenderá às corporações multinacionais ou às frações burguesas locais internacionalizadas.

A depleção das riquezas naturais envolve hidrelétricas, plantio do agrocombustível, de soja e, ainda, a ampliação da fronteira norte (Amazônica), com a soja e o gado, e da fronteira sul, com a celulose, inclusive ignorando as fronteiras nacionais, alcançando a Bolívia.

Tudo isso demanda grandes vias de escoamento para os centros hegemônicos, indústrias transformadoras (etanol, celulose, carne, rações) e aparatos estatais e sociais consideráveis para flexibilizar a legislação ambiental e empreender a expropriação de terras.

Desde o governo Cardoso, paulatinamente, as universidades públicas vão assumindo a função de suporte e de apoio a esse padrão de acumulação, com maior ou menor intensidade, conforme os setores, a região e as instituições.

A análise da relação entre as universidades públicas com pesquisa e o atual modelo exportador de produtos agro-minerais e, mais amplamente, com os demais setores produtivos (energia, aeroespacial etc.) não pode desconsiderar o contexto da consolidação e expansão da pesquisa nestas instituições. As áreas da universidade que atualmente captam o maior volume de recursos tiveram origem direta ou indireta nos grupos, centros e linhas de pesquisa que se fortaleceram no processo de modernização conservadora que, é preciso sublinhar, em virtude das estatais, agregava muito mais conhecimento aos circuitos econômicos do que o atual padrão de acumulação. As áreas de interesse da modernização conservadora obtiveram acesso privilegiado aos recursos do aparato de C&T, o que lhes assegurou condições diferenciadas, potencializando a infraestrutura de pessoal, equipamentos e de recursos para as pesquisas.

Nos dias de hoje, as ações de indução à pesquisa não estão orientadas para o modelo da moderniza-

ção conservadora, em que o Estado teve um papel muito proeminente. São as empresas as grandes indutoras, embora com parcerias com o Estado. Mesmo quando se trata de empresas “públicas”, a realidade não muda tão substancialmente, posto que estas empresas, atualmente, têm suas ações em circulação nas bolsas nacionais e internacionais e, por isso, têm um funcionamento muito semelhante às privadas.

Com a mediação privada, os vasos comunicantes da universidade com as corporações foram sendo crescentemente desobstruídos. O ciclo virtuoso, para esses grupos, foi sumamente alvissareiro entre 2000 e 2015, graças aos grandes contratos com empresas nos ramos do agronegócio, energia (especialmente petróleo e gás, por meio de programas mediados pela Agência Nacional de Petróleo), meio ambiente, entre outros. Como assinalado, resultaram desses projetos iniciativas muito positivas para o país, permitindo maior domínio científico e tecnológico em áreas-chave para a soberania do país, mas também existiram projetos que comprometeram a ética da produção do conhecimento em universidades de prestígio. Em toda América Latina, um dos setores mais afetados foi o da mineração, mas também os do agronegócio baseado no uso intensivo de agroquímicos, muitos deles questionados em diversos países por suas consequências para o meio ambiente e para a saúde humana.

Desse complexo – lirsã, PAC, Inovação Tecnológica, universidades – foi se conformando um novo *ethos*

acadêmico, conhecido na literatura internacional como capitalismo acadêmico (Slaughter; Leslie, 1999) que, no caso latino-americano, tem fortes particularidades a serem consideradas. A diferença determinante e radical é a condição capitalista dependente do país, o que repercute vivamente nas universidades, conforme a análise de Fernandes (1975a) e, posteriormente, de Leher (2018). No Brasil, as corporações não possuem, via de regra, departamentos próprios de Pesquisa e Desenvolvimento e as cadeias produtivas são fragmentadas; assim, na ausência de capacidade própria das empresas para fazer os ajustes tecnológicos e outros serviços afins, a universidade preenche muitas dessas lacunas, redefinindo a sua função social. Nos países centrais, distintamente, a inovação é realizada fundamentalmente dentro das empresas, situação evidente nos EUA e nos demais países do G-7 (Mansfield, 1998).

No caso dos países hegemônicos, as universidades atuam primordialmente na formação de pessoal qualificado para as empresas privadas e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, inclusive em áreas de ponta. É muito comum a busca de articulações com as demandas das empresas, mas não para que a universidade seja ela mesma o lócus da inovação, mas para que atuem em área de fronteira e no desenvolvimento de pesquisas que possam subsidiar a Pesquisa e Desenvolvimento (Inovação) que serão desenvolvidas nos departamentos apropriados das empresas. Contudo, os grandes contratos entre as universidades



e as corporações têm alterado essa situação: embora a Pesquisa e Desenvolvimento siga sendo realizada nas empresas, as empresas estão criando nichos dentro das universidades públicas que, desse modo, têm suas funções redefinidas, como pode ser visto adiante no caso do contrato entre a *British Petroleum* e as universidades da Califórnia (Berkeley) e Illinois, que, por sua relevância, será discutido adiante com maior detalhe.

De fato, é impossível a universidade ser a locomotiva da inovação no sistema capitalista. Esta requer fortes nexos com o processo de fetichização das mercadorias, por meio do *design, marketing* etc., e também nos circuitos do grande dinheiro. Se essa realidade é largamente conhecida, por que os governos brasileiros insistem em localizar nas universidades o cerne das políticas de inovação? Uma hipótese é que os governos se valem da inovação tecnológica para subsidiar, com verbas públicas, determinados serviços requeridos pelas empresas. A afirmação de que esses serviços são atividades de inovação tecnológica confere legitimidade aparente a essas políticas, pois, quem pode ser contra inovar as tecnologias? Para isso se valem das universidades em caráter instrumental, guiados pelo pragmatismo e pelo utilitarismo, sem considerar as consequências negativas daí advindas. Obviamente, frente a esses propósitos, a universidade se distancia de sua função social de ensino, pesquisa e extensão, lócus do pensamento sistemático e rigoroso a serviço dos grandes problemas nacionais

e dos povos em suas lutas por condições dignas de vida, o que inclui, evidentemente, o mundo econômico e especialmente o conhecimento subjacente à produção material da vida.

No Brasil, a universidade é chamada a empreender diretamente serviços que exigem pessoal qualificado, mas que as empresas não querem contratar, pois sequer dispõem de infraestrutura para Pesquisa e Desenvolvimento. Usualmente, contratam serviços de adequação de pacotes tecnológicos à realidade das forças produtivas e organizacional local, na produção de laudos e certificações, no levantamento de indicadores necessários às estratégias empresariais ou mesmo na propagação de mercadorias e produtos de interesse das corporações, como as sementes transgênicas, por exemplo, e, não menos relevante, na difusão de valores ideológicos congruentes com o modelo.

Os desdobramentos dessas novas atribuições para a universidade são sumamente relevantes e transtornam todas as esferas: trabalho docente, projetos de pesquisas, formação dos estudantes, funcionamento institucional e relações de poder. Em suma, reconfiguram todas as dimensões da vida universitária. Nos termos de Chauí (2001), uma universidade que incorpora as demandas de serviços que as empresas não querem realizar ou que assume o papel de legitimar ações destrutivas para o meio ambiente e para a vida social dos povos modifica a sua natureza institucional, assumindo a forma de organização social,

justo o modelo propugnado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado iniciado por Cardoso e que teve continuidade com Lula da Silva com as demais medidas de reforma do Estado e, particularmente, com a lei das parcerias público-privadas (Lei 11.079/04). A consequência mais grave e profunda dessa refuncionalização é de natureza ética, repercutindo de modo dramático na produção e socialização do conhecimento (Cardoso, 1994).

Embora as áreas em que a comodificação avançou mais intensamente estejam localizadas em alguns centros e departamentos, as reconfigurações da universidade são muito mais abrangentes. Os grupos associados às *commodities* e aos grandes projetos auspiciados pelo setor de petróleo, via Agência Nacional do Petróleo, possuem recursos para seus laboratórios muito acima das demais áreas. Embora os recursos adicionais sejam provenientes de convênios com empresas, as verbas públicas seguem sendo asperamente disputadas, pois a competitividade desses setores decorre, em grande parte, do subsídio público. A folha básica de pagamento é pública, a aposentadoria é pública, parte das instalações é pública, os gastos com energia, segurança e limpeza dos laboratórios apoiados pelas empresas são custeados pelo orçamento da universidade. Por isso, as demandas da inovação repercutem na distribuição das verbas públicas da universidades, via-de-regra aumentando a participação das áreas mais intensivas em convênios e contratos com em-

presas no gasto geral da instituição. Desse modo, a desigualdade entre as áreas aumenta.

No caso da cadeia produtiva de petróleo e gás, existe real desenvolvimento tecnológico nas universidades e pesquisas básicas associadas associadas e, após muita luta, a Agência Nacional de Petróleo acabou concordando em incluir o ressarcimento parcial do custo indireto dos seus projetos. Com efeito, o diferencial do setor de petróleo e gás decorre do fato de que a principal empresa do setor, Petrobras, possui seu próprio departamento de Pesquisa e Desenvolvimento e, por isso, o papel da universidade não é de substituir a carência dessa divisão.

O tema, portanto, não pode ser examinado sem considerar a forma específica como ocorre a relação da universidade com as empresas. Regra geral, quando a empresa não possui departamento de P&D próprio, a universidade é pressionada a suprir essa lacuna, havendo severo risco de descaracterização da pesquisa universitária.

De modo mais amplo, é importante reafirmar a proposição anteriormente esboçada de que, por mais virtuosa que possa ser a relação da universidade com o setor produtivo, o foco predominante na P&D, dirigida pelas demandas das corporações, reduz o espectro de problemas a serem investigados pelas universidades, comprometendo sua função social pública de projetar cenários de futuro para transformá-los em prol do bem viver dos povos.

Entre 2000 e 2003 não aconteceram mudanças substantivas na educação superior pública brasileira. Grande parte das alterações, como visto, ocorreu na década de 1990, especialmente na segunda metade, sob o governo Fernando Henrique Cardoso. Após a eleição de Lula da Silva, empossado em 2003 foi criado um ousado programa de isenções tributárias das instituições privadas, o Programa Universidade para Todos, alcançando, surpreendentemente, as empresas com fins lucrativos, situação claramente não prevista no Artigo 213 da Constituição Federal. A partir de 2008, em virtude da inexistência de lei específica, o setor educacional passou a compor as movimentações dos fundos de investimentos que realizaram agressivo processo de aquisições. Com isso, os grupos líderes realizaram abertura de capital e passaram a negociar suas ações na bolsa de valores. Não é propósito do presente livro examinar as especificidades do setor privado de educação superior. Contudo, é importante salientar que a combinação entre a alavancagem do setor privado mercantil pelo ProUni e pelo redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil promoveu tal crescimento dos gastos que estes passaram a comprometer o financiamento do setor público (Leher, 2018).

A expansão do número de instituições foi amplamente liderada pelas privadas, notadamente por seu segmento privado-mercantil: 951 instituições em 2010 para 1.153 em 2017. Enquanto isso, o setor privado dito

sem fins lucrativos decresceu acentuadamente entre 2010 e 2017 (caindo de 1.149 para 999). Estes números confirmam que o privado mercantil avançou sobre o privado dito sem fins de lucro. E o setor público, por sua vez, teve suave crescimento no período, porém muito inferior ao do setor mercantil (2010: 278 instituições, 2017: 286 instituições). O hiato entre o número de instituições e de matrículas privadas e públicas aumentou substantivamente entre 2010 e 2017.

No caso do setor privado, é necessário registrar que tal expansão não decorre da pujança do mercado. É certo que a demanda é muito alta, visto que a taxa líquida de matrículas na faixa de 17 a 24 anos não ultrapassa 20%; contudo, antes da ampliação do Fies não havia real demanda: a oferta de vagas, no final dos anos 1990, era superior ao estoque de estudantes que concluíram o ensino médio e possuíam renda para acessar o ensino superior.

A indução do Estado se deu por mecanismos semelhantes aos da ditadura: por meio de isenções tributárias – não para os consumidores, mas para as empresas – instauradas pelo ProUni e por meio de empréstimos subsidiados para os consumidores, fortalecendo o Fies. A exemplo do Crédito Educativo (1976), o Fies é uma modalidade de crédito dirigida diretamente para os grupos educacionais, mas tomado em nome do estudante que é responsável pela dívida, porém beneficiado pelo forte subsídio do Estado.

Existe forte congruência entre a expansão do número de instituições privadas mercantis, superior a 20%, o

crescimento do número de novos financiamentos por ano, passando de 76 mil em 2010 para 732 mil em 2014, ano em que quase um quarto dos estudantes do setor privado possuía crédito do Fies. Os recursos públicos destinados ao Fies alavancaram o setor mercantil, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2010 para R\$ 16,5 bilhões em 2015. Em 2016, o programa possuía um conjunto de perto de 2 milhões de matrículas com um subsídio implícito de R\$ 11,4 bilhões e custo anual projetado de R\$ 32 bilhões (Ministério da Fazenda, 2017).

É inescapável constatar uma situação aparentemente paradoxal. Foi em nome da democratização do acesso à educação superior, notadamente no segundo governo de Lula da Silva e, a seguir, do governo Dilma Rousseff, que a mercantilização assumiu proporções que levou o Brasil a ter a educação mais mercantilizada do mundo. Apenas um único grupo, sob controle de diversos fundos de investimentos, especialmente estrangeiros, o grupo Kroton, possui mais estudantes do que todas as 63 universidades federais reunidas. E foi justamente no governo Rousseff que a expansão das universidades federais, verificada entre 2007 e 2013, passou a correr risco de continuidade, situação agravada, sobremaneira, com a Emenda Constitucional n. 95/ 2016.

Em 2002, o país contava com 45 universidades federais e 148 *campi*, em geral no interior. Entre 2003 e 2010 foram criadas 14 universidades e, entre 2011 e 2014, mais 4 instituições, totalizando 63 universidades federais com 321 *campi*, alcançando 275 municípios,

ampliando em mais de 60% as matrículas. No período, ingressaram cerca de 22 mil docentes (MEC, 2012). Tão relevante como a expansão foi a mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, inédito na história do Brasil. Com efeito, as mudanças foram de enorme alcance, ampliando, sobremaneira, as matrículas de jovens negros e provenientes das classes trabalhadoras mais exploradas. Trata-se de uma grande mudança nos mecanismos de poder que operacionalizam a reprodução das classes sociais no Brasil. A discussão, por conseguinte, é sobre a sustentabilidade e a irreversibilidade dessas conquistas. No atual governo as cotas são desqualificadas pelo Presidente da República como “coitadismo” (que é preciso acabar – sobretudo em relação a homossexuais, negros, mulheres e nordestinos) (Agência Brasil, 2018).

A concepção reacionária difundida como uma das mais perniciosas dimensões do senso comum que se propagou após 2013 exigia cautela sobre a condução das políticas públicas. Evidentemente, nenhuma lei, nem mesmo a Constituição, protege de modo permanente os direitos sociais, mas é diferente a salvaguarda de direitos sociais por lei ou por decreto. O decreto é um ato monocrático do presidente, enquanto a lei envolve embates no Congresso Nacional. A realidade adversa para as universidades federais no governo Bolsonaro evidencia, contudo, que o desenvolvimento de políticas “democratizantes” (como a expansão das universidades e institutos federais, as cotas e a assistência estudantil, assim como o fortalecimento do



orçamento do CNPq e da Finep), sem a institucionalização destas na forma de leis, permite que os avanços sejam facilmente desmontáveis: essa é a realidade brasileira atual. De fato, a ausência de políticas de financiamento das universidades, consignadas em lei, e a ausência de lei específica sobre a garantia da assistência estudantil debilitam os pilares centrais da recente democratização das universidades federais. No caso específico das cotas, estas foram asseguradas como lei (Lei n. 12.711/2012), mas não o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), estabelecido por meio do Decreto n. 7234/2010, o que o torna vulnerável, assim como o orçamento das Federais, igualmente não estabelecido em lei. Tampouco foi alterada a lista tríplice para a escolha de reitores, o que permite aberta ingerência dos governos sobre a autonomia universitária, operacionalizando as investidas governamentais por meio de reitores-interventores que devem obediência a quem os nomeou de modo ilegítimo, e não ao Conselho Universitário das instituições. Assim, a Constituição Federal de 1988 assegurou a natureza autônoma da universidade, porém a luta democrática após a Constituinte não teve força para assegurar as bases institucionais e estruturais para que a autonomia pudesse ser efetiva.

Outro aspecto a observar sobre a democratização do acesso estabelecida a partir de 2008 é que não foram poucas as tentativas de simplificar os percursos formativos dos estudantes, como os bacharelados interdisciplinares. As resistências dos estudantes das

universidades federais foram muito relevantes para impedir o que seria outra enorme vulnerabilidade da expansão. Se no setor público a simplificação não veio, no setor privado a expansão assumiu feições estritamente mercantis, especialmente por meio de cursos a distância, inclusive, mais recentemente, de mestrado e doutorado como preconizado pela Portaria n. 275, 18/12/2018 da Capes.

A realidade imposta, após a destituição de Dilma Rousseff, com o chamado teto (declinante) de gastos (EC n. 95/16), evidenciou a fragilidade institucional da expansão, situação agravada pelo confronto empreendido pelo governo Bolsonaro contra as universidades, salientado na introdução do presente livro.

Cabe examinar mais de perto, por meio da análise do financiamento federal da educação, o curto período de experiência de governos que combinaram medidas sociais e, ao mesmo tempo, o chamado tripé de políticas neoliberais já apontado.

### **Gastos educacionais nos anos 2000**

O gasto *per capita* em educação entre 1995 e 2005 se manteve praticamente inalterado, pouco inferior a R\$ 1 mil. Em virtude dos esforços dos municípios, estados, Distrito Federal e União, a partir de 2006 e até 2014, os gastos *per capita* subiram por volta de 100%, alcançando pouco menos de R\$ 1,9 mil. A partir de 2015 a curva passou a ser novamente descendente (Castro, 2019).

Assim, no período neoliberal desenvolvimentista houve aumento efetivo dos gastos educacionais no Brasil, mas, por não ter sido institucionalizado, foi facilmente revertido a partir de 2015. No Brasil, os gastos educacionais são compartilhados pelos municípios (25% da receita líquida de impostos), estados (*idem*), Distrito Federal (*idem*) e União (pelo menos 18% das receitas líquidas de impostos). A análise da política educacional exige que o montante de cada ente da Federação seja analisado brevemente, pois, desse modo, é possível verificar a prioridade conferida por cada ente ao desenvolvimento da educação pública e, também, como foram aplicados considerando suas atribuições constitucionais (estados, municípios e DF, prioritariamente a educação básica).

Inicialmente, é preciso examinar os gastos da União que, afinal, possui a maior parte dos tributos nacionais. Seguindo Castro (2019), podemos constatar que, de fato, o crescimento foi substantivo a partir de 2008, passando de R\$ 61,5 bilhões em 2008 para R\$ 130,1 bilhões em 2014 (valores constantes). Em termos de PIB, entretanto, os gastos passaram de 1,1% para 1,3%, um crescimento pouco ambicioso. A partir de 2015, como assinalado, ocorreu uma inflexão que se agravou sobremaneira após a EC n. 95/2016. Em 2017, foram aplicados R\$ 117 bilhões, mantendo o percentual do PIB em virtude da queda deste. Contudo, os gastos seguiram caindo em 2018 e 2019. Isso fica evidente quando o crescimento real do gasto Federal em educação é examinado. É possível perceber que entre

2008 e 2012 houve o pico de crescimento. A partir de 2013 o crescimento perdeu força, despencando a partir de 2015.

Conforme aponta Dweck (2019) no curto período expansivo dos gastos (2008 a 2012), os gastos com investimentos passaram de 10% para 18% do orçamento primário do MEC. A análise da evolução do crescimento anual dos gastos permite compreender melhor o sentido das mudanças após 2015: em 2018, os investimentos retornaram ao patamar de 2002, a saber, 4%.

É possível concluir, por conseguinte, que existiu um curto período de ampliação de recursos para a educação pública a partir da União. Entretanto, o país ainda possui um gasto aluno no ensino superior, *per capita*, muito inferior ao dos países da OCDE. Em paridade de poder de compra (2015), o Brasil ocupa a posição 48 entre 99 países com gasto de US\$ 5 mil/ano. Grã Bretanha e Alemanha, por exemplo, aplicam cerca de três vezes mais (Dweck, 2019).

Em relação ao esforço dos estados e municípios, é preciso lembrar que o Brasil gasta 5% do PIB com educação. Como a União, em 2015, era responsável por 1,3% do PIB, é possível concluir que os demais entes foram responsáveis pelos 3,7% do PIB restantes. Assim, embora com menos recursos relativos, são os estados e municípios que sustentam o grosso da educação brasileira. E com a queda dos gastos federais, em virtude da EC n. 95/2016, o quadro somente irá piorar.

É importante visualizar a distribuição dos 5% pelos níveis e modalidades de ensino. Entre 1995 e 2015, a educação infantil teve crescimento de 0,4 para 0,6% do PIB; o ensino fundamental, de 2,3 para 2,7% do PIB; o ensino médio e a educação profissional cresceram de 0,4 para 0,9% do PIB; e o ensino superior decresceu levemente de 0,9 para 0,8% do PIB. Ou seja, a melhoria geral nos gastos deve-se em grande parte ao esforço dos municípios e dos estados e não procede que a educação superior pública recebe a maior parte dos recursos para a educação, longe disso: dos 5% do PIB, as universidades federais e estaduais receberam o equivalente a 0,8%. A participação da União nos gastos educacionais entre 1995 e 2015 passou de 24% para 26%, um crescimento modesto. Os municípios, contudo, ampliaram sua participação, no mesmo período, de 28% para 39%, aumento correspondente a 1% do PIB.

### **Investidas contra as universidades federais**

Não é secundário lembrar que em 2015 as universidades federais tiveram um corte de 10% nos magros recursos de custeio (magros especialmente em virtude do fato de que grande parte deste é destinado ao pagamento de pessoal terceirizado) e de 50% nos recursos de investimento. Desde então, ano a ano os recursos têm sido decrescentes. Apesar da expansão das universidades e dos institutos federais, o orçamento de 2019 se aproxima do existente em 2011, justo quando a expansão se iniciava.

Desse modo, a recuperação das instalações e da infraestrutura não é possível com a atual ordem de grandeza dos recursos do MEC. Após a EC n. 95/2016 e, ainda mais, a partir do governo Bolsonaro, os cortes tornaram-se mais acentuados. Sobre a base de um orçamento achatado desde 2015, o governo Federal bloqueou 30% do orçamento geral das instituições, situação que, até o final de agosto de 2019 não havia sido revertida, provocando uma situação de iminente colapso orçamentário das maiores instituições, especialmente das mais antigas. Este bloqueio, prenúncio de cortes futuros, se soma, por conseguinte, a um quadro em que inexistem recursos de investimentos, afetando, sobretudo, a infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão.

Desse modo, os aspectos democráticos do período Lula da Silva e Dilma Rousseff, como a realização de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, ainda que abaixo da necessidade das instituições, encontra-se severamente ameaçado. Outras políticas importantes estão igualmente diante de um futuro incerto, como a emocionante e crucial mudança no perfil social dos estudantes das universidades e institutos federais.

Conforme o estudo do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais realizado pela Andifes, 51,6% de seus estudantes são negros, mais do que triplicando o número de estudantes em relação a 2003; 70,2% possuem renda *per capita* familiar de no máximo um salário mínimo e meio e mais da

metade vive em famílias com renda *per capita* mensal de até um salário mínimo. Em 1996, os que possuíam renda *per capita* inferior a meio salário mínimo não passavam de 3%, em 2018 este segmento alcançou 26,6%. Os estudantes provenientes da rede pública já ultrapassam 64% (Andifes, 2018). São mudanças estruturais que, seguramente, estão sendo observadas pelo governo Bolsonaro em sua estratégia de estrangulamento orçamentário. Sua interpelação às classes populares se dá por meio dos agrupamentos pentecostais e neopentecostais. Os estudantes das públicas, ao contrário, são severamente críticos ao seu governo e aos valores por ele propagados. A sua fala sobre cotas, associando-a ao “coitadismo”, conforme citado anteriormente, corrobora essa proposição.

No alvorecer das políticas neoliberais brasileiras, em 1994, o Banco Mundial publicou um documento que se tornou paradigmático para os neoliberais, *O Banco Mundial e a Educação Superior: Lições Derivadas da Experiência* (World Bank, 1995), no qual o Banco ensina que a diversificação das fontes de financiamento – na perspectiva da autonomia financeira das instituições – tem como premissa a existência de um mercado consumidor. Pouco adiantaria o fim da gratuidade se os estudantes não têm poder aquisitivo para pagar mensalidades ou empréstimos estudantis. Para resolver esse problema, o Banco recomenda o fim das políticas de assistência estudantil, pois, desse modo haveria uma seletividade social positiva para a consolidação da desresponsabilização do Estado,

tudo isso, claro, em nome da justiça social, posto que, nas palavras do Banco, a gratuidade na universidade subsidia as pessoas erradas (o perfil dos estudantes apresentado anteriormente refuta veementemente tal tese), ou seja, os ricos. Como é possível depreender, os fatos alternativos são utilizados como “fundamentos” das políticas antidemocráticas.

### **Gastos em Ciência e Tecnologia**

As políticas para a educação superior no Brasil estão em estreita conexão com as políticas de C&T e com a organização da base econômica do país.

Em virtude da correlação de forças do padrão de acumulação – caracterizado por Fontes (2010) como capital-imperialismo –, as frações burguesas dominantes ocupam nichos econômicos em que sobressaem *commodities* (especialmente setores agro, proteína animal e mineral), industrialização mediada por tecnologias intermediárias e serviços de complexidade variável, como bancos, saúde, comércio, e uma miríade de serviços informais. Os segmentos de menor complexidade abrangem a maior parte da força de trabalho.

Nestes marcos, a missão da universidade no neoliberalismo não pode deixar de expressar essa diversidade de situações. Regra geral, está cada vez mais pressionada a assumir um lugar de prestação de serviços e de suporte ao padrão de acumulação. Existe, por conseguinte, uma tensão que perpassa as instituições universitárias com tradição de pesquisa, especial-





mente com a venda segmentada da Petrobras e das grandes reservas de petróleo. Ademais, os processos de formação na graduação e na pós-graduação igualmente ficam sob pressão do Estado.

Após o *impeachment* político de Dilma Rousseff, por meio de uma ação jurídico-parlamentar desprovida de fundamentação legal, o que caracterizou uma ruptura democrática, o MCTI foi extinto com a Medida Provisória n. 726/2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016, e fundido com a área de Comunicação, sendo então denominado como Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). É também o período de profunda queda orçamentária da área. Em 2005, o orçamento executado para pesquisa foi de R\$ 3 bilhões. Em 2010, o montante alcançou R\$ 5,5 bilhões. Em 2014, perto de R\$ 6 bilhões. Em 2017, despencou para R\$ 3 bilhões, tendência que se repetiu, com reduções, em 2018 e 2019, conforme estudo da Academia Brasileira de Ciências.

É necessário assinalar que a política de redução dos recursos para a área de ciência e tecnologia não decorre da falta de receitas. Desde 2013, os recursos provenientes dos fundos que constituem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) são maiores do que os recursos destinados ao CNPq e à Finep. Em 2012, 2013 e 2014 os recursos arrecadados pelo FNDCT somaram R\$ 2 bilhões/ano acima do que foi repassado. Em 2017, a diferença entre o arrecadado e o destinado ao CNPq e a Finep foi superior a R\$ 3 bilhões (Pacheco, 2016).

Examinando a evolução do orçamento da área é possível constatar que os indicadores da crise a partir de 2014 impactaram fortemente no setor. E, com isso, a manutenção da infraestrutura de pesquisa, se não houver reversão da EC n. 95, ficará inviável a partir de 2020. Sequer bolsas de estudo e de pesquisa poderão ser mantidas. No Projeto de Lei Orçamentária de 2020, os recursos da Capes despencam de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 2,2 bilhões. E o mesmo está ocorrendo com o CNPq e a Finep neste projeto orçamentário. Assim, não será possível manter sequer o cotidiano da pesquisa no país já depreciada pelos quatro anos de queda orçamentária (2014 em diante).

Com a eleição de Jair Bolsonaro – expressando os anseios do bloco no poder –, é perceptível que as universidades públicas federais e os institutos de pesquisa perdem os últimos resquícios de fomento público significativo. Considerando o quadro mais geral, contrarreforma da previdência, desindustrialização com redução da complexidade e mesmo com a extinção de elos tecnocientíficos das cadeias produtivas, é forçoso considerar um quadro de gravíssimas proporções. E, com isso, a alternativa estabelecida pelo governo Federal para a sobrevivência de parte dos laboratórios é a refuncionalização destes como um segmento de serviços utilitaristas.



UNIVERSIDADE,  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA NO  
CAPITALISMO  
DEPENDENTE



“Esse bicho, que não é isso nem aquilo – um animal improvável na escala da evolução”

Francisco de Oliveira

Em *Crítica à razão dualista*, publicado originalmente em 1972, Francisco de Oliveira caracteriza as particularidades da formação econômico-social brasileira transtornada pela coexistência, e interpenetração, do arcaico e do moderno. A metáfora do ornitorrinco é especialmente aguda para qualificar “a espécie de capitalismo que se gerou no país e que não dá mostras de mudança no momento mesmo em que o Partido dos Trabalhadores chega à Presidência da República”. De fato, o ornitorrinco é um animal que possui bico semelhante ao do pato, é ovíparo, mas é mamífero. Essa coexistência de tempos desiguais é a marca da formação social brasileira (Oliveira, 2003).

O país ocupa destacada 13ª posição (2017) entre os de maior produção científica mundial. A pujança dessa produção deve-se ao fato de que as mesmas estiveram estreitamente vinculadas a um sistema de pós-graduação que cresceu acentuadamente desde 1960, saltando de perto de 1,1 mil programas em 1985, ano de criação do MCT, para mais de 6,3 mil programas de mestrado e doutorado (2017), podendo formar mais de 50 mil mestres e doutores por ano, em todas as áreas do conhecimento. Entre 2011 e 2016, conforme dados do *Web of Science*, foram publicados 250.680 artigos que logram crescente impacto internacional (Science-Metrix, 2018).

Mesmo no período do mal conceituado neodesenvolvimentismo – exceto Petrobras (Portal IF, 2016), Embraer e um reduzido número de empreendimentos – as empresas líderes são, no geral, de baixo conteúdo tecnológico e pouco colaboram com as universidades, o que restringe a inserção produtiva dos mestres e doutores formados nas áreas duras, como engenharia e informática.

Conforme o Ipea, 2014, Censo de 2010, sete em cada dez profissionais de ciência, tecnologia e engenharia não ocupam cargos típicos de suas áreas de formação. Entre os graduados em ciências, matemáticas e computação, apenas 21% dos profissionais estão em funções comuns à profissão (Maciente, Pereira e Nascimento, 2014). Enquanto nos EUA, 60% dos mestres e doutores em ciência dura são absorvidos pelas empresas para fazer pesquisa; no Brasil, de 2006 a 2008, formamos 90 mil desses profissionais e apenas 68 deles foram empregados nas empresas (Dagnino, 2017).

Essas considerações são cruciais para a linha de análise do presente livro. Paradoxalmente, as políticas de Ciência e Tecnologia outrora direcionadas às universidades e institutos de pesquisa estão sendo engolfadas pela inovação que, desse modo, passa a ser a dimensão que, pretensamente, pode legitimar a existência das universidades. Contudo, mesmo que a universidade incorporasse acriticamente essa ideologia *inovacionista* (e ideologicamente, a adesão a tal crença é relevante em diversos setores universitários),

a sua disposição colaborativa não modificaria o baixo patamar das inovações e patentes brasileiras.

A universidade forma pessoal em ciências duras, engenheiros, analistas de Tecnologia de Informação, mas poucos logram desenvolver atividades congruentes com a sua formação no “mercado”. Entre as grandes corporações que interagem de modo relevante com as universidades no Brasil, como visto, apenas a Petrobras aparece com destaque.

O problema, por conseguinte, não se restringe à inconsistência da afirmação de que o “fortalecimento da inovação na universidade” provoca a sua capilarização nos setores produtivos. Sem cadeias produtivas complexas na esfera econômica, ao contrário, a universidade forma pessoal científica e tecnologicamente de modo sofisticado que não é efetivamente incorporado nas empresas que, em geral, sequer possuem departamentos de P&D próprios. Desse modo, a maior parte dos doutores formados nas universidades públicas somente tem postos de trabalho no próprio setor público de pesquisa. E, com a Emenda Constitucional n. 95/2016, sequer o setor público abrigará a maioria desses quadros.

Além de inconsistente com os fatos objetivos, é necessário problematizar a narrativa de que as inovações conformam o fulcro da função da universidade, calibrando-a com os anseios da sociedade.

Já foi indicado que os circuitos da inovação passam, fundamentalmente, pelos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas propician-

do, em muitos casos, conhecimentos que possibilitam melhorias nas condições de vida no país. Para construir alternativas ao padrão de acumulação que consume vorazmente os recursos naturais e pressupõe condições brutais de exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, é necessário que as universidades e institutos possam se apropriar de conhecimentos necessários para ultrapassar protótipos, princípios ativos e interferir na concepção da produção massiva de bens e serviços. Entretanto, isso só é viável se existirem setores produtivos com disposição de desenvolver capacidade de pesquisa e desenvolvimento. Outrora, empresas públicas investiram nessa linha, contudo, com a privatização das estatais seus departamentos de pesquisa e desenvolvimento foram fechados.

A UFRJ desenvolve projetos para a Petrobras, financiados pela cláusula do petróleo estabelecida pela Agência Nacional de Petróleo. Esses conhecimentos estão em interação com o Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) que, desse modo, engendra novos produtos e processos aplicados nos negócios da empresa. Dessas pesquisas resultaram conhecimentos, processos e produtos que viabilizaram a exploração de petróleo do Pré-Sal. Se inexistissem o Cenpes e a Petrobras, pouco teria sido realizado pela UFRJ e vice-versa. Essa é uma questão crucial a ser considerada.

Mesmo essas pesquisas necessárias e relevantes não contemplam todas as funções das universidades contemporâneas. Subjacente ao fetiche *inovacionista* segundo o qual a inovação abarca toda a vida univer-



sitária, existem problemas lógicos, epistemológicos e, em vários sentidos, um profundo afastamento dos problemas dos povos. As demandas particularistas das corporações, por definição, não interpelam os problemas decorrentes do próprio sistema de acumulação e, pelos mesmos motivos, o modo como as corporações atuam no sentido de maximizar seus lucros em detrimento de considerações socioambientais mais estruturais, além do lugar comum do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social da empresa.

O comprometimento das universidades com as corporações torna-se muito mais profundo quando seus grupos de pesquisa e seus laboratórios cumprem funções que deveriam ser da alçada dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das corporações. O tipo de envolvimento pode variar desde a pesquisa voltada para a produção de mercadorias tangíveis (minérios, petróleo, sementes, insumos agroquímicos, equipamentos) até mercadorias simbólicas (processos industriais, patentes, certificações, pareceres favoráveis diante de controvérsias ambientais e para a saúde humana).

As políticas *inovacionistas* proclamam “recompensar a inovação”. Entretanto, são frequentemente omissas em temas como as patentes e os tratados de propriedade intelectual. O princípio da “Nação Mais Favorecida”, presente na legislação dos acordos comerciais, e da propriedade intelectual, corroboram a interdição do desenvolvimento tecnológico de áreas estratégicas como a de fármacos. O longo período

da proteção da propriedade intelectual atrasa a difusão de medicamentos genéricos. A concentração de patentes relevantes nas corporações multinacionais segue alta e, no caso dos países ditos em desenvolvimento, muitas patentes registradas a favor de corporações, reforçadas pelas leis nacionais, travam a pesquisa e desenvolvimento nas universidades que possuem relação com o setor produtivo nacional.

O problema mais grave, entretanto, é que mesmo quando uma patente é registrada na universidade ou já está vencida, o encadeamento produtivo no país não permite que o conhecimento se converta em produtos e processos de interesse social. Esse é um tema denso e profundo, pois mostra a natureza das relações entre as frações burguesas locais e as hegemônicas. As locais seguem como parceiras menores e subordinadas. As bases para a soberania do país em termos de tecnologias estratégicas estão dramaticamente frágeis. Os indicadores sobre depósitos de patentes e gastos em P&D pela Coreia e Brasil são elucidativos em relação aos horizontes do bloco no poder em ambos países. Em 1980, os números medíocres de patentes registradas nos Estados Unidos eram basicamente os mesmos entre a Coreia e o Brasil (menos de 100). A década de afirmação do neoliberalismo no Brasil manteve os patamares estagnados no Brasil (1996: cerca de 700). Na Coreia, distintamente, a manutenção do Estado como força organizadora da economia provocou um enorme descolamento em relação ao Brasil. O patamar da

Coreia (1996: cerca de 3.500) alcançou níveis estruturalmente distintos do Brasil.

Ao contrário do apregoado pelos dirigentes do MEC no governo Bolsonaro, os recursos de P&D obtidos de empresas não ultrapassam em média 5% do total dos recursos das universidades: a média nos EUA é de 6%. As estaduais paulistas alcançam perto dessa média (Brito Cruz, 2015). As patentes, igualmente, não são produtos típicos das universidades, nos EUA em 2008: 3,7%. É preciso não perder o foco de que P&D requer protagonismo das empresas; as universidades, por sua vez, podem ter seus conhecimentos transformados em processos e produtos, mas se e somente se houver circuitos de P&D nas empresas. A lista de conhecimentos que lograram forte retorno produtivo é muito grande. A fixação biológica de nitrogênio por Johanna Döbereiner (UFRRJ/Embrapa); a melhoria da produção do etanol, por pesquisa da estrutura do genoma do *Saccharomyces cerevisiae*, por pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp); os trabalhos do Instituto Agrônomo de Campinas sobre nova geração de biocombustível; as pesquisas sobre aeronáutica e conforto de voo, pela Embraer em conjunto com a escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP); sobre dinâmica de fluídos aplicada à aeronáutica, pela Embraer; os estudos sobre equipamentos, válvulas, corrosão, fluídos para extração de petróleo em águas profundas realizados pela Coppe e pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com a Petrobras. Sempre com cone-

xões com a indústria, são pesquisas que resultam em melhorias econômicas e sociais, porém não abarcam, nem poderiam, toda a complexidade de temas como energia, transporte etc. São pesquisas que, inseridas no circuito de P&D, passam a estar dirigidas para fins específicos.

Entretanto, o alcance da inserção de pesquisadores vindos das universidades no setor produtivo é muito limitado. Não ultrapassa 80 mil pesquisadores nas empresas privadas. Sequer no período expansionista, entre 2005 e 2013, a economia adquiriu maior complexidade, pois impulsionada pela venda de *commodities* supervalorizadas em virtude da expansão chinesa.

Neste contexto, os recursos para o MCTI praticamente dobraram entre 2007 e 2013. Com isso, muitos grupos de pesquisa lograram manter e expandir suas atividades. O número de bolsas de mestrado, doutorado, iniciação científica e de produtividade aumentou significativamente. Contudo, pouco foi dirigido à infraestrutura geral da pesquisa nas universidades públicas, tornando o fomento pouco sustentável.

Avaliar políticas públicas é complexo. Uma das variáveis a ser analisada é se uma dada medida (por exemplo, ampliação de recursos) era uma tendência sustentável, prevista em leis específicas, ou se dependiam das flutuações da conjuntura econômica e política. No caso das políticas de fomento à ciência, tecnologia e inovação a realidade mostra que inexisteram barreiras institucionais que impedissem a acelerada queda do orçamento, especialmente após a EC n. 95/2016.

De fato, com a redução do crescimento chinês e o agravamento da crise econômica mundial, as fragilidades estruturais do modelo se tornaram mais evidentes. A conversão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em Fundo de Natureza Contábil e Financeira, não passível de contingenciamento, por exemplo, não foi efetivada no período. Após a EC n. 95/2016 os recursos do referido Fundo chegaram a ter contingenciamento de perto de 80%. Após o sistema crescer com novos laboratórios, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, o patamar de recursos de 2018 regrediu a 2005, justo antes do ciclo expansivo das Federais.

A grave crise da área de ciência e tecnologia no governo Bolsonaro – alcançando as universidades públicas, os institutos federais de educação tecnológica e os institutos de pesquisa – possui, em síntese, determinantes como: a) a perda de complexidade das cadeias produtivas, b) as consequências da EC n. 95/2016, c) a descomplexificação do aparelho de estado, por meio de ações ideológicas do governo contra as evidências científicas e as considerações da comunidade científica, a exemplo da exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais, Ricardo Galvão e d) o irracionalismo de segmentos importantes do governo propagado por ações hostis à liberdade de cátedra das universidades e à liberdade de pensamento das áreas de cultura e arte, objetivando difundir um senso comum reacionário e obtuso que favoreça seus futuros políticos.

Desses determinantes resulta um panorama muito preocupante sobre o futuro das instituições universitárias. O ambiente é de hostilidade à ciência, à cultura e à arte. A democracia, nesse contexto, está sob ameaça crescente. Faz parte dessa ofensiva o propósito de refuncionalizar as universidades como organizações utilitaristas, por meio da retirada paulatina de orçamento público e da imposição de um modelo de financiamento que assegure a supremacia dos interesses particularistas sobre a liberdade de cátedra, o compromisso com os problemas dos povos e de projetos autopropelidos e democráticos de nação, a exemplo do já mencionado programa bolsonariano denominado Future-se.

## CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A ÉTICA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A função social das universidades em contextos favoráveis ao bem viver, à democracia, ao desenvolvimento econômico-social em prol da dignidade do trabalho e da igualdade social exige a interconexão entre ciência básica, ciência aplicada, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento. Ao longo do presente livro foi reiterado que é preciso diferenciar interações positivas e virtuosas – agricultura, saúde, fármacos, meio ambiente, educação, energia, planificação das cidades – em que a pesquisa sobre processos de produção e a criação de bens e direitos sociais em prol da vida

regem as complexas interações das universidades com a produção material da vida daquelas interações que exacerbam a mercantilização e a comodificação do conhecimento em prol das expropriações, da exploração e da conversão da natureza em negócios direcionados à acumulação destrutiva do capital. A fronteira entre ambas nem sempre é nítida e, por isso, é necessário pensar conceitos e metodologias que permitam aferir o sentido da interação.

Desde logo é preciso afirmar a indissociabilidade entre autonomia universitária e a ética na produção do conhecimento (Cardoso, 1994). Todos os projetos que envolvem exploração das fronteiras entre, de uma parte, a ciência e a tecnologia e, de outra, a pesquisa e desenvolvimento, devem ser rigorosamente avaliados quanto a sua pertinência para a instituição (relevância acadêmica e imagem institucional) e para o bem viver dos povos (relativo à ética pública). A apreciação cuidadosa pelos pares, pelos conselhos das instituições, por comissões de ética são condições necessárias. Complementarmente, é preciso escutar os movimentos sociais sobre como tais processos produtivos são compreendidos. O desencontro de avaliações é natural, especialmente em uma sociedade capitalista. Nem sempre, por suposto, a avaliação dos movimentos sociais é incontestável. Tampouco a da universidade pode ser assim considerada.

Os problemas éticos, econômicos, políticos e sociais apontados pelos movimentos sociais são muito penetrantes, densos de significado e possibilitam importan-

tes aprendizados para as universidades. Entretanto, o estudo não contempla o debate realizado no interior das instituições diante desses conflitos. É um limite do estudo. A apresentação dos casos etanol, soja, mineração e geopolítica têm como objetivo ampliar o campo de reflexão sobre as complexas interações das universidades com os setores econômicos em contextos capitalistas dependentes. É necessário remover qualquer intento de considerar as avaliações sobre as referidas interações como juízos de valor sobre as instituições, as pesquisas e os pesquisadores, temas, como destacado, não focalizados pelo presente estudo. A contribuição pretende, muito mais do que avaliar intrinsecamente os projetos, sustentar a relevância metodológica da análise dos conflitos sociais subjacentes ao fazer acadêmico em prol da análise sobre a ética da produção do conhecimento.

A indução particularista das empresas pode contribuir para afastar da agenda da universidade pesquisas que poderiam abrir novos horizontes para todos os domínios da vida: energias alternativas ao petróleo e às megarrepresas; mudanças tecnológicas na agricultura, tornando-a menos dependente dos agroquímicos e de poucos cultivares; sistemas de transportes coletivos e eficientes; educação integral, superando o utilitarismo das competências e assim por diante.

Os casos clássicos da indústria petroleira ao longo do século XX em relação à emissão de carbono e de seus nexos com a indústria automobilística; os escassos investimentos da indústria farmacêutica nas doenças



negligenciadas; as conexões da indústria de tabaco com a saúde; o modelo do agronegócio que compromete a soberania alimentar dos povos; a mineração a céu aberto, inclusive em territórios de povos indígenas e em ecossistemas frágeis, e por meio de barragens que recorrentemente provocam destruição e morte, são apenas os casos mais visíveis: o problema é muito mais profundo. A agenda da pesquisa universitária – e, mais especificamente, as problemáticas de pesquisa – tem de ser muito mais profunda e livre de influência particularista para responder aos dilemas da humanidade.

O problema da redefinição da pesquisa básica ou aplicada em pesquisa e desenvolvimento, eclipsando as primeiras (C&T), pode ser melhor compreendido a partir da ótica de movimentos sociais que se confrontam com os interesses de corporações. Os problemas decorrentes da fumigação aérea de defensivos, as rupturas de barragens, a exemplo de Brumadinho, em Minas Gerais, as expropriações e o comprometimento da biodiversidade em decorrência das megarrepresas e da expansão dos rebanhos na Amazônia, inclusive a partir de queimadas criminosas; o uso de transgênicos e agroquímicos que a ciência mundial problematiza e mesmo veda apenas aparecem como problemas quando engendram conflitos sociais. Como em situações específicas a universidade é chamada tão somente para emprestar o seu prestígio social para validar negócios das corporações que os movimentos sociais consideram nefastos, os conflitos com as universidades

têm sido cada vez mais comuns, envolvendo confronto com populações indígenas, camponeses, moradores de regiões atingidas por barragens, vítimas da pulverização de agroquímicos etc.

Para tornar pensáveis essas mudanças tão complexas e profundas é preciso partir de uma problemática que não está dada, devendo ser diligentemente construída. De fato, a problemática requer tornar pensáveis a relação ciência, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento com as universidades, em suas interações com as empresas no contexto capitalista dependente, considerando o desafio de buscar novas bases tecnológicas capazes de lastrear bases econômicas que assegurem o bem viver dos povos. O presente estudo tem a pretensão de contribuir para a localização do objeto universidade numa problemática *interessante*, um objeto para “o qual não se acabou o processo de objetivação” (Bachelard, 1983, p.121).

Em relação ao método de conhecer para tornar pensável o objeto a conhecer, o estudo parte de uma ótica pouco explorada e ainda não plenamente incorporada no debate acadêmico: toma as lutas sociais contra as corporações como uma referência fundamental, considerando especialmente as lutas cujos eixos abarcam os problemas sociais e ambientais. A partir desse prisma, examina o modo como as universidades se localizam nesses conflitos, considerando tanto os seus nexos com as empresas como com os movimentos. O estudo considera de especial interesse a investigação da participação da instituição

universitária em projetos de pesquisa financiados e subsidiados por essas corporações que engendram conflitos com comunidades em distintos territórios, problematizando a ética, a função social pública e a autonomia universitária.

A base empírica do estudo, no estágio atual, não está centrada na análise dos contratos e projetos de parcerias entre as corporações e as universidades desde uma perspectiva interna à instituição. Como destacado, o estudo privilegia a interpelação feita a partir dos movimentos sociais. É, portanto, a partir das lutas e conflitos entre movimentos sociais, corporações e universidade que esta investigação pretende indicar o quanto essas conexões são relevantes para tornar pensáveis a instituição, a produção acadêmica e o *ethos* acadêmico.

Para uma melhor compreensão dos nexos entre corporações, universidades, movimentos, o estudo busca identificar se existem confluências entre as estratégias que informam as corporações, as políticas de Estado para o setor e a universidade. Baseado no conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes (1968), é esboçada a hipótese de que a relação entre universidade-empresa quando afastada da ética na produção do conhecimento aprofunda a heteronomia cultural.

A partir das interpelações das lutas sociais espalhadas em distintos territórios, as pontuações aqui elaboradas não se restringirão a universidades específicas e a jurisdições provinciais. Interessa acompanhar os de-

lineamentos de relações entre forças produtivas e relações de produção, considerando os conflitos sociais deles decorrentes. O estudo reconhece, contudo, que a problemática aqui desenvolvida não pode deixar de considerar a necessidade de estudos particularizados para evitar generalizações indevidas e para apreender as razões, tensões e contradições nas instituições.

As grandes áreas energia, agronegócio, setor mineral e financeiro foram priorizadas, em virtude do peso relativo destas na Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, também, nas cronologias dos conflitos sociais do Observatório Social da América Latina do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Osal/Clacso). Como é um estudo subsidiário para a construção da problemática, existem desequilíbrios no aprofundamento de cada um desses setores que deverão ser enfrentados em novas pesquisas.

Na medida em que foi reconhecendo a recorrência de conflitos envolvendo determinadas empresas, a presente investigação se deteve na análise, ainda incipiente, das estratégias empresariais destas para legitimar suas ações no espaço educacional e especificamente universitário.

A relevância da problemática aqui esboçada deve-se ao fato de que essas relações conflituosas, contraditórias e operantes da comodificação fazem parte da crise estrutural a partir de 2008. A saída imperialista da crise induz fortemente o processo de exacerbação

da economia intensiva em recursos naturais e, por isso, as universidades serão demandadas, crescentemente, a serem parte subordinada dessas relações, sob o manto do chamado neodesenvolvimentismo.

Observando o tema a partir das universidades, considerando o contexto ideológico da última década em prol da supremacia da inovação frente à C&T, é inegável que a abrangência do *ethos* empreendedor está cada vez mais capilarizada nas instituições. Como os demais circuitos de financiamento estão sendo crescentemente bloqueados e mesmo reduzidos (EC n. 95/2016), a afirmação de que as universidades são livres para aderir ao projeto que refuncionaliza estas instituições (a exemplo do Future-se) não é verdadeira. Não se trata de uma opção, mas de constrangimentos materiais e simbólicos.

Isso não significa que esse processo de indução mercantil ocorra sem contradições, tensões e conflitos, mas o seu alcance é inegável, chegando às áreas sociais por meio de políticas de formação de professores a distância ou pelo encaminhamento de programas governamentais de alívio à pobreza e voltados para a formação do capital social, ou, ainda, programas de qualificação e treinamento profissional. Em níveis distintos e com graus variados de tensionamento, os valores mercantis permeiam toda instituição, naturalizando o uso de categorias como empreendedorismo, competências, empregabilidade, recursos humanos, competitividade, colaboração, governabilidade entre outros. São as próprias categorias das ciências que vão

adquirindo outro conteúdo semântico: público – passa a ser ‘interesse público’; sociedade civil – o lugar da colaboração entre cidadãos desprovidos de classe; luta de classes – conflitos a serem institucionalizados; exploração e expropriação – ressignificados como exclusão e inclusão. Bourdieu e Wacquant (2001) elencaram os termos-chave dessa nova língua com inúmeros exemplos.

No caso das ciências naturais, o quadro não é menos grave em virtude do possível conflito de interesses entre quem financia e a liberdade de pesquisa imprescindível para produzir conhecimento novo e relevante. Como fazer uma avaliação rigorosa das consequências para os recursos hídricos do plantio de eucalipto e pinus para produzir celulose, se o laboratório universitário tem financiamento de uma dada corporação que atua no setor? Como um trabalho crítico aos transgênicos será avaliado em uma prestigiosa revista se o seu conselho editorial tem pesquisadores financiados por corporações que atuam no setor?

A forma de tornar pensável o movimento do real torna-se ainda mais complexa em um contexto em que conceitos estão esvaziados por sucessivas ressignificações, difundindo o relativismo teórico que tudo aceita ou o neopositivismo que, com suas hipóteses parcelarias e atomizadas (Bachelard, 1983), assegura validade a todo tipo de proposição a favor do poder econômico, dos governos que atuam em seu nome etc. Daí a necessidade de considerar centralmente a ética no escopo dessa problemática.

Valendo-se da ciência elaborada pelas instituições universitárias, a ofensiva para aprofundar a condição capitalista dependente passa a ter suporte “racional”. Problemas de grande alcance, como o uso do glifosato na soja e os fortes indícios de suas consequências cancerígenas para a saúde das pessoas; a proliferação de sementes transgênicas que permitem inédito monopólio das sementes em poucas corporações, em detrimento das variedades crioulas, do meio ambiente e da saúde humana; o uso das bacias de água doce para a produção de celulose, comprometendo as bacias que são patrimônio dos povos; a construção de megarrepresas para beneficiamento de minerais, em detrimento do meio ambiente e das áreas indígenas e camponesas; as mineradoras a céu aberto corroendo a saúde das populações e contaminando a água; o patenteamento da biodiversidade nativa, em favor das corporações do complexo agro e farmacêutico; a constituição de grandes latifúndios capazes de permitir imensos rebanhos bovinos ou para produzir o agrocombustível valendo-se de força de trabalho submetida a condições análogas a da escravidão mais selvagem, todos estes problemas requerem uma ciência livre de influências econômicas diretas e imediatas.

Conforme Lee Fang, em 2015 um grupo de pesquisa sobre câncer da Organização Mundial da Saúde, a Agência Internacional para a Pesquisa sobre o Câncer (IARC, na sigla em inglês), classificou o glifosato, presente no herbicida Roundup, como uma substância provavelmente cancerígena. O Roundup é o herbicida

mais difundido no mundo, especialmente devido a soja e ao milho resistentes ao herbicida, assegurando bilhões de dólares à Monsanto, atualmente (desde 2018) fundida com a Bayer. A corporação estruturou um poderoso aparato para desacreditar a pesquisa e o próprio IARC, contando com a conivência dos deputados do partido republicano dos EUA. Contudo, as evidências dos problemas para a saúde se avolumam, existindo 11 mil processos relacionados ao glifosato. Arquivos divulgados pelo escritório de advocacia Baum Hedlund mostram que advogados e lobistas da Monsanto orientaram os legisladores republicanos e pressionaram o Instituto Nacional de Saúde dos EUA (NIH, sigla em inglês), buscando reduzir o apoio ao IARC (reduziram a participação dos EUA em US\$ 2 milhões) e, junto com os parlamentares, iniciaram pressão direta sobre os cientistas, inclusive os da Noruega que compunham o IARC. A empresa escreveu artigos de forma apócrifa atestando a segurança do glifosato. Um funcionário sênior da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA, na sigla em inglês), Jess Rowland, assumiu que poderia bloquear as investigações das agências de saúde sobre o risco de câncer e, de fato, a EPA divulgou um relatório declarando a segurança do produto, documento posteriormente retirado porque não havia sido concluído. Depois de deixar a EPA, Rowland foi para o setor privado como consultor de empresas químicas (Fang, 2019).

A condição obrigatória para o êxito de parcerias que afrontam a ética na atividade científica é a apre-



sentação das parcerias questionáveis como algo inevitável, em função da dita sociedade do conhecimento. Para isso, a presença das corporações na vida das universidades deve ser naturalizada, o que vem sendo feito de modo sistemático e diligente pelas organizações que se valem das universidades para as suas estratégias empresariais.

As principais corporações envolvidas nos setores intensivos em recursos naturais que estruturam o lirsu atuam decididamente no espaço universitário, seja financiando projetos de pesquisa, seja contratando serviços – inclusive técnicas de manejo dos conflitos sociais –, seja oferecendo bolsas, seja distribuindo prêmios. Essa presença permanente das empresas nas grandes universidades é uma forma de legitimação dos seus controversos negócios, por meio de pesquisas que certificam a *qualidade* dos seus produtos, desarticulando as lutas dos movimentos contra a forma de exploração dos recursos naturais e expropriações. As corporações investem, também, em atividades beneméritas, apoiando políticas assistenciais para estudantes, bolsas de estudo para professores, prêmios e outras iniciativas que levam o nome da empresa, caracterizando-a como um negócio com compromisso social e responsabilidade ambiental.

Não se trata aqui de imputar aos pesquisadores, bolsistas e laureados a acusação de serem coniventes com esses objetivos corporativos. Certamente, os beneficiados são ciosos de sua autonomia acadêmica, mas essas práticas, independente das motivações e

qualidades pessoais dos pesquisadores, naturalizam a presença das corporações diretamente nos espaços mais recônditos das universidades. Um quadro certamente distinto é o dos pesquisadores e professores que aceitam validar os interesses empresariais e corporativos das empresas em detrimento das preocupações com a expropriação de terras, com a exploração do trabalho, com a saúde humana e com o meio ambiente, como se o protesto dos camponeses, povos originários, operários e comunidades não os alcançassem, com se estes Outros não fossem dignos para interagir com a ciência e as instituições científicas.

Uma das estratégias corporativas de autolegitimação da corporação em ambientes universitários, como assinalado, é a oferta de prêmios, envolvendo jurados de prestígio, muitas vezes constituídos por reitores, artistas e cientistas de renome. A Monsanto, corporação que produziu o “agente laranja” e ocultou seus efeitos nocivos, investe também em projetos sociais na área da educação, saúde e meio ambiente brasileiros, abrangendo 2.000 professores da rede pública que são ‘qualificados’ para a criação de hortas, mantendo parceria com o Instituto Ayrton Senna, um dos articuladores da coalizão empresarial Todos pela Educação. Grande parte desses recursos foi aplicada pela Fundação Monsanto, a agência “social” da empresa que atua há 43 anos. Em 2014, a presidente da Fundação Deborah Patterson, anunciou um investimento de US\$ 950 mil nas áreas social e educacional brasileira (Monsanto, s/d). A corporação mantém, ainda, o Programa

PRIME – Programa de Relacionamento com as Universidades da Monsanto (Monsanto, s/d).

Diante das mobilizações e críticas de entidades ambientalistas, pesquisadores e movimentos sociais, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contra a Monsanto, a empresa lançou o Prêmio Agroambiental Monsanto, “um incentivo à produção científica de estudantes e pesquisadores no desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável”.

A principal mensagem que o conceito busca transmitir é a de que é possível desenvolver uma agricultura mais sustentável e, o uso da ciência – em especial da biotecnologia – tem se mostrado importante nos últimos 11 anos em diversas partes do mundo. (Fator Brasil, 2008)

São recorrentes as afirmações de que o modelo agrícola implementado pelas corporações se caracteriza pelo uso da ciência mais avançada, tornando os seus críticos defensores do arcaísmo. Entretanto, conforme Marie-Monique Robin, autora de *El mundo según Monsanto* (Aranda, 2009), cada vez que cientistas independentes investigam a fundo os transgênicos, sofrem pressões ou perdem seus trabalhos: é uma “ciência” que recusa a validação e a avaliação de seus achados pela comunidade científica.

A Bunge, uma das gigantes do agronegócio e da agroindústria, foi uma das pioneiras no patrocínio de prêmios. Em 2008, já estava em seu 53º Prêmio Fundação Bunge, agradando profissionais da literatura e da

agrometeorologia. Por ocasião da cerimônia de entrega dos prêmios, uma série de notáveis circulavam no evento, como a escritora Lygia Fagundes Telles, o diretor do Instituto Agronômico de Campinas, o diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP e o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues (Agência Fapesp, 2008), este último um dos principais organizadores do agronegócio do país e que, no cargo de ministro, assumiu com êxito o encargo de converter o governo Lula em entusiasta defensor do modelo e em um engajado operador do setor.

Também as instituições financeiras apostam nessa estratégia, destacando-se aqui o Banco Santander, que lastreia grande parte da produção de carne no Brasil (Marfrig, Minerva e JBS), instituidor da Univer-sia, a maior rede universitária do mundo, composta por 985 universidades em 11 países, totalizando 8,8 milhões de estudantes (2006). Esta rede foi organizada (e é presidida) pelo Banco Santander objetivando aproximar as universidades das empresas. À primeira vista causa surpresa o fato de que 51% das instituições que compõem a rede sejam públicas, atestando que também instituições públicas entraram na concorrência pelos mercados.

Em 2005, o Santander auspiciou o I Encontro Internacional de Reitores em Sevilha, Espanha, almejando o fortalecimento da rede e, em especial, o comércio transfronteiriço na América hispânica (Global University for Innovation, 2005, p. 55). O Grupo Santander canalizou o fundamental dos seus recursos de *responsabilidade*

*social* para a educação superior promovendo o que o Banco Mundial denomina de *boas políticas*. Em 2004, aportou 44 milhões de euros para projetos que incentivassem a internacionalização da atividade acadêmica (no contexto do processo de Bolonha), a concessão de 8 mil bolsas de pós-graduação, a constituição de cátedras, a difusão de tecnologias de informação e comunicação e, como salientado, o portal Universia e a biblioteca virtual Miguel de Cervantes.

No Brasil, uma das atividades de maior visibilidade do Santander-Universia é o Prêmio Santander de Empreendedorismo e de Ciência e Inovação, já em sua décima primeira edição (2015), objetivando difundir o *ethos* empreendedor. Nestes onze anos foram efetivadas 90 mil inscrições, 161 vencedores e prêmios que somaram R\$ 11 milhões, sempre com foco no agronegócio e setores afins. Os prêmios são realizados pelo Santander Universidades-Universia Brasil e destinados a graduandos, pós-graduandos e pesquisadores-doutores. O prêmio de empreendedorismo “tem como objetivo apoiar e reconhecer o desenvolvimento de projetos de estudantes com perfil e postura empreendedora”. Já o prêmio de Ciência e Inovação pretende estimular a produção científica e apoiar iniciativas de relacionamento entre instituições de Ensino Superior (IES) e o setor empresarial. “Os Prêmios Santander reforçam a importância da aliança estratégica entre a iniciativa privada e as universidades e contribuem com a transferência de conhecimento e tecnologia do *campus* para a socie-

dade”, declara Jamil Hannouche, vice-presidente do Santander Universidades (Loturco, 2009). Conforme o Banco, o Santander é a empresa que mais investe no apoio à educação no mundo (Relatório Varkey/Unesco, Fortune 500). Há 20 anos o Banco apoiou mais de 1,2 mil acordos de parcerias, sendo 448 no Brasil. Globalmente, entregou mais de 35.000 bolsas, totalizando, em todos os projetos, 1,7 bilhão de euros para o ensino superior (Santander, 2015). Em 2019, o Banco reformulou o programa, que tornou-se “Empreenda”, com três perfis: Universitário Empreendedor, Startup, Universidade e Microempreendedor.

Ainda no campo da difusão da imagem de que essas corporações são empresas de caráter social, em especial aquelas ligadas ao agronegócio (proteína animal, insumos, sementes, defensivos etc.), é possível identificar muitas iniciativas ligadas ao apoio à educação básica e à assistência estudantil em todos os níveis de ensino, sempre difundindo a imagem do compromisso social das corporações. Desse modo, as corporações difundem uma imagem positiva de si próprias nas universidades. Contudo, a propagação dessa imagem não pode ser feita sem contradições, pois, de fato, o interesse corporativo precisa estar em harmonia com os interesses de seus acionistas. As contradições, contudo, são autoevidentes. São os conflitos sociais que problematizam o caráter desinteressado do rosto social da corporação. A seguir, casos de conflitos entre as corporações, as universidades e os movimentos sociais são discutidos.

O comprometimento das universidades com as corporações torna-se mais arraigado quando as instituições atuam diretamente como suportes (e não como interlocutoras e colaboradoras de projetos de interesse mútuo) para a Pesquisa e Desenvolvimento das corporações, seja engajando-se na produção de mercadorias tangíveis, seja de mercadorias simbólicas (processos industriais, patentes, certificações, pareceres favoráveis diante de controvérsias ambientais e para a saúde humana).

Como muitas vezes a universidade é chamada a emprestar seu prestígio social para validar negócios das corporações que os movimentos consideram nefastos, os conflitos com as universidades têm sido cada vez mais comuns, envolvendo confronto com populações indígenas, camponeses, moradores de regiões atingidas por barragens etc. Em virtude da amplitude dos conflitos, o presente estudo privilegiou os que vêm acontecendo nos eixos econômicos do lursa, notadamente na área do agronegócio, particularmente soja e etanol, e da exploração mineral. Na América Latina, esses conflitos vieram à tona, frequentemente, em virtude de lutas sociais que denunciaram os efeitos ambientais, sociais e para a saúde da expansão da fronteira agrícola da soja e do etanol e dos projetos de extração mineral.

Congruente com a teoria do capitalismo dependente é possível propugnar que o tipo de convênio entre as

corporações e as universidades nos países centrais é distinto do presente nos países capitalistas dependentes, envolvendo somas consideravelmente maiores e, sobretudo, objetivos “acadêmicos” distintos (Slaughter e Leslie, 1999); isso não significa, contudo, que as pesquisas nas universidades latino-americanas sejam apenas operacionais e afastadas das chamadas fronteiras do conhecimento e que inexistam capilaridades entre os projetos estratégicos das instituições dos países centrais e as universidades latino-americanas.

A área de energia é uma das que tem maior interação entre universidades, centros de pesquisa e corporações. Já foi relatada a importância dessas interações no caso da exploração de petróleo do Pré-Sal no Brasil, mas é preciso examinar outras frentes, como o etanol.

Apesar de efeitos benéficos para a emissão de gases, a produção de combustível baseada no etanol carrega muitos problemas socioambientais. A competitividade do etanol como combustível não depende exclusivamente da tecnologia contida nos cultivares da cana-de-açúcar ou de outras fontes de biomassa, embora a tecnologia seja um fator determinante. O plantio de cana-de-açúcar e de outros cultivares ocupam vastas glebas de terras férteis, de baixo custo e disponíveis para estrangeiros; a legislação ambiental precisa ser flexível, tolerante com os transgênicos e com agroquímicos diversos, e é preciso que a força de trabalho seja permanentemente expropriada, possibilitando a sua hiperexploração. Persiste no Brasil o corte de cana-de-açúcar por força de trabalho hu-



mana brutalmente depauperada em seus corpos. As conexões com a indústria automobilística estão na base da expansão da produção de etanol para fins de combustível veicular.

O caso relatado a seguir é ilustrativo de como se dá a interferência das corporações no campo universitário. O convênio da *British Petroleum* (BP) com as universidades da Califórnia e de Illinois, em nome de um *pool* de corporações dos setores de sementes, insumos, combustíveis e automobilístico, está inscrito na luta pelo monopólio do promissor mercado planetário de agrocombustíveis.

A estratégia de expansão planetária do etanol dificilmente poderia ser feita sem interação com o agronegócio e com as instituições universitárias e de pesquisa brasileiras, visto o conhecimento agregado por décadas de desenvolvimento dessa tecnologia. Ademais, o Brasil possui um mercado cativo para o combustível, em virtude da generalização de automóveis *flex* que podem ser abastecidos por gasolina ou por etanol (75% da frota aproximadamente e 93% dos novos automóveis). Por tudo isso, a BP incluiu, nos anos 2000, o país em seu mapa de negócios. A BP não poderia controlar e organizar a sua entrada no setor de agrocombustíveis no Brasil apenas a partir de sua matriz que, obviamente, segue sendo o cérebro da atuação corporativa. A presença no mercado requer grandes áreas rurais, tecnologia adequada ao meio ambiente local, relações econômicas e políticas com outras corporações e empresas locais e, principalmen-

te, acesso privilegiado aos dirigentes do Estado para obter apoio institucional aos negócios. Na mesma época em que a BP firmou o acordo com as mencionadas universidades, fez uma *joint venture* com uma das empresas pioneiras na produção do agrocombustível de milho e de celulose nos EUA, a Verenium e, para efetivar a expansão para o Brasil, adquiriu 50% do controle da Tropical BioEnergia S.A., uma importante iniciativa do setor do etanol no Brasil, consolidando a BP biocombustíveis.

Como expresso pelo PAC, o Brasil tem a pretensão de ocupar um espaço estratégico no mercado mundial de agrocombustível, havendo uma convergência de interesses entre as frações burguesas locais e as hegemônicas. As metas originais do PAC foram muito ambiciosas: a meta de produção de etanol foi de 23,3 bilhões de litros/ano, 77 novas usinas, e a meta de biodiesel foi 3,3 bilhões de litros/ano, 46 novas usinas. As metas do PAC não foram proclamatórias, pois o banco de fomento brasileiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), alocou uma expressiva quantidade de recursos nesse setor. De fato, em 2005 o BNDES alocou R\$ 1 bilhão no setor sucroenergético; em 2010, R\$ 5,5 bilhões (sendo mais da metade para empresas estrangeiras). Com a crise o montante caiu para R\$ 1 bilhão em 2015 (Silva, 2017). Também as políticas de Pesquisa e Desenvolvimento brasileiras estão direcionando recursos públicos e acionando meios institucionais para fortalecer a competitividade do país nesse mercado. Em 2016, a produção

brasileira de etanol foi avaliada em cerca de 30 bilhões de litros por ano, mostrando que a meta do PAC foi ultrapassada (Portal BNDES, 2016).

O Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (2007) estabeleceu programas e ações para nortear as diretrizes dos órgãos responsáveis pela política nacional de ciência e tecnologia até 2010. “O plano tem quatro prioridades e, em uma delas, que é voltada para pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas, as áreas de bioenergia e mudanças climáticas globais têm importância muito grande”, afirmou o ministro da Ciência e Tecnologia (MCT) ao firmar acordo de R\$ 70 milhões com a agência de fomento C&T do Estado de São Paulo (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo [Fapesp]) (Castro, s/d). A criação pelo BNDES e Finep do Programa Conjunto de Apoio à Inovação Tecnológica dos Setores Sucoenergético e Sucoquímico (PAISS) ampliou o fomento estatal à pesquisa e desenvolvimento do setor (Milanez e Niko, s/d).

O acordo entre o MCT e a Fapesp, então realizado, não está desvinculado da iniciativa da BP e das universidades de Berkeley e Illinois. A apresentação do *Energy Biosciences Institute* (EBI), centro de pesquisa em agrocombustíveis que é o coração dos investimentos da BP nas referidas instituições, à Fapesp foi realizada pelo dr. Stephen Long, diretor do EBI, em 17 novembro de 2008.

No contexto do megaprojeto liderado pela BP, a corporação necessitou, também, de uma consistente base de Pesquisa e Desenvolvimento no país. A plata-

forma de pesquisa é um imperativo para que as novas usinas e cultivares possam ser realizadas já nos marcos dos transgênicos monopolizados pelas corporações que fazem parte da coalizão empresarial presente no contrato com as referidas universidades estadunidenses. A instituição escolhida para este fim foi a prestigiosa Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Com este acordo foi possível conformar um complexo de empresas e universidades localizadas nos países hegemônicos e nos capitalistas dependentes.

Miguel A. Altieri, professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, e Eric Holt-Gimenez (2007), diretor executivo da "Food First", Oakland, relatam o contexto em que se deu o citado acordo da British Petroleum com a Universidade da Califórnia em Berkeley, em fevereiro de 2007. A BP doou uma enorme soma de recursos para constituir a maior unidade de pesquisa em uma universidade com tamanha escala no mundo, somando U\$ 500 milhões. Estes recursos foram direcionados para os fundos de pesquisa da referida universidade, particularmente para os Laboratórios Lawrence Livermore e para a Universidade de Illinois, instituição em que está situado o maior banco genético do mundo. O objetivo do convênio é desenvolver novas fontes de energia, concretamente agrocombustível, por meio da biotecnologia. Os recursos serão aplicados em grande parte em um centro exclusivamente criado para esse fim: a *Energy Biosciences Institute* (EBI). "Ao lançar este instituto visionário, a BP está criando um

novo modelo de cooperação universidade-indústria”, disse Beth Burnside, UC Berkeley Vice-Chancellor de Pesquisa (Holleman; Clausen, 2008).

Na divulgação dos objetivos corporativos, a *Energy Biosciences Institute* (EBI) é apresentada como uma nova organização de pesquisa e desenvolvimento que utiliza conhecimentos avançados em biologia, nas ciências físicas, na engenharia e nas ciências ambientais e sociais para elaborar soluções viáveis aos desafios globais de energia e reduzir o impacto dos combustíveis fósseis para o aquecimento global. Este instituto é a primeira instituição mundial de investigação exclusivamente dedicada ao novo campo de energia produzida por manipulação da biomassa, e focaliza inicialmente o desenvolvimento da próxima geração de biocombustíveis, mas também vislumbrará as várias aplicações da biologia para o setor de energia. A EBI acolhe cerca de 25 equipes de investigação, alojados na Universidade da Califórnia, Berkeley, no *campus* e na Universidade de Illinois (Agência Fapesp, 2008).

No ato de lançamento, a presença de altas autoridades dos Estados da Califórnia e de Illinois e do Congresso atestam a relevância conferida ao acordo com a BP. Nas palavras de Robert Birgeneau, chanceler da Universidade da Califórnia, Berkeley, “hoje é um dia histórico para o *campus* de Berkeley que nós compartilhamos com a BP, uma das maiores companhias mundiais de energia”. O chanceler destaca a presença do governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger, do governador de Illinois, Rod R. Blagojevich, dos se-

nadores da Califórnia Don Perata e Dick Ackerman. (Sanders, 2007).

Altieri e Holt-Gimenez (2007) chamam a atenção para o aspecto simbólico do ato em que o convênio foi firmado. A bandeira da BP foi situada no mesmo plano da dos EUA e da universidade, mostrando a complementaridade de ideais e propósitos. O projeto pretende reunir os melhores talentos mundiais em ciência e engenharia para responder ao desafio proclamado de produzir “energia renovável, menos poluente, com plantações mais eficientes”. Os autores observam que o acordo da universidade com a BP resultou de uma associação intercorporativa de amplitude inédita, constituída em tempo recorde e sem qualquer fiscalização pública. Nesta iniciativa estão as maiores corporações mundiais do agronegócio (como a ADM, Cargill e Bunge), de biotecnologia (Monsanto, Syngenta, Bayer, Dupont), do petróleo (BP, Total, Shell) e das indústrias automobilísticas (Volkswagen, Peugeot, Citroën, Renault, SAAB).

O diretor Harris Lewin classifica o acordo com a BP como visionário, pois enfrenta a crise dos combustíveis fósseis, objetivando a “segurança” dos EUA, na mesma perspectiva de George Bush que, frente à crise dos combustíveis fósseis, prometeu substituir 20% do consumo de petróleo do país por etanol até 2017, sugerindo uma OPEP para o etanol.

É importante salientar que o referido acordo compreende os principais operadores dos agrocombustíveis mundiais. Monsanto, Dupont-Pioneer e Syn-

genta são as três maiores empresas em transgênicos e também lideram o setor de sementes tradicionais. Somente a Monsanto controla quase 90% das sementes transgênicas; juntas, estas empresas controlam 39% do mercado mundial de sementes e 44% das sementes sob propriedade intelectual (Ribeiro, 2008). As corporações e financeiras que atualmente comandam o avanço dos agrocombustíveis em escala planetária – e por isso pressionam os governos a não ceder em relação à reforma agrária que, no Brasil está, de fato, paralisada – não ultrapassam duas dúzias: ADM, Cargill, Bunge, ConAgra, Dreyfus, DuPont, Syngenta, Monsanto, Marubenji, Tate & Lyle, Weyrhauser, Tembec, British Petroleum, Misui, Royal Dutch Shell, Chevron, Mitsubishi, Petrobras, Total, Barclays, Morgan Stanley, Goldman Sachs, Societé Generale e Carlyle Group.

Retomando o contrato liderado pela BP com as duas universidades estadunidenses, cabe ressaltar que, embora US\$ 500 milhões seja um valor extremamente elevado, o acordo é considerado um dos maiores de todos os tempos entre universidades e uma coalizão de empresas, o montante representa apenas 2% do lucro da BP de US\$ 22 bilhões (2006). Outras corporações do setor de energia também estão se movimentando no mesmo sentido. A Exxon Mobil, que lucrou US\$ 22,3 bilhões (2007), destinou US\$ 100 milhões para um centro de pesquisa na Universidade de Stanford. De fato, as empresas esperam obter, para seus próprios fins, conhecimentos produzidos duran-

te décadas com recursos públicos nas universidades, convertendo-os em seus patrimônios, pois têm preferência no registro das patentes e, principalmente, adquirirão conhecimentos para ampliar a produção de etanol em diversas partes do planeta, fortalecendo, desse modo, o monopólio de sementes e cultivares adequados a diversos tipos de ambiente.

Mais preocupante para os críticos é a estrutura de governo e de supervisão destacada no convênio, descrita como um ponto de partida para a discussão, o que significa que a BP poderia forçar a ter ainda mais controle. Nos documentos de 2007 estava previsto que a EBI seria dirigida por um diretor selecionado pela BP e aprovado por um painel conjunto da BP e Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC). O diretor adjunto seria sugerido pela empresa, o que expressa que a BP teria mais influência sobre a alocação de financiamentos e da direção de pesquisas do que quaisquer das instituições públicas. Ademais, cinquenta pesquisadores seniores da BP comporiam a equipe do EBI, ampliando a esfera da ingerência e de controle no cotidiano do fazer científico.

Todas as publicações que saíssem da EBI seriam submetidas a vários meses de um período de revisão da pré-publicação, período durante o qual a BP será capaz de analisar que as publicações não incluam quaisquer informações confidenciais incluídas inadvertidamente e pertencentes à BP. O mesmo vale para as patentes. Mais significativamente, a BP teria em primeiro lugar o direito, exclusivo, de duração limitada, de exercer



uma opção pré-definida para a obtenção de uma licença exclusiva para quaisquer invenções totalmente financiadas pela BP (Holleman e Clausen, 2008).

Como dizem os críticos, a BP será capaz de escolher quais tecnologias serão desenvolvidas para adoção em larga escala. E não há indicação de quando, e se, novas tecnologias passarão ao domínio público.

Conforme Holleman e Clausen, para a BP os benefícios incluem acesso a cientistas líderes e laboratórios, primeiro direito de negociação de patente, bem como o carimbo da academia e da ciência em seus novos projetos, contribuindo para criar a imagem da corporação como amiga da ciência e do meio ambiente, pois quer investir em energia renovável etc. O benefício para a universidade é financeiro, embora pelo menos um terço do dinheiro vá para os próprios projetos privados da BP no *campus*. O benefício para o público é difícil de encontrar. Políticos, funcionários universitários e eruditos pró-mercado elogiam esta parceria público-privada, enquanto que os críticos, incluindo especialistas em impactos sociais e ambientais dos biocombustíveis, são marginalizados. Isto não é surpreendente, dada a natureza não democrática do processo em que os detalhes da operação foram negociados sem qualquer contributo público (Holleman e Clausen, 2008).

Jennifer Washburn, examinando a agência corporativa no ensino superior, explica que o negócio com a BP ampliará o controle que as empresas privadas exercem sobre as agendas das universidades (Washburn,

2007). Na verdade, como os cientistas Richard Levins e Richard Lewontin salientam no livro *Biology Under the Influence* [*Biologia sob influência*] (2007), as chamadas parcerias público-privadas estão aumentando e, em virtude do financiamento, um fator importante na orientação das investigações, as pesquisas voltadas para o setor produtivo estão cada vez mais determinadas pelas necessidades da indústria privada e contam com o apoio dos governos. Essas “parcerias” são ideologicamente aceitas e promovidas, como foram os primeiros fechamentos dos campos na Inglaterra e os esquemas de privatização contemporâneos, como evolução natural e inevitável das instituições da sociedade. Os debates sobre a viabilidade cultural, política, tecnológica de soluções baseadas no mercado para os problemas ambientais e sociais são diretamente influenciados pela forma como a ciência interage com a ideologia dominante para moldar e reforçar decisões que afetam o mundo.

No momento em que a maior parte da sociedade está cada vez mais dominada pelos imperativos do capital, o conhecimento e a ignorância são determinados, como em todas as pesquisas científicas, por quem detém a investigação da indústria, que comanda a produção do conhecimento. Na verdade, “há luta de classe nos debates em torno de que tipo de investigação deve ser feita” (Levins e Lewontin, 2007, p. 319, *apud* Holleman e Clausen, 2008).

Em um contexto no qual os embates sobre a energia, os transgênicos, a oligopolização da produção de

alimentos e o futuro da água estão pulsando em todo planeta, mais do que nunca os povos necessitam de suas universidades públicas para que o debate possa ter fundamentação científica desinteressada (pois não atrelada aos interesses das corporações). Entretanto, dificilmente os laboratórios beneficiados pelo mega acordo com a BP estarão à frente da denúncia de que os agrocombustíveis não satisfarão as necessidades energéticas dos povos, reduzirão a produção de alimentos e não estarão contribuindo para a melhoria do meio ambiente, inclusive para a redução do aquecimento global.

Como salienta Miguel Altieri (apud Holleman e Clausen, 2008), a produção de monoculturas mecanizadas em grandes escalas, o uso intensivo de agroquímicos, a expansão das fronteiras agrícolas sobre as florestas e matas nativas comprometem a captação de CO<sub>2</sub> que poderá inclusive aumentar. Segue o autor, a BP não investirá na agricultura orgânica, nem na transformação dos sistemas de transporte públicos, bases necessárias para a redução da emissão de carbono.

Historicamente, as universidades públicas cumpriram com limites e contradições, é certo, a função imprescindível de serem espaços críticos das sociedades e da busca realista pela verdade. A crítica à política econômica da ditadura empresarial-militar ao seu modelo educacional, às suas prioridades em termos de C&T etc., por exemplo, não teria tido a profundidade e consistência que teve sem a universidade; a rigor, não existem outras instituições que possam antecipar

o que podem ser grandes problemas para os povos e denunciar problemas provocados por interesses particularistas com a legitimidade, a sistematicidade e a amplitude das universidades. Com a perda da autonomia, que outras vozes poderão questionar os fundamentos técnicos e científicos desse modelo que já acarretam graves problemas para toda humanidade?

O modelo subjacente à ofensiva das corporações sobre as universidades, objetivando a criação de conhecimentos técnicos e políticos capazes de justificar grandes parques agrícolas de produção de agrocombustíveis e uma matriz energética destruidora do ambiente, é apresentado pelo pensamento dominante como uma opção favorável ao desenvolvimento sustentável, no qual a preocupação ambiental e a dimensão local são fortemente valorizadas. Mesmo que toda produção de milho e de soja dos EUA fosse utilizada para produzir agrocombustíveis, somente atenderia a 12% da necessidade de gasolina do país e a 6% da de diesel (Altieri e Holt-Gimenez, 2007). Ademais, o equilíbrio energético do agrocombustível não é alvissareiro. O gasto de energia fóssil utilizado para o plantio resulta em um saldo muito baixo a favor do etanol (Ribeiro, 2008), pois o consumo energético é sumamente elevado: para cada hectare de cana-de-açúcar são necessários 393 quilos de combustível fóssil (Marrero, 2009).

Os métodos industriais de produção de milho e de soja dependem de grandes extensões de terra e de produção em larga escala. O milho exige altos níveis

de fertilizantes à base de nitrogênio e do herbicida atrazine. A soja exige quantidade massiva do herbicida não seletivo Roundup, que compromete a ecologia do solo, produzindo superervas daninhas e provoca diversos problemas de saúde. Todas essas plantações provocam a erosão no solo (cada hectare de cana perde 31 toneladas de solo devido à erosão) e a contaminação dos lençóis freáticos por agrotóxicos que são drenados no solo. Ademais, o consumo de água é desproporcional, comprometendo as reservas aquíferas. Para cada litro de etanol são requeridos 7 mil litros de água na produção da biomassa (Marrero, 2009).

A chamada revolução do agronegócio requer uma expansão da fronteira agrícola de tal proporção que as consequências ambientais ainda não podem ser corretamente dimensionadas, tal o tamanho da devastação. Altieri e Holt-Gimenez (2007) registram em seu artigo que a soja causou a destruição de mais de 91 milhões de acres (368 mil km<sup>2</sup>) de bosques e pastos no Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Os mesmos autores estimam que para satisfazer a demanda mundial, o Brasil terá de destruir mais de 600 mil km<sup>2</sup> de áreas nativas.<sup>8</sup>

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar e também seu maior exportador. Cerca de três quartos da expansão mundial da produção da cana-de-açúcar na última década tem ocorrido no Brasil, onde a área de cana-de-açúcar tem crescido a uma média de 300.000 hectares por ano entre 2000 e 2007 – uma taxa equivalente à da expansão do cultivo de soja no

país. Em 2008, a área de cana-de-açúcar aumentou notáveis 14%. Uma proporção significativa da produção brasileira de cana-de-açúcar vai para sua indústria local de etanol, mas muito ainda vai para o mercado mundial. Hoje, mais de metade da economia mundial das exportações de açúcar em bruto são provenientes do Brasil. Conforme o IBGE (2018), a partir de dados de Produção Agrícola Municipal havia plantações de cana em 3.276 municípios, 59% do total de municípios. O mesmo estudo indica que a expansão do cultivo no Cerrado, um ecossistema frágil, foi de 80,7% (2,6 milhões para 4,7 milhões de hectares). Entre 2006 e 2015, a expansão do núcleo paulista seguiu em direção ao Triângulo Mineiro, o sul goiano e o centro sul do Mato Grosso do Sul. A área plantada em Mata Atlântica, cujas áreas de matas estão próximas da extinção, ampliou 41,6% (3,6 milhões para 5,1 milhões de hectares). Assim, 50,5% do plantio ocorre na Mata Atlântica e 46,6 no Cerrado (IBGE, 2018). Mesmo que as tecnologias – etanol de segunda geração, por exemplo – aumentem a produtividade, reduzindo a pressão por novas áreas, o etanol requer escala e esta envolve largas áreas de cultivo e, o que é importante, condições específicas de topografia, solo etc.

A destruição e a conversão de florestas tropicais para exportação orientada em monoculturas de agrocombustível continua rapidamente. No lançamento do PAC, o Brasil possuía 6 milhões de hectares dedicados aos agrocombustíveis e planos de aumentar sua área plantada de cana-de-açúcar para 30 milhões de

hectares para atender as demandas de exportação do etanol. Em 2005, a indústria gigante de petróleo japonesa, Nippon, assinou uma *joint venture* com a Petrobras para enviar por navio 1,8 bilhões de litros de etanol por ano. De todos os tipos de capitais especulativos (mais de US\$ 9 bilhões em 2006, apenas), os setores de cana-de-açúcar e de etanol são os de maior destaque. Conforme Guardabassi (2011) a expansão do plantio de cana-de-açúcar avança sobre as pastagens, o que poderia explicar, parcialmente, o avanço paulatino dos rebanhos para a fronteira Norte. Esse ponto é importante para compreender a lógica sistêmica do agro e de como o modelo não pode se referenciar em práticas socioambientais efetivamente condizentes com os problemas sociais e as mudanças climáticas globais. A lógica da acumulação tem de ser investigada de modo integrado.

Além dos problemas ambientais que, como assinalado, não são menores, o significado político, econômico e social da ofensiva das corporações sobre o mercado mundial de etanol precisa ser considerado. Expressa um padrão de acumulação que aprofunda o capitalismo dependente. O interesse principal da BP, Monsanto e aliadas na causa dos transgênicos, com a parceria com as referidas universidades, é dar mais um grande passo na direção do objetivo macroestratégico de converter a agricultura em plantações de organismos geneticamente modificados (OGM). Nos EUA, 52% do milho e 89% da soja são OGM. Com essa difusão, em virtude da polinização, rapidamente

todas as plantações de milho, por exemplo, estarão com as marcas dos OGM. Por meio de uma espécie de “polícia genética”, a Monsanto fiscaliza os campos para saber se existe nas plantações traços de seus transgênicos e, caso positivo, empreende ações objetivando cobrar o direito de uso de seus genes que, conforme a Monsanto, estão protegidos pelas leis de propriedade intelectual.

Como assevera Marie-Monique Robin em sua entrevista (Aranda, 2009), a meta da Monsanto é controlar a cadeia alimentar; os transgênicos são um meio para este fim e as patentes sobre os alimentos são uma forma de alcançá-lo. E quem controlar a produção mundial de alimentos terá um poder extraordinário! A Monsanto ganha em todas as etapas. Vende o pacote tecnológico completo, sementes patenteadas e o herbicida obrigatório para esta semente (Roundup). Ao contrário da publicidade oficial que afirma que a revolução dos transgênicos é uma arma contra a pobreza, o modelo agrícola da monocultura, da concentração do poder econômico e do controle das sementes expulsa os camponeses de suas terras aumentando o exército de reserva altamente pauperizado nas cidades e reduz a produção de alimentos para os povos.

O referido contrato da BP com Berkeley e Illinois tem como pressuposto a ofensiva das corporações em direção aos países capitalistas dependentes. Como os EUA não poderão satisfazer suas incessantes demandas de agrocombustível com o plantio interno (em virtude de problemas ambientais, segurança alimentar, interesses



corporativos), está subentendido que o plantio desses agrocombustíveis será localizado nos países periféricos, por meio de extensas plantações de cana-de-açúcar, milho, soja etc., ampliando a fronteira agrícola (e deslocando a pecuária para a Amazônia, como ocorre atualmente no Brasil: o rebanho passou de 47 milhões em 2000 para 85 milhões em 2019, o que equivale a 40% das 215 milhões de cabeças de gado existentes no país, totalizando 80% da área desmatada, em geral, por meio de queimadas que, em 2019, somaram 40 mil focos de incêndio entre janeiro e agosto de 2019) (Magalhães, Camargo e Junqueira, 2019), em detrimento das matas nativas e, não menos significativo, recrudescendo a expropriação de terras camponesas e indígenas. Por isso, o referido megaprojeto de pesquisa encabeçado pela BP para alcançar seus objetivos de difundir nos países capitalistas dependentes o agrocombustível, atrelado às corporações do agronegócio, precisa ter bases de apoio nas universidades mais relevantes dos países produtores. A expansão dessas fronteiras será na periferia do capitalismo.

No plano interno à universidade, Altieri e Holt-Gimenez (2007) lembram que um ano antes desse mega-acordo com a BP, a Universidade da Califórnia, Berkeley, havia feito um acordo com a Novartis de U\$ 50 milhões que, entretanto, foi questionado por um informe de revisão externa que recomendou que a universidade não realizasse mais tais acordos no futuro. Por isso, os autores indagam: como é possível que um acordo do mesmo teor, envolvendo dez vezes

mais recursos, possa ser feito sem uma ampla consulta ao corpo docente da universidade? É grave que a universidade tenha feito uma associação corporativa que pode transformar irreversivelmente os sistemas de alimentos e combustíveis do planeta e concentrar um enorme poder nas mãos de uns poucos sócios corporativos.

Imediatamente após o acordo com a BP, as universidades de Berkeley e Illinois saíram a campo para se associar às universidades dos países escolhidos para serem o celeiro das plantas que produzirão etanol e diesel vegetal. Como era de se esperar, contudo, não explicitaram que, a rigor, estão representando os interesses das maiores corporações de transgênicos, sementes, agrotóxicos e automobilísticas que, explicitamente, financiam o projeto.

Como assinalado, na última década a presença das grandes corporações mundiais no setor do agrocombustível teve um crescimento extraordinário que, entretanto, ganhou ainda maior presença no governo de Lula da Silva. Em seu primeiro mandato (2003-2007), o ministro da Agricultura, como assinalado, foi Roberto Rodrigues, membro da Comissão Interamericana do Etanol por ele coordenada juntamente com o governador da Flórida, Jeb Bush e com Luís Moreno, então presidente do BID, uma coordenação que expressa um largo espectro de forças envolvido na concretização da iniciativa.

Segundo um relatório conjunto de 2008 da U.S. Based Oakland Institute e Terra de Direitos do Brasil,

“O plano de agroenergia brasileiro (2006-2011) é a mais ambiciosa política pública em Agroenergia do mundo” (Moreno e Mittal, 2008).

A indústria canavieira no Brasil tem atraído fundos e bancos de investimento, como Carlyle e Goldman Sachs, seguido de grandes comercializadoras de *commodities*, entre as quais Louis Dreyfus e Mitsui, além de especuladores como o megainvestidor George Soros. Grupos econômicos baseados no país, como a Votorantim, criaram novas ramificações para operar no setor. De fato, a Votorantim Novos Negócios tem duas empresas ligadas à melhoria genética da cana (Alellyx e Canavialis) e criou a Biocell para estudar a viabilidade da produção de etanol de celulose.

Como assinalado, a coalizão BP-Berkeley-Illinois chegou ao Brasil por meio do convênio da Universidade de Illinois com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo. Além de ser a mais prestigiosa instituição que produz conhecimento e quadros para a organização do agro-negócio no país, não casualmente esta instituição foi escolhida pelo governo Federal para sediar o Polo Nacional de Biocombustíveis, instituição com fortes conexões com as empresas do setor.

Cabe recordar que a divisão de biocombustíveis da British Petroleum adquiriu 50% da usina Tropical BioEnergia S.A., até agora uma *joint venture* entre a Santelisa Vale (uma das empresas líderes do setor) e o Grupo Maeda (produtor de algodão e grãos). O acordo prevê investimentos de R\$ 1,66 bilhão. Essa é a pri-

meira participação de uma companhia de petróleo na produção direta de álcool no Brasil, o que inaugura, segundo analistas, um novo ciclo de investimento estrangeiro no setor. Com o acordo, a *British Petroleum* passa até a Petrobras, que, no contexto, se preparava para ingressar no setor (Scrivano e Monteiro, 2008). A BP vem ampliando sistematicamente sua atuação no setor. Como destacado, a gigante petroleira inglesa investiu U\$ 90 milhões na Verenum objetivando ter acesso à tecnologia de produção de etanol a partir de celulose desenvolvida pela Verenum e tem plano de estabelecer uma *joint venture* com a empresa para a produção do etanol (Fehrenbacher, 2008).

A efetivação do braço universitário desse megaprojeto das corporações estruturado pela BP no Brasil, a Esalq-USP, foi operacionalizado a partir da interlocução com Harris Lewin, diretor do Institute for Genomic Biology da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC), um centro envolvido no acordo com a BP e uma instituição que já guarda relações com a universidade brasileira.<sup>9</sup> Na Esalq o projeto está estruturado no Núcleo de Apoio à Pesquisa em Biologia Celular e Molecular na Agropecuária e Ambiente (Biocema).

A divulgação desse acordo com a universidade de Illinois-Agricultural & Consumer Economics (Aces), firmado em 24 de julho de 2007, no boletim da Assessoria de Comunicação da Esalq-USP desconsidera o fato de que o projeto de Illinois é parte do megaprojeto das corporações organizado pela BP e que tem suscitado forte polêmica nos EUA. Meses antes, em julho,

o referido boletim informou a existência de um convênio de cooperação internacional que levaria à criação de uma representação “dentro do *campus* da Esalq” da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (UIUC), através do College of Agricultural, Consumer and Environmental Sciences (Aces), mas, igualmente, não há qualquer menção ao fato de que o UIUC/ACES é parte do megaprojeto liderado pela BP.

Em 9 de novembro de 2007, o Boletim divulgava o seminário conjunto, realizado no período de 12 a 16 de novembro do mesmo ano, destacando a bioenergia. O material informativo destaca as presenças do diretor da UIUC/Aces, dr. Robert Easter, do coordenador do programa de bioenergia da UIUC/Aces, Hans Blaschek, e mais cinco chefes de departamento daquela instituição. Da Esalq, o diretor, professor Antonio Roque Dechen, o presidente da Comissão de Atividades Internacionais, João Gomes Martines Filho, todos os chefes de departamentos desta instituição, além dos parceiros da iniciativa privada como Caterpillar do Brasil, Grupo Cosan, Dedini S/A Indústrias de Base, Fundação da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Fermentec Ltda, Monsanto, Case, Metalúrgica NG, Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), que apoiam o acontecimento.

As conexões entre as corporações lideradas pela BP, as universidades estadunidenses e, de uma destas, com uma prestigiosa instituição brasileira, são coetâneas do movimento de ampliação dos negócios da cor-

poração no setor do agrocombustível no Brasil. Não se trata de fazer um juízo moral sobre os pesquisadores envolvidos nem, tampouco, criticar as instituições envolvidas, mas é importante colocar o problema do financiamento da pesquisa e de conexões empresariais que podem ter consequências distintas daquelas preconizadas pelos seus sujeitos nacionais. O fato é que o projeto liderado pela BP é parte da estratégia das corporações associadas de ampliar o controle do mercado mundial de agrocombustível não podendo ser emoldurado como simples colaboração acadêmica.

Na Argentina, as consequências do lirsá também se fazem sentir na vida universitária do país, notadamente nas interfaces com a soja e com a exploração mineral. Neste país, a liberação do uso da soja Roundup Ready (soja RR) se deu no prazo recorde de 81 dias. Das 136 páginas do relatório do Governo Argentino, 108 foram redigidos pela própria Monsanto e sequer foram traduzidas do inglês para o espanhol. Dúvidas e pedidos de esclarecimentos sobre o processo da Monsanto solicitando a liberação da soja RR na FDA feitos por técnicos do Ministério da Agricultura simplesmente foram desconsiderados pela empresa e pelo governo. O Ministro da Agricultura Felipe Solá afirmou que somente assinou a autorização após o parecer favorável da Direção Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério da Economia, entretanto este parecer ficou pronto três dias após a assinatura da autorização de plantio da soja resistente ao Roundup pelo ministro (Verbitsky, 2009).

No caso do agronegócio, está em curso um movimento denominado “Paren de Fumigar” (parem de pulverizar), desenvolvido pelo Grupo de Reflexão Rural desde 2005 com apoio de outras organizações sociais e ambientais nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Entre Ríos e, especialmente, Província de Santa Fé. Não casualmente Córdoba e Santa Fé são as principais áreas de plantio da soja transgênica que, na Argentina, já somam 18 milhões de hectares, levando o país a consumir entre 180 e 200 milhões de litros de glifosato (Roundup Ready) por ano. A campanha “Paren de Fumigar” nasceu a partir da luta das mães do Barrio Ituzaingó Anexo, localizado na periferia da cidade de Córdoba, zona urbana gravemente afetada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e onde foram registrados mais de 300 casos de câncer em uma população que não ultrapassa 5.000 habitantes (Grupo de Reflexión Rural, 2009).

O produto que mais tem provocado protestos é, de fato, o glifosato (isto é Roundup Ready). A Monsanto, inclusive com o apoio de trabalhos universitários, tem insistido que a substância é inofensiva para o homem, mas os moradores das áreas em que ocorrem pulverizações aéreas demonstram o agravamento dos problemas respiratórios nos períodos de aplicação mais intensiva do produto e registram o aumento dos casos de câncer. Marie-Monique Robin (Aranda, 2009) avalia que é uma questão de tempo o glifosato ser banido, tal como aconteceu após longa batalha contra o Bifenil policlorado (PCB).<sup>10</sup> No Brasil, o uso deste produto é tão

generalizado que pesquisa da Unicamp que avaliou o leite de 200 mulheres constatou que o PCB está presente no leite compondo o grupo de 10 poluentes com alto grau de toxicidade (Aranda, 2009).

Embora estudos acadêmicos estejam denunciando os efeitos desses agrotóxicos, existem outras pesquisas, muito mais apoiadas em termos de recursos, que buscam comprovar a qualidade das sementes transgênicas, como o convênio com a Universidade do Arizona patrocinado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Conselho de Pesquisa e Proteção de Algodão do Arizona e pela Monsanto, que resultou em pesquisas favoráveis ao uso do cultivo do algodão geneticamente modificado resistente a insetos (Bt). O algodão produzido pela Monsanto foi a terceira planta geneticamente modificada mais cultivada em 2004, em uma área de 9 milhões de hectares em todo o mundo, notadamente em países ditos em desenvolvimento, como a China, a África do Sul e, sobretudo, a Índia.

Onde temos as evidências mais impactantes do uso do algodão transgênico da Monsanto é na Índia [...]. Antes dos transgênicos, os agricultores indianos usavam seus fertilizantes e pesticidas naturais e mantinham as sementes para as estações seguintes, mas após a introdução das sementes geneticamente modificadas da Monsanto [...], as coisas mudaram. São sementes patenteadas e sua reprodução é proibida nos anos seguintes. Que paradoxo, sementes não renováveis, que também exigem inseticidas específicos (de propriedade da Monsanto), de modo que a independência agrícola anterior de cada agricultor é perdida, tornando-os 'escravos' da



Monsanto. E com dívidas, muitas dívidas. O preço final do algodão (competindo com o algodão subsidiado dos EUA), pragas e intempéries não permitem ganhos. Então, endividados até o pescoço, eles decidem cometer suicídio. (Guillot, 2009, tradução nossa)

Um dos maiores problemas, como se depreende do acordo da BP com as mencionadas universidades estadunidenses, é que as instituições universitárias e mesmo as agências estatais de fiscalização estão perdendo autonomia. Assim, os especialistas dessas corporações circulam livremente entre a empresa e as agências que deveriam fiscalizá-las com autonomia e referenciadas em estudos independentes. Este processo foi denominado por Marie-Monique Robin como “a porta giratória”.

O texto de regulamentação que normatiza os OGM nos Estados Unidos foi publicado em 1992 pela FDA, a agência americana responsável pela segurança de alimentos e medicamentos. Até antes deste trabalho, quando me diziam que um produto havia sido aprovado pela FDA, acreditava que era seguro. Agora eu sei que não é assim. Em 1992, o texto da FDA foi escrito por Michael Taylor, advogado da Monsanto que ingressou na FDA para fazer esse texto e logo a seguir foi vice-presidente da Monsanto. Um exemplo muito claro de ‘porta giratória’. Existem muitos exemplos assim em todo o mundo. (Aranda, 2009, tradução nossa)

Segundo a autora do livro *El mundo según Monsanto*, a universidade contribui para a difusão dessas substâncias, relevando os problemas apontados pelos movimentos sociais:

Antes pensava que, quando um estudo era publicado em uma prestigiosa revista científica, se tratava de um trabalho sério. Mas não. As condições em que alguns estudos são publicados são tristes, com empresas como a Monsanto pressionando os diretores das revistas. No tema transgênico, é muito claro que é quase impossível realizar estudos sobre o assunto. Em muitas partes do mundo, Estados Unidos ou Argentina, os laboratórios de pesquisa são pagos por grandes empresas. E quando o assunto são sementes, transgênicos ou agroquímicos, a Monsanto está sempre presente e sempre condiciona a pesquisa. (Aranda, 2009, tradução nossa)

A história da Monsanto é marcada por formas muito próprias de validação científica de seus produtos; isso acontece tanto nos seus próprios laboratórios como, também, em laboratórios públicos e privados patrocinados pela corporação. Esse fenômeno da ciência corrompida é decorrente de uma evolução mercantil, conforme explica a socióloga Susan Wright: “Quando a engenharia genética foi concebida como uma oportunidade de investimento, foi produzida uma adaptação das normas e práticas de pesquisa às demandas das empresas”. O despertar da genética, segue Wright, coincide com o surgimento de uma nova ética radicalmente redefinida pelo interesse mercantil.<sup>11</sup>

Os mesmos problemas se repetem com as mineradoras. Conforme denúncia do Grupo Ecológico Cerro Tres Puntas, professores da Universidad Nacional del Comahue, Argentina, elaboram conferências para justificar “cientificamente” o que para os movimentos dos que vivem nas regiões de exploração mineira é

injustificável: a exploração mineira a céu aberto na Região de Neuquén, Patagônia, com substâncias tóxicas que irão se difundir para a água e o solo, como exemplo de exploração racional e com correta relação ética ambiental (Grito Suburbano, 2009).

De fato, matéria de Darío Aranda para a Organização Periodista Independiente (2008), lista uma série de universidades que receberam fundos das mineradoras que estão sendo contestadas pelas lutas sociais. A matéria mostra o grau de incoerência que marca a relação entre as empresas mineradoras e a universidade. Enquanto a Justiça de Tucumán processou o vice-presidente da Mineradora Bajo la Alumbra, <sup>12</sup> Julián Patricio Rooney, como autor penalmente responsável do delito de contaminação, um mês depois o Organismo Latinoamericano de Minería (Olami), uma entidade que representa os empresários do setor, fez um ato de desagravo, outorgando-lhe o prêmio de Gestão Social por seu “Plano de melhoria do sistema educativo”, elaborado e implementado em conjunto com a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), onde foi realizado o programa de capacitação de professores para o cuidado com o meio ambiente. O secretário geral do Olami, Hugo Nielson, é também o titular do Centro de Estudios para la Sustentabilidad da Universidad de San Martín e foi o responsável pela concepção do premiado programa educativo de Minería Alumbra (Copenoa, 2008).

As Assembleias Cidadãs denunciam que a Unsam, por meio de seu Centro de Estudios para a Sustentabili-

dade, impulsiona a “Rede de Prevenção”, gestão e manejo de conflitos para o desenvolvimento da mineração na Iberoamérica (Gecomín), reunindo companhias mineradoras, ONG, governos e investigadores com o objetivo de “desenvolver um modelo para um adequado relacionamento das empresas, comunidades e Estado que permita consolidar o desenvolvimento da mineração”. Seu lema fundacional é claro e contundente: “Construção de consenso para a mineração”.

A Assembleia Socioambiental de Catamarca, uma das mais destacadas formas de auto-organização popular que se dedica à luta contra a mineradora La Alumbreira, denuncia o desvirtuamento do caráter público da universidade:

Os recursos públicos da Universidade Pública não podem financiar qualquer processo tecnológico ou assistência técnica a empresas que realizam a espoliação dos recursos, em detrimento dos interesses da Nação. (Figari e Ponce, 2008, tradução nossa)

Igualmente grave, ainda segundo a Assembleia Socioambiental de Catamarca (ASC), são os convênios com a empresa em nome da defesa do futuro da água, quando a empresa contratante é, ela mesma, a maior destruidora de recursos hídricos.

A Unsam é cúmplice da depredação ambiental em Catamarca: [participantes do ASC] repudiam todos os modos de omitir os pesquisadores que tenham contribuído ou contribuem para a justificação e implementação deste empreendimento deplorável que [...] leva

Catamarca ao desastre ecológico, econômico e social. [...] Acusamos a Universidade Nacional de San Martín (Unsam) de ser um participante direto da 'construção das políticas de consenso' implementadas por empresas que contaminam, saqueiam e espoliam o presente e o futuro desta província. Convidamos a Unsam para que o próximo *workshop* sobre o Futuro da Água seja realizado no Campo del Arenal, Catamarca, onde a empresa está devastando a localidade. (Figari e Ponce, 2008, tradução nossa)

A docente da Universidade Nacional de Córdoba, Mirta Antonelli, analisou os temas envolvendo o prêmio Olami, Alumbreira, Universidade de San Martín e Gecomín, e concluiu que a iniciativa busca modificar vontades por meio de diferentes metodologias. "Processos colaborativos", "construção de consensos", "resolução de conflitos" são nomes de distintas modalidades para desacreditar as resistências das comunidades.

Como assinala Abraham Gak (professor honorário da Universidade de Buenos Aires), a relação das universidades com as mineradoras é um caso paradigmático. Existem 450 empreendimentos mineiros em toda a cordilheira dos Andes, mas a legislação que flexibilizou esses negócios em termos econômicos, ambientais e sociais ainda são as mesmas do período de saqueio do governo Menem. Nada mudou com os novos governos. A Constituição de 1994 estabeleceu que todos os bens não renováveis da Argentina, em terra, são propriedade das províncias e estas são muito permeáveis ao poder de cooptação das cor-

porações. O problema, prossegue Gak, é que até a elaboração de diagnósticos e dossiês críticos a esse padrão é difícil, pois são muito raros os geólogos e engenheiros de minas com autonomia frente às mineradoras. Os cientistas sociais que acompanham os movimentos de resistência e de lutas das regiões afetadas estão cientes do problema, mas faltam-lhes conhecimento técnico específico sobre a extração mineral. As empresas degradam o ambiente, declaram receitas que julgam mais adequadas, pois não há controle social sobre a produção e nem mesmo sobre a composição mineral do solo explorado (no governo Menem essa composição era certificada por um laboratório da Inglaterra) (Gak, 2008).

O Estado corrobora essa redefinição da universidade por meio de normas legais que favorecem a propriedade intelectual das empresas, situação mais grave na América Latina em que a esmagadora maioria das empresas não possui departamentos próprios de Pesquisa e Desenvolvimento, recaindo todas as cláusulas de sigilo sobre a universidade. Entretanto, também nos EUA as regras de sigilo não estão restritas aos acordos com as empresas, alcançando os contratos firmados com o Estado, com consequências ético-políticas importantes, como evidente desde o escândalo da Operação Camelot, discutida por Horowitz (1969), referente às encomendas do Estado relacionadas à segurança e à ação em operações de contrainsurgência.

Ainda nos marcos dos grandes planos de infraestrutura e da ofensiva das grandes corporações sobre os

recursos naturais, também no México existem denúncias muito graves difundidas por movimentos sociais a respeito do comprometimento das universidades com interesses econômicos das corporações multinacionais engajadas na extração de recursos naturais e em pesquisas e estudos geoestratégicos encomendados pelas forças armadas estadunidenses.

Silvia Ribeiro (2009) relata as denúncias feitas pela Unión de Organización de la Sierra Juárez de Oaxaca (Unosjo, 15/1/09), que afirma que os povos da região estão sendo vítimas de um novo tipo de apropriação, a "geopirataria". Grupos econômicos, forças armadas dos EUA, ONGs ligadas às corporações e ao Departamento de Estado dos EUA, bem como universidades cooptadas por essas forças econômicas e militares elaboram pesquisas para se apropriar dos saberes locais de comunidades indígenas e camponesas para fazer mapas digitais sofisticados, muito detalhados, sobre sua geografia, focalizando recursos hidrológicos, minerais, biodiversidade, arqueológicos, sociais e culturais da região. Após a elaboração dos mapas, essas informações estratégicas estarão disponíveis para as corporações e para as forças armadas dos EUA.

A lógica é em tudo semelhante a da biopirataria. É um processo de apropriação de saberes comunitários ricos e detalhados para fins que nada tem a ver com os anseios dos povos, ao contrário, uma vez patenteados tornam-se inacessíveis aos que, em grande parte, os produziram. A obtenção dessas informações é muito facilitada pela presença de universidades re-

gionais que já construíram relação de confiança com as comunidades, abrindo caminho para a obtenção das informações que acabam sendo apropriados pelas grandes universidades, ONGs, empresas e pelo sistema de segurança.

Quando as universidades estrangeiras apresentam propostas de estudos conjuntos com essas universidades regionais (e também com as nacionais), isso é visto como um alto reconhecimento científico da universidade periférica e, sobretudo, dos grupos de pesquisa convidados a se somarem ao projeto. Por isso, em geral, mais do que a preocupação com os reais propósitos da pesquisa demandada, os grupos locais enxergam no acordo uma preciosa oportunidade de estarem associados a circuitos internacionais de pesquisa. Os benefícios supostos são que novos recursos podem ser obtidos, que o intercâmbio de professores e estudantes poderá ser maior e, não menos importante, o valor simbólico do contrato. O interesse dos grupos internacionais atestaria a excelência dos grupos de pesquisa locais que os assinam, valendo artigos conjuntos em revistas internacionais que, afinal, são as mais reconhecidas pelos sistemas de avaliação dos países capitalistas dependentes. Ribeiro salienta que são essas instituições estrangeiras que dirigem, de fato, esses programas de investigação, como ficou expresso no projeto em discussão.

Nos termos da denúncia da Unosjo, a geopirataria em questão é liderada pela equipe do geógrafo estadunidense Peter Herlihy, que foi para a região



de Sierra Juarez, em 2006, período de efervescência de mobilizações indígenas e camponesas em Oaxaca, para realizar o mapeamento “participativo” denominado “México Indígena”, apresentando-o como se fosse um mapa a serviço das próprias comunidades, abordando o impacto da privatização das terras sobre as comunidades indígenas. Contudo, parte fundamental dos patrocinadores e colaboradores foi omitida. Além de colaboradores como a Sociedade Geográfica Americana, a Universidade de Kansas (que em 2005 recebeu US\$ 500 mil do Departamento *de Defesa* dos EUA para elaborar a cartografia das terras comunais indígenas dos estados de San Luis Potosí e de Oaxaca), a Universidade de Carleton (Canadá), e a Universidade Autônoma de San Luís Potosí, o projeto contava com a ativa participação da empresa de tecnologia militar Radiante Technologies.

Mais grave ainda, foi omitido que o financiamento da pesquisa provinha da Foreign Military Studies Office [Escritório de Estudos Militares para o Estrangeiro dos EUA] (FMSO, por sua sigla em inglês). Ribeiro (2009) constata que obviamente a omissão da FMSO não foi um esquecimento, visto que esta agência estadunidense se define como um centro de investigação e análise de atividades de apoio de inteligência, sob o comando do Centro de Inteligência Conjunta de Reserva de Fort Leavenworth. O objetivo deste Centro, segue Ribeiro, é enfrentar ameaças emergentes e assimétricas à segurança dos EUA: no caso, os povos indígenas do sul do México.

A autora agrega ainda a informação de que o então diretor de Ft. Leavenworth era David Petraeus, comandante da Divisão 101 de assalto aéreo durante a Operação “Iraqi Freedom” (Iraque Livre). Os informes dos “desinteressados” geógrafos do projeto “México Indígena” são apresentados mensalmente à FMSO de Fort Leavenworth. Em um desses relatórios, Petraeus afirma que, baseado em sua experiência no Iraque, “o conhecimento das culturas é um multiplicador das forças [militares] [...] o conhecimento do ‘terreno’ cultural pode ser tão importante, e às vezes mais, que o conhecimento do terreno geográfico” (Ribeiro, 2009). Logo a União das Organizações da Serra Juárez percebeu a manipulação e rompeu sua colaboração.

Conforme Lapierre (2016), o projeto México Indígena faz parte de uma investigação geográfica mais abrangente denominada Expedições de Bowman, igualmente financiada pela FMSO, objetivando formar banco de dados de âmbito mundial com aplicações diretamente militares (Iraque, Afeganistão), especialmente contrainsurrecional. O Tenente Coronel Geoffrey B. Demarest é o encarregado das Expedições de Bowman. Integrante da FMSO, formado na Escola das Américas, ex-conselheiro militar dos EUA na embaixada da Guatemala entre 1988 e 1991, durante a repressão militar apoiada pelos EUA, e mais tarde, 2003, conselheiro na Colômbia onde elaborou estudo semelhante: *Mapeando Colômbia – Informação geográfica e estratégia*, (Sedillo, 2009). O tenente coronel propugna que o único caminho para o progres-

so e a segurança da América Latina é a privatização das terras comunais (Lapierre, 2016). A rigor, essa é a perspectiva do governo Bolsonaro quando pretende privatizar parte dos territórios indígenas para fins de mineração e segurança contra o protagonismo de ribeirinhos, indígenas, camponeses e defensores do meio ambiente.

Examinando todos os casos relatados é possível concluir que, apesar de ser necessário um estudo mais pormenorizado de cada um dos projetos, a situação de conflito, por si só, permite evidenciar que os problemas éticos dos projetos cada vez mais têm origem na heteronomia imposta pelo crescente controle da vida acadêmica pelo capital e por interesses geomilitares. Certos convênios das universidades com as empresas – apresentados como símbolo da eficiência, da contemporaneidade e da responsabilidade social das universidades – estão na raiz dessa heteronomia que compromete o agir ético das instituições. Contratos que possuem objetivos não acadêmicos com as corporações e com os aparatos militares são incompatíveis com a existência de espaços públicos de produção de conhecimento e, por conseguinte, com a liberdade acadêmica e a busca da verdade. Ao contrário, tais acordos são operatórios para o aprofundamento do capitalismo dependente e das estruturas de dominação correspondentes.

Esse processo foi estudado por Florestan Fernandes (1975a) no escopo da heteronomia cultural. Como o país está inserido em circuitos produtivos em que o

dinamismo da pesquisa e desenvolvimento é escasso, determinadas demandas são reprodutoras da heteronomia. Conforme o presente estudo sobre a problemática universitária atual, nos países capitalistas dependentes esse processo assume proporções devastadoras. O grau de profundidade dessa ofensiva permite sustentar a hipótese de que a reversão desse quadro de heteronomia não será possível nos espaços estritamente universitários e, tampouco, apenas pelos protagonistas diretos da universidade, os professores e estudantes. Como não existem frações burguesas dominantes locais capazes de liderar um processo reformista, a exemplo do que ocorreu em Córdoba (1918), são os protagonistas das lutas sociais que podem alterar esse quadro de heteronomia. Por tudo isso, os diálogos com as lutas e os movimentos sociais são necessários em termos da concepção da universidade como instituição pública comprometida com o bem viver dos povos.



# MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO



A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO NEOLIBERAL EM escala planetária exigiu a quebra de valores e princípios democráticos presentes nas Constituições dos países. Por meio de profundas reformas do Estado, no caso brasileiro, o Plano Diretor da Reforma do Estado, os Programas de Ajuste Estrutural efetivaram a liberalização das transações comerciais. A ofensiva planetária do capital não se limitou à liberalização das relações de trabalho e à flexibilização das barreiras alfandegárias em favor das multinacionais de bens tangíveis. Uma grande transformação foi engendrada na Rodada Uruguaí do Gatt (1986-1994), conhecida pelas negociações na penumbra que resultaram na incorporação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio na Organização Mundial do Comércio.

No escopo do mesmo acordo que resultou na criação da OMC (1994) foi estabelecido o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (ADPIC/ Trips), que garante a propriedade intelectual de bens simbólicos e que tornam as regras de patentes ainda mais favoráveis às corporações. O longo período de propriedade intelectual impede o fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento em domínios muito sensíveis e importantes para os povos, como a produção de fármacos genéricos de doenças que comprometem a saúde pública dos países.

Exercendo o poder advindo da correlação de forças em prol do grande capital, a recém criada organização

incluiu tratados de livre comércio de bens intangíveis, como o conhecimento, a educação, a saúde, assessorias jurídicas etc. Desse modo, ocorre o que Fairclough (2001) denominou como comodificação de importantes esferas outrora inscritas no rol dos direitos sociais fundamentais. É nesse contexto que a educação superior foi convertida em setor de serviço não exclusivo do Estado e competitivo. Desde então, grandes grupos educacionais dos países do núcleo do imperialismo passaram a ambicionar com vigor redobrado a ampliação de seus negócios em direção aos países ditos emergentes, notadamente aqueles que possuem pequena cobertura pública, como é o caso do ensino superior no Brasil.

As lutas altermundistas que transtornaram os países do Grupo dos 7 (Seattle, 1999, em luta contra os acordos da OMC; Fórum Social Mundial, 2001 e seguintes) demonstraram que setores dos trabalhadores e da juventude não estavam dispostos a aceitar passivamente o controle da educação e dos direitos sociais em geral pelo grande capital. Essa pressão sobre os governos freou a regulamentação da liberalização da educação na Rodada de Doha, estagnada desde 2001.

A ofensiva do capital para comodificar a educação exigiu o enfraquecimento da Unesco e o fortalecimento do Banco Mundial. Desde os anos 1960, no contexto da guerra fria e das lutas anticoloniais, esse movimento vinha sendo feito por meio do financiamento da Unesco mediante projetos supervisionados ou elaborados pelo Banco Mundial. Entretanto, nos anos 1980, com a saída dos EUA da Unesco, este organismo já



estava suficientemente fragilizado permitindo que, nos anos 1990, o Banco Mundial assumisse o real protagonismo da agenda educacional mundial. A Unesco, nos anos 1990, assume um papel contraditório, dependendo da esfera de poder, ora de apoio à agenda do Banco, ora de contraponto, como na Conferência Mundial Sobre o Ensino Superior de 1998, realizada em Paris, especialmente em virtude da ação organizada de países que, por diferentes motivos, estavam contra a liberalização radical dos chamados mercados educacionais.

Em 1994, o BM publicizou um documento que se tornou referência para a sua compreensão sobre a educação superior dos países capitalistas dependentes: *O Banco Mundial e a Educação Superior: Lições Derivadas da Experiência*; em 1995, a CEPAL editou documentos sobre a competitividade que, junto a documentos do Banco (World Bank, 1995), pretendem restabelecer o *status* da chamada Teoria do Capital Humano e, desse modo, atualizar uma doutrina ideológica capaz de assegurar aos intelectuais coletivos do capital a hegemonia sobre o futuro da educação mundial.

Em decorrência das fortes mobilizações altermunistas contra a mercantilização da educação e de resistências políticas em vários países, o BM operacionalizou uma mudança de estratégia, valendo-se do léxico utilizado pelos movimentos antimercantilização da educação: o Banco passa a sustentar que a educação é um bem público, acrescentando a qualificação "global". A educação deveria ser compreendida como um bem

público global. Na perspectiva utilitarista, o bem público é pensado a partir do acesso dos indivíduos aos “benefícios sociais”. Neste prisma, se a educação é um bem público deve ser assegurada gratuitamente aos indivíduos, pouco importando se a oferta é pública estatal ou se é fornecida pelo setor privado-mercantil.

Um exemplo marcante desta orientação foi dado pela publicação, em Paris (2015), do documento “Repensando a educação – Rumo a um bem comum global?” [“Rethinking education – Towards a global common good?”, no original], que visaria a atualizar as reflexões do Informe Faure [“Aprender a ser”, 1972] e Informe Delors [“Educação: um tesouro a descobrir”, 1996] e que, em realidade, através de subterfúgios, busca ressignificar o conceito de “bem público” usualmente aplicado à educação e ao Ensino Superior pelos que defendem que a educação não é uma mercadoria (Dias, 2017).

Para manter o ensino superior como bem público, na acepção antimercantil, a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da Unesco, em 1998, seguida pela Conferência Regional do Ensino Superior da América Latina e Caribe de 2008 e a IIª Conferência Mundial de Educação Superior (CMES), de 2009, estabeleceram três pontos essenciais: 1) a pertinência, isto é, as universidades devem ser instituições capazes de interpelar os problemas nacionais e os desafios dos povos e, nesse sentido, são instituições com forte conexão com suas realidades; 2) a melhoria de qualidade do conteúdo e de gestão, e 3) a internacionalização considerada essencial para reduzir as diferenças entre

os países. Em que pese a importância dos três itens, é evidente que o fulcro da questão é a pertinência. Esta define os dois itens seguintes.

A matriz dessas resoluções foi a CMES de 1998. Esta foi precedida de uma longa preparação, com uma mobilização que se alastrou em vários países, convergindo na avaliação de que as finalidades básicas dos sistemas de ensino superior necessitavam estar relacionadas com quatro objetivos principais: 1) elaboração de conhecimentos novos (função de pesquisa); 2) educação e formação de pessoal altamente qualificado (função de ensino e formação); 3) prestação de serviços à sociedade, principalmente através de sua contribuição ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da sociedade e 4) exercício da função ética por meio do exercício da crítica social que favorece a formação integral e forma cidadãos capazes de iniciativa, aptos ao diálogo e a colaborar para a construção de uma sociedade melhor (Dias, 2017).

Em virtude dos protestos multitudinários durante os encontros da OMC, as grandes corporações adotaram vias alternativas de menor atrito, pois desenvolvidas na penumbra. Em conformidade com os intentos do BM e da OCDE, grandes empresas passaram a se reunir numa espécie de associação plutocrática, chamada European Round Table (ERT), a Mesa-redonda Europeia. Conforme Dias (2017, p. 56):

A ERD, a Mesa Redonda Europeia, que se transformou numa geradora de ideias para os governos, congrega cerca de cinquenta entre as maiores empresas europeias.

Atua como um grupo de pressão junto à Comissão Europeia, ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu na promoção da privatização generalizada. Exerce influência sobre organizações internacionais, inclusive e sobretudo sobre associações universitárias dos países europeus.

- a) Adoção dos princípios do Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC que transformam a educação, em particular o Ensino Superior e o ensino a distância, em mercadoria.<sup>13</sup> Agora, definem-se bases para um convênio mais restritivo que o AGCS. Trata-se do Tisa (Trade in Services Agreement/ACS – Acordo sobre o Comércio de Serviços) apresentado adiante;
- b) Estabelecimento de um sistema internacional de acreditação;
- c) Revisão das convenções sobre reconhecimento de estudos que muitos desejam que se faça exclusivamente com base na convenção de Lisboa de 1997, que reúne os países europeus, Estados Unidos, Canadá, Israel e Austrália;
- d) Adoção do Processo de Bolonha, útil para a uniformização de procedimentos na Europa, mas que pode se tornar também um instrumento de dominação quando implementado em regiões em desenvolvimento como África e América Latina;
- e) Desenvolvimento incontrolado dos Massive Open On-line Courses (MOOCs) [Cursos massivos a distância];

- f) Elaboração de sistemas de classificação de universidades – *rankings* – baseados em critérios que se ajustam, sobretudo, aos modelos dos países que dominam a economia, as finanças, a política internacional, sobretudo os anglo-saxões.

No bojo dos tratados de livre comércio, os diversos âmbitos de decisão da União Europeia estimulam a desregulamentação dos direitos sociais assegurados pelo Estado e a criação de autoridades administrativas independentes ou autônomas em relação ao Estado.

Ainda segundo o autor acima, é preciso lembrar que houve a tentativa de implementar um Acordo sobre Serviços (Tisa) de modo quase que clandestino. As negociações em Genebra foram secretas, mas o Wikileaks divulgou periodicamente informações (2014, 2015, 2016) (Trade in Services Agreement, Wikipedia). Assim, soube-se, recentemente, que os Estados Unidos pressionaram fortemente para que os países desistissem de qualquer legislação que exigisse presença local, abrangendo emprego, transferência de tecnologia, esforços de pesquisa e desenvolvimento no local.

Apesar do segredo adotado, conhecem-se os pontos principais. As decisões sobre as privatizações são irreversíveis. Nenhum país pode recuar nem voltar atrás em compromissos que tenha assumido em relação à liberalização dos serviços. Um dos princípios mais importantes que voltam à cena é o do tratamento nacional, segundo o qual tudo o que é concedido a uma instituição tem que ser outorgado às demais, nacionais ou estrangeiras. Isto significa, por

exemplo, que os subsídios para as universidades públicas terão de ser estendidos para as universidades privadas nacionais e estrangeiras. Isto significa a morte da educação pública. (Dias, 2017, p. 69)

Caso fosse aprovado, o Tisa seria mais rígido que o AGCS (ou Gats). Atualmente, em princípio, um estado membro da OMC deve especificar quais são os setores nos quais ele está de acordo em liberalizar seu funcionamento. Trata-se de listas “positivas”. O Tisa inverte a situação, criando listas negativas. Só os setores citados explicitamente nos acordos não serão liberalizados. Isto evita que se chame a atenção para o tema em discussões através dos meios de comunicação, nas redes sociais, nas instituições acadêmicas, nos parlamentos. Na prática, isto significará que, aceito o acordo, todos os setores da economia, incluídos aí educação, saúde, energia, turismo, previdência e tudo mais será coberto por este instrumento normativo. Conforme as informações disponíveis (European Commission), após as referidas denúncias, e as mobilizações, o projeto encontra-se sobrestado. Os últimos informes e relatórios datam de 2016. Em virtude do método de encaminhamento baseado nas negociações subterrâneas, é possível que o projeto venha a ser retomado.

## ESTADO E SETOR FINANCEIRO NO COMANDO DA MERCANTILIZAÇÃO

Desde o final da ditadura (1985), por diversos meios, o Estado seguiu subsidiando continuamente a

expansão do setor privado. Mesmo em um contexto de grande mobilização social do Fórum Nacional em Defesa da Educação na Constituinte (1987-1988) que defendeu a educação pública, a Constituição Federal instituiu que “o ensino é livre à iniciativa privada” (Art. 209) e que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas” (Art. 213). Amparados pelas brechas na Constituição, os operadores do setor privado lograram considerável êxito no fortalecimento das instituições privadas, agora de caráter mercantil, conceituadas como “particulares”.

O Fies, criado pelo governo Cardoso em 1999, substituiu o Programa de Crédito Educativo (PCE/Creduc). O Fundo destina-se a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação. A partir de 2010, o programa passou a ser operado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os juros, antes referenciados na taxa Selic, caíram para 3,4% ao ano, obrigando o Estado a ampliar os aportes de recursos públicos para custear a diferença entre as referidas taxas de juros. Em 2005, foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni) que, em desacordo com o Art. 213 da Constituição Federal, permite repasse de verbas públicas, por meio de generosas isenções tributárias, para as instituições particulares, isto é, com fins lucrativos.

Objetivando ampliar o apoio às instituições privadas, o MEC confere prioridade às instituições que participam do Prouni no acesso aos recursos do Fies. Ade-

mais, todos os estudantes que possuem bolsas parciais de 50% do Prouni podem ter o restante custeado pelo Fies. Desse modo, um enorme mercado foi aberto ao setor privado, pois agora estudantes que não poderiam pagar pela “mercadoria educação” podem ter o seu custo bancado total ou parcialmente pelas verbas públicas. A demanda pela mercadoria, por conseguinte, está assegurada. Diante desse novo cenário econômico, o setor privado conheceu uma acelerada concentração impulsionada por um processo intenso de aquisições, sob o controle do capital financeiro.

Em meados dos anos 1990 ainda não estava na agenda das preocupações a desnacionalização da educação em virtude de aquisições de empresas educacionais por fundos de investimentos estrangeiros. A preocupação, até então, estava focada na aquisição de uma empresa educacional por outra empresa educacional, inclusive estrangeira ou, mesmo, na possibilidade de abertura de filiais de empresas estrangeiras nos mercados educacionais locais. O Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC preconizava justamente essa forma de liberalização comercial da educação. O capital, diante das mobilizações contra a mercantilização da educação, logrou novas estratégias que se revelaram muito mais eficazes.

A partir da crise de 2008 foi possível constatar que o processo da aquisição de empresas educacionais foi modificado pela presença de recursos de fundos de investimentos. Os novos proprietários e acionistas promoveram a abertura de capital das empresas (*Initial Pu-*



*blic Offering*, IPO, Oferta Pública Inicial) para que suas ações pudessem ser negociadas na bolsa de valores.

A Tabela 1 permite visualizar o processo de aquisições na última década, conformando um mercado em processo de monopolização e sob clara hegemonia dos setores que atuam no mundo das finanças e com forte presença de investidores estrangeiros.

**Tabela 1 - Aquisições no Setor de Educação Superior no Brasil (2008-2016)**

ANO	AQUISIÇÕES
2008	53
2009	12
2010	20
2011	27
2012	19
2013	27
2014	15
2015	27
2016	19
2017 (segundo trimestre)	8
1997-2016	227 (até 2007 as aquisições no setor educação eram classificadas como "Outros", a partir de 2008 passaram a ser acompanhadas como setor educação): 17 lugar no ranking das aquisições.

Fonte: KPMG,<sup>14</sup> relatórios anuais (2008-2017) com complementação do autor.

Conforme o Cade (2016), 80% dos atos de concentração ocorreram entre 2008 e 2013. O setor privado de ensino superior registrou em 2015 receita líquida de R\$ 49,3 bilhões. Deste total, 36% são provenientes dos 12 maiores grupos educacionais que são responsáveis

por 44% das matrículas: Kroton (16,3%), Estácio (7,2%), Unip (6,6%), Laureate (3,8%), Uninove (2,3%), Ser Educacional (2,1%), Cruzeiro do Sul (1,3%), Anima (1,2%), Unicesumar (0,95), Ilumino (0,8%), DeVry (0,7%), Grupo Tiradentes (0,7%) (Koike, 2016). Em 2016, conforme a Hoper, foram verificadas algumas alterações – Kroton (14,4%), Estácio (7,2%), Unip (6,6%), Laureate (4,1%), Ser Educacional (2,3%) Cruzeiro do Sul (1,7%), Anima (1,4%), DeVry (1,2%), Unicesumar (1,1%) (Koike, 2017).

A redução do número de aquisições em 2017 (8 aquisições, ante 53 em 2008 e 27 em 2013) não significa, necessariamente, que as aquisições perderam o fôlego, visto que uma única transação pode envolver um grande número de escolas, editoras, faculdades e universidades vinculadas aos compradores e aos vendedores. Esse foi o caso da aquisição da Somos pela Kroton, já mencionada.

O Fies foi muito redimensionado pela Lei 12.202/2010 que: 1) atribuiu ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em substituição à Caixa Econômica Federal, o papel de agente operador do Fies; 2) reduziu a taxa de juros a 3,4% ao ano entre 2010-2015 (em 2015, no contexto de crise, a taxa de juros foi alterada para 6,5% a.a.); 3) ampliou o rol dos beneficiários, aumentando a renda de corte elegível para ingresso no programa, alcançando as frações mais aquinhoadas das chamadas classes médias. É preciso lembrar que, um ano antes, em 2009, foi criado o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) lastreado pelo Tesouro Nacional, administrado pelo Banco do Brasil, que substituiu parcialmente a exigência de fiador

para o empréstimo do Fies. Cerca de 90% do empréstimo é assegurado pelo Fundo.

O Fies é operacionalizado pelo processo de emissão e recompra de títulos públicos (CFT-E) emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O próprio Fies, além de subsidiar a financeirização, está, ele mesmo, nela inserido (capital fictício). O agente operador (FNDE) repassa às instituições de ensino superior títulos (CFT-E) correspondentes às matrículas vendidas ao Fies, títulos que inicialmente devem ser utilizados pelas mantenedoras no pagamento de débitos de caráter previdenciário ou de tributos federais. O FNDE, por sua vez, repassa à STN recursos financeiros equivalentes ao valor dos títulos emitidos. Como as instituições privadas lograram fortes isenções tributárias, por meio do ProUni, “sobram” muitos títulos que igualmente são recomprados pelo FNDE. A Tabela 2 permite dimensionar os montantes envolvidos.

**Tabela 2 - Execução Financeira  
Anual do Fies (milhões R\$)**

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Emissão primária de CFT-E	1.451	2.198	2.943	4.013	4.394	6.190
Recompra	384	2.085	4.625	9.120	9.078	12.338
Repasse ao FGEDUC-CCG	1	7	191	570	544	735
Despesa financeira total	1.835	4.476	7.574	13.702	14.016	19.263

Fontes: STN/RFB, citado em Ministério da Fazenda, Fies, 2017.

Com efeito, a Tabela 2 revela o crescente comprometimento do Estado no custeio ordinário do Fies. O processo de emissão dos títulos tem crescimento acentuado, situação agravada pela recompra dos títulos excedentes. A referida Tabela confirma que o crescimento da recompra é exponencial, passando de R\$ 384 milhões em 2011 para R\$ 12,3 bilhões em 2016.

Como isso foi possível? Aqui é necessário compreender a interconexão entre o Fies e o ProUni. Como assinalado, este último concede isenções tributárias às corporações educacionais (e não apenas às ditas sem fins lucrativos). Assim, a adesão ao ProUni acaba sendo muito vantajosa para as empresas que recebem duas vezes: primeiro, porque não pagam diversos tributos; segundo, pois, como quase não possuem tributos a pagar, podem “vender” com correção monetária os seus CFT-E. O Estado, isto é, o fundo público, remunera duplamente as corporações. O fundo público é decisivo. Por isso, os embates no seio do Estado são tão relevantes para uma compreensão sistemática da mercantilização atual.

A lucratividade das corporações educacionais está estreitamente relacionada com os repasses de recursos do fundo público para os grupos econômicos, conforme discutido anteriormente. Os próprios relatórios dos grupos econômicos explicitam isso em seus relatórios à Comissão de Valores Mobiliários, que o crescimento vertiginoso das instituições privadas empresariais, isto é, com fins lucrativos, foi alavancado pelo Fies. Ou seja, foi o Estado, por meio do Fies, que impulsionou a mer-

cantilização da educação superior brasileira a partir, sobretudo, do chamado novo Fies, em 2010.

Com a expectativa de queda desses repasses nos próximos anos, a Kroton estima que em 2020 terá apenas 5% de sua base total de estudantes com Fies (chegou a ter perto de 40% de seus estudantes com Fies em 2014); as margens Ebitda<sup>15</sup> dos grupos de capital aberto, em percentuais no exercício de 2017, foram menores: Kroton: - 4,11%; Estácio: +1,6%, Ser Educacional: - 5,68% e Anima: + 2,95% (Koike, 2018).

Frente à queda da taxa de lucro de corporações como Kroton, os investidores dos fundos que controlam a referida organização temem ver seus títulos desvalorizados e, por isso, pressionam por novas reestruturações (demissões, sobretudo) e por novos nichos de mercado (como a educação básica, como visto no caso Somos) e, sobretudo, os cursos a distância, nos moldes dos MOOCs mencionados anteriormente.

No caso brasileiro, as grandes corporações sob dominância financeira, como a Kroton, Laureate, Estácio, entre outras, perceberam que, em virtude da queda de novos contratos no Fies (despencando de 732 mil novos contratos em 2014 para 170 mil em 2017), especialmente em virtude do aumento das taxas e de condições mais restritivas para obtenção do financiamento, outros nichos teriam de ser explorados. É importante não perder de vista que o frenético movimento de aquisições de empresas educacionais, superior a 230, entre o final dos anos 1990 e 2017, processo alavancado pelo Fies, como apontado, permitiu que o grupo de instituições

privadas com fins lucrativos conhecesse uma expansão muito acentuada desde o “novo Fies” em 2010. De fato, entre 2010 e 2017, as matrículas das instituições privadas sem fins lucrativos permaneceram estagnadas em 2,6 milhões de estudantes, enquanto as com fins lucrativos saltaram de 2 milhões para 3,6 milhões. E a expansão de cursos por EAD é liderada, de longe, pelas lucrativas que, em 2017, possuíam aproximadamente 66% das matrículas nesta modalidade. Enquanto as privadas sem fins lucrativos possuíam 13,5% (cerca de 360 mil) de seus estudantes em EAD, as mercantis possuíam 34,5%, totalizando mais de 1,2 milhão de matrículas. É necessário frisar que o MEC permitiu que, nos cursos presenciais, até 40% dos créditos podem ser ofertados por EAD. Ou seja, a EAD reconfigura as formas de educação dos jovens, rebaixando de modo preocupante a formação, e amplia, em proporções jamais vistas, a exploração dos trabalhadores. Em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 04/09/2019,<sup>16</sup> convocada pelo mandato do deputado Carlos Giannazi, um docente que trabalhou na Laureate lembrou que a corporação possui cerca de 270 mil estudantes em EAD e possui apenas 300 docentes atuando nesses cursos.

Essa situação de novas fronteiras mercantis afeta áreas muito estruturantes para um projeto autopropelido de nação, como a formação de professores. As universidades públicas possuem 584 mil estudantes de licenciatura, dos quais 109 mil a distância, basicamente na Universidade Aberta do Brasil, consórcio

de instituições que atua na formação docente. As privadas, por sua vez, possuem perto de um milhão de licenciandos, dos quais 633 mil estão em cursos a distância. O problema se agrava quando se constata que as organizações com fins lucrativos possuem 489 mil desses estudantes, 77% do total. Na área de Serviço Social, por exemplo, existem 185 mil profissionais ativos atualmente e 195 mil matrículas na área estão abertas no país! Algo semelhante ocorre na área de Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Biomedicina, entre outras áreas. Como salientado, são milhares de estudantes, escassíssimos professores e, como está se tornando evidente, muita fraude nessa modalidade. O lado mais perverso da mercantilização da educação está seguramente nos cursos massivos a distância.

Embora no governo Bolsonaro (sem termo de 2019) os setores dominantes não estejam representados no MEC, isso não quer dizer que o setor mercantil tenha perdido força nesse governo. É importante lembrar que seu ministro da Economia, Paulo Guedes, operou no setor de fundos, notadamente HSM Educacional S.A, BR Educacional, Gaec Educação e, mais recentemente, Bozano Investimentos (Ser Educacional, um dos grupos líderes do setor privado-mercantil com ações na bolsa) cujo CEO era justamente Paulo Guedes. Ademais, uma das principais dirigentes da Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup) e da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abraes) é Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia (Chiaverini, 2018).

A argumentação desenvolvida até aqui procurou oferecer elementos para comprovar os nexos entre a crise (que se expressa, também, como crise política), as finanças e o fundo público manejado pelo Estado. O aprofundamento da crise é indissociável das movimentações dos agentes que operam as finanças e, nessa linha, da ação voraz sobre o fundo público. Para protegerem seus interesses, os portadores de títulos da dívida pública, após o golpe em 2016, conseguiram blindar esses gastos com a Emenda Constitucional n. 95/2016; contudo, esta afunda o orçamento destinado aos gastos primários, entre os quais, o Fies. As frações financeiras que atuam nos fundos de investimentos, e com aplicações na educação superior privada, buscaram novos nichos de mercado, entre os quais a educação básica (aquisição da Somos pela Kroton é um exemplo eloquente) e, sobretudo, os cursos massivos a distância (MOOCS). As repercussões são muito importantes, negativas, para a formação de professores e de profissionais da área de saúde, entre outras.

É possível concluir, também, que no contexto da crise (2007-2018) ocorreu uma forte concentração da oferta educacional: em 2003, 20% dos maiores grupos possuíam 14% do mercado; em 2015, apenas os 12 maiores grupos possuíam 43,9% do mercado educacional do ensino superior brasileiro. A concentração foi ainda maior no segmento da Educação a Distância (EAD): entre 2010 e 2014, os 12 maiores grupos passaram de 44,4% para 66,2% do mercado.



Os números corroboram a proposição de que a financeirização da educação engendra a monopolização da oferta de educação superior. Os novos contornos econômicos (EC n. 95/2016) e políticos (expresso pelos conflitos entre setores alinhados à área econômica e os fundamentalistas) podem fraturar pilares desse processo de concentração, caso o fundo público seja efetivamente aprisionado pelos operadores dos títulos da dívida e pelos setores que manejam o capital comércio de dinheiro. A saída da crise e, sobretudo, a desmercantilização da educação superior dependem do protagonismo dos que propugnam a prevalência do comum, expressamente, do que não é mercantilizado, para assegurar o bem viver de todo o povo.

Para concluir o capítulo, é preciso lembrar que, com o montante de recursos passados às instituições privadas-mercantis na última década, teria sido possível atender a um número igual ou superior aos beneficiados pelo Fies nas universidades públicas e nos institutos federais de educação tecnológica. A crença de que seria possível manter, simultaneamente, a expansão do setor público e o crescimento exponencial de recursos para aquisição de vagas no setor mercantil foi desmentida pelos fatos. O crescimento do repasse ao setor mercantil, a partir de 2015, foi acompanhado de forte queda dos recursos para o setor público. Ademais, além do problema do custo, é imperioso ressaltar que a presença da juventude nas instituições públicas muda a vida do país, fortalece a democracia e sofisticada a formação humana. É incomparável com a lógica feroz das corporações.





RESISTÊNCIAS  
REQUEREM  
PEDAGOGIA CRÍTICA



SINDICATOS DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO – SINDICATO NACIONAL dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) – e, também, estudantes têm logrado jornadas de lutas de considerável importância, denunciando medidas antiuniversitárias e lutando em prol do público.

Na educação básica, a CNTE e os sindicatos estaduais vêm protagonizando lutas de grande intensidade, em vários estados. Entretanto, inexistem lutas sistemáticas nacionais dos trabalhadores da educação básica e, ainda mais, entre estes e os da educação superior. Em escassos momentos os trabalhadores do ensino público e do ensino privado realizam jornadas conjuntas. Vivazes iniciativas de movimentos sociais, como os Encontros Nacionais de Educadores da Reforma Agrária, organizados pelo MST, possuem reduzidas conexões com as demais lutas em prol do público e contra a mercantilização da educação. Contribuiu para essa desarticulação a extinção do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública (2005), em um contexto de divisão entre as entidades que eram dirigidas por forças que sustentavam medidas como

Fies e ProUni (Contee, CNTE, CUT e majoritárias na Fasubra e UNE) e os que as criticaram (acadêmicas, Andes-SN e Sinasefe).

Os ataques do governo Bolsonaro exigem um profundo reexame da situação das lutas, em prol de sua reorganização. Urge construir um novo ponto de partida para a educação pública, como preconizou Florestan Fernandes. Diante da situação da educação pública brasileira e da ofensiva financeira sobre o setor privado, é evidente que as divergências entre os sindicatos da educação e, também, entre as entidades acadêmicas e, entre estas e as sindicais, precisam ser redimensionadas. Nenhum agrupamento político ou sindical é capaz de convocar, por si só, lutas massivas em prol da educação pública e gratuita. Nem o Fórum Nacional Popular (CNTE, Contee, Fasubra), nem o Encontro Nacional de Educação (Andes, Sinasefe, Sindicatos Estaduais, esquerda estudantil), nem o Enera-MST possuem capacidade convocatória para enfrentar, por si só, a tormenta irracionalista, mercantil e ultraliberal em curso no Brasil de hoje. As recentes manifestações confirmam que potencial existe. As manifestações de 15 de maio (acima de 220 cidades), de 30 de maio (cerca de 150 cidades) 13 de agosto (cerca de 100 cidades) comprovam que as forças sociais democráticas estão inquietas, mas carecem de pauta unificada, agenda, estratégia compartilhada e de espaços de convergência para continuar ampliando a unidade de ação.

Para formar e difundir uma vontade nacional popular em prol da escola unitária e da criação de movi-

mentos pedagógicos comprometidos com mudanças no senso comum será necessário um arco de forças com amplitude para configurar um movimento de massa e, por suposto, agendas comuns. É um consenso que é preciso lutar pela revogação imediata da Emenda Constitucional n. 95/2016, do Future-se, da reforma regressiva do Ensino Médio e dos métodos irracionistas de alfabetização. São exemplos de iniciativas em prol de uma agenda dos educadores o documento do II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (II Enera), os documentos do Encontro Nacional de Educação e as declarações da Conferência Nacional Popular de Educação. O agrupamento em prol da educação antimercantil é vital para o futuro da democracia e do real direito à educação, sob perspectivas universais que somente os que vivem do próprio trabalho e são explorados têm condições de levar adiante.

Difícilmente tal iniciativa poderia ocorrer sem interlocução com os partidos que enfrentam as políticas do governo Bolsonaro. De modo irregular, os partidos com origem na esquerda atuam em prol das universidades públicas e da educação pública em geral, inclusive constituindo frentes parlamentares. A agenda, contudo, é variável, a depender se os partidos estão ou não nos governos nacionais e subnacionais.

Ademais, na maioria das vezes, os sindicatos e estudantes se viram forçados a uma pauta defensiva, afastada das questões substantivas da universidade e da educação pública em geral, em prol de agendas de

caráter econômico-corporativo, parte delas de grande relevância, como as lutas por planos de carreira e contra perdas salariais. Ocorreram jornadas que ampliaram a agenda em defesa da autonomia universitária, enfrentando a remuneração por desempenho, contra as avaliações produtivistas, entre outras que muito contribuíram para a permanência do caráter público das instituições universitárias mantidas pelo Estado. O mesmo ocorreu em relação à Educação Básica, notadamente, enfrentando a ofensiva contra os direitos trabalhistas da categoria.

Um questionamento radical e penetrante às consequências do processo de mercantilização está sendo feito por movimentos sociais que, conforme o contexto, lograram construir coalizões de distintas amplitudes: lutas conjuntas entre MST e Contag e mesmo na Via Campesina. Muitas dessas lutas assumiram caráter nacional e mesmo internacional. As corporações são mundializadas e, em diversos casos, existem coalizões que permitem reverberar a repercussão dos protestos em diversos países, como o movimento Atingidos pela Vale,<sup>17</sup> reunindo mais de cem organizações. Outros exemplos de lutas que ultrapassam a atuação de cada um dos movimentos são a luta contra os transgênicos e o uso abusivo de agrotóxicos, assim como em prol da soberania alimentar. As ações contra a mineração a céu aberto igualmente têm logrado considerável ampliação. E todas essas lutas interpelam direta ou indiretamente a universidade.

Os conflitos no Brasil têm se agravado a partir do *impeachment* (2016) que destravou uma brutal ofen-



siva contra territórios indígenas, os assentamentos da reforma agrária, assim como liberalizou o saqueio generalizado de recursos naturais. Por isso, as lutas recentes têm logrado relevante visibilidade, ainda maior após as ações do governo Bolsonaro. Em agosto de 2019, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em conjunto com a já tradicional Marcha das Margaridas, protagonizada pelas mulheres do campo para lutar contra os retrocessos sociais, reuniu 100 mil pessoas.<sup>18</sup> Não casualmente, as maiores manifestações contra as políticas do atual governo foram da educação e de camponesas e indígenas.

A relevância das lutas sociais não se limita à pertinente denúncia dos casos relatados sendo, antes, uma contribuição de natureza epistemológica e epistêmica. Esses enfrentamentos colocam em questão algo que a universidade raramente problematiza: a ideologia do desenvolvimentismo e, atualmente, do crescimento econômico que concentra a renda e prevê, como contrapartidas, rarefeito gotejamento dos benefícios aos chamados pobres e excluídos, a rigor, aos trabalhadores desempregados, hiperexplorados e expropriados.

A consigna dos movimentos camponeses “nada de tanques cheios quando existem estômagos vazios” alcança o fulcro da questão. A expansão dos agrocombustíveis está obviamente relacionada à manutenção de um padrão civilizatório em que a indústria automobilística joga um papel decisivo. Mesmo governos autodenominados progressistas insistem que o apoio

aos agrocombustíveis e à indústria automobilística e, ainda mais, a exploração predatória no setor mineral, a expansão das áreas de plantio de soja e a ampliação das áreas para rebanho bovino são saídas para a crise – silenciando os camponeses que lutam pela terra para produzir alimentos saudáveis, os povos originários em suas lutas pela preservação de seus territórios e os trabalhadores “sobrantes” –, na casa dos milhões, pois não cabem no agronegócio mecanizado de hoje. Tampouco as montadoras de automóveis ampliam os postos de trabalho, dado que, igualmente, são estruturadas por tecnologias que reduzem a força de trabalho humana.

Contudo, apesar das adversidades do presente, é importante lembrar que nem as ditaduras empresarial-militares silenciaram as universidades por completo. É preciso reconhecer que naquele contexto as vozes dissonantes somente foram possíveis com enorme esforço pessoal de cientistas e estudantes comprometidos com os problemas nacionais e com as lutas contra a exploração e expropriação. Nos tempos atuais, igualmente, escrever a história a contrapelo requer esforço redobrado, enfrentar restrições financeiras, enfrentar polêmicas áspers, agressões e ameaças. As dificuldades ultrapassam o plano dos indivíduos. Na produção do conhecimento crítico, como destacado, a problemática da pesquisa e as condições epistemológicas e epistêmicas do trabalho científico dependem hoje, em grande parte, do protagonismo dos movimentos sociais que identificam os problemas,

localizam seus agentes, discutem as resistências, elaboram diagnósticos sobre a degradação ambiental e suas consequências para a vida que ultrapassam os marcos da lógica do capitalismo de hoje. Nunca é demais reafirmar que o pensamento crítico requer um ambiente de lutas e de protagonismo social que possibilite o seu desenvolvimento com radicalidade crítica.

Em 8 de março de 2006, duas mil mulheres da Via Campesina – Brasil, ligadas ao MST, ocuparam uma área da empresa Aracruz Celulose<sup>19</sup> e destruíram o laboratório da transnacional e mudas de eucalipto, incluindo aquelas desenvolvidas em “pesquisas”. Foi esse gesto radical que colocou em questão a expansão da indústria da celulose na bacia aquífera Guarani, uma das mais importantes do planeta e, portanto, decisiva para o futuro da vida humana. Na Bolívia, a Guerra da Água em Cochabamba teve o mesmo efeito: pela força das lutas os movimentos engajados nessa batalha mostraram o significado das privatizações dos recursos vitais, como a água, e como as grandes corporações estão se apropriando de modo monopólico desses recursos, como foi o caso da Bechtel, empresa proprietária de Aguas del Tunari pertencente ao então vice-presidente dos EUA, Dick Cheney.

As lutas sociais contra os efeitos do agronegócio, da exploração mineira e sua matriz energética correspondente estão dando visibilidade nacional e internacional aos problemas que, por acontecerem em territórios determinados, são pensados pelas abordagens relativistas e positivistas como problemas locais,

pontuais, identitários. Contudo, a ofensiva do capital atualiza a fina dialética entre o particular e o geral, entre o todo e a parte, sem a qual o enfrentamento torna-se parcial e débil. A totalidade, neste caso, revigora a problemática do imperialismo. A produção do conhecimento, se engajada nessas lutas, pode apreender, no plano do pensado, essas relações.

A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que estes tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados dos problemas que motivam suas ações, fortalecendo as lutas sociais, a exemplo das intervenções da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre os agrotóxicos e seus nexos com a saúde e o ambiente (Peres e Moreira, 2003). Ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo, fortalece os setores críticos no espaço acadêmico que, assim, têm suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais. Embora minoritárias, essas iniciativas são relevantes para fortalecer um processo de luta pela autonomia universitária vis-à-vis aos dispositivos de poder.

Um exemplo de iniciativa nesse diapasão foi a ação da Universidade Nacional de Salta (Argentina). A instituição questionou na justiça, na Corte Suprema, com base em seus estudos acadêmicos, a lei provincial que autoriza a exploração de zonas que deveriam ser protegidas, no caso, bosques nativos e dos povos originários.

O caso dos cursos apologéticos aos interesses de La Alumbreira, realizados pela Unsam, provocou de-

núncias e mobilizações por parte das assembleias populares de Catamarca, entre outros movimentos, e uma carta aberta questionando o convênio da universidade com a corporação, elaborada pelo Nobel Adolfo Pérez Esquivel, repercutindo as críticas para âmbitos mais amplos do que aqueles possíveis pelos movimentos de Catamarca. As assembleias cidadãs estão acompanhando e pressionando diretamente as universidades envolvidas a não se associarem a essas corporações que promovem o saqueio e a destruição do ambiente e das condições de vida dos trabalhadores. Mais amplamente, intelectuais vinculados aos movimentos da região sustentam a necessidade de um debate mais aberto sobre a função da universidade pública:

[...] A questão de fundo, apontar as ações que permitam um debate democrático e profundo sobre o papel das universidades públicas diante dos processos de expropriação e devastação ambiental inscritos no 'modelo de desenvolvimento' vigente. A ideia é manter as assembleias, estar aberto às sugestões que delas possam surgir e, na medida de nossas possibilidades, viabilizá-las, e, finalmente, manter o estado de movimentação que, desde as diferentes frentes, é preciso assumir na defesa dos bens comuns de nosso ambiente e por outras formas de vida inspiradas na justiça e na sustentabilidade. (Svampa *et al.*, 2009)

As assembleias cidadãs sustentam, no caso da Unsam (e das demais instituições), o problema da autonomia universitária:

A Universidade [...] deve defender o princípio da autonomia universitária; uma autonomia baseada na defesa da liberdade científica, cujo fim é resguardá-la de espaços de poder, econômico, político e religioso, entre outros. [...]. Nesta linha, as assembleias cidadãos instamos as universidades e instituições do sistema científico e técnico a desenvolver um processo de autorreflexão que dê conta da grande responsabilidade que cabe ao setor público na promoção do bem-estar da sociedade vinculado ao aprofundamento dos processos democráticos e à proteção de nossos direitos de cidadania consagrados em nossa Constituição Nacional.<sup>20</sup>

O comprometimento das universidades com dispositivos de poder do capital, em um contexto de aprofundamento do capitalismo dependente, como expresso no lirsia, reconfigura a função social da universidade e reatualiza o debate realizado nas lutas de Córdoba (1918). Naquela ocasião, os estudantes criticavam o apego da universidade à ordem estabelecida, em especial aos interesses das oligarquias e da Igreja, mas foi a sua ala mais radical – José Ingenieros, Aníbal Ponce, Julio Mella (Cuba) e Mariátegui (Peru) – que concluiu que a universidade somente poderia estar comprometida com os problemas dos povos somente em lutas contra o imperialismo e, por isso associaram as lutas pela reforma universitária as lutas anti-imperialistas (Leher, 2008).

O que é novo nesse processo? Possivelmente, o que demarca as lutas antissistêmicas do presente é o fato de que grande parte destas envolvem expropriações violentas que estão sendo robustecidas em virtude

do agravamento da crise estrutural. O presidente da República do Brasil (2019) defende abertamente a mineração em territórios indígenas e já existe iniciativa de lei para permitir a presença das corporações em seus territórios. Dada a forma específica de inserção da América Latina na economia mundial, esse padrão de acumulação requererá, crescentemente, o apoio subalterno da universidade. Longe de serem acordos virtuosos que possam contribuir para o fortalecimento da autonomia universitária, da educação omnilateral e da pesquisa original, comprometida com os grandes problemas dos povos, esses contratos e acordos têm como pressupostos que a universidade deve ter uma função de suporte, de prestadora de serviços materiais e simbólicos para contribuir com a injusta governabilidade da ordem social. Com essa refuncionalização da universidade, a própria instituição universitária corre grave risco, pois assume a função de organização voltada para fins particularistas e utilitaristas, subordinada aos dispositivos de poder do capital, não ciosa de sua autonomia e, cada vez mais frequentemente, a serviço da legitimação do que é ilegítimo, comprometendo a ética na produção do conhecimento.

Por ásperos, fragmentados e incipientes que sejam os conflitos entre os movimentos sociais e por mais débeis que sejam os laços dos setores acadêmicos com as lutas sociais, é certo que o futuro da universidade pública latino-americana dependerá, fortemente, do avanço desses nexos virtuosos entre a universidade e as lutas anti-imperialistas. O contexto de crise estru-

tural pode ter um efeito destrutivo sobre essas expectativas, caso a imagem da crise seja a dos dominantes; alternativamente, caso prevaleça a imagem de que a crise é do capitalismo como um todo e, socialmente, que as lutas tenham organicidade e capacidade organizativa autônoma, novas páginas da história das universidades poderão ser escritas por muito mais mãos, notadamente as mãos calejadas dos que são explorados e apropriados do conhecimento científico, tecnológico, artístico, cultural e histórico-social. Assim estaremos consolidando as melhores utopias dos reformadores radicais de Córdoba no século XXI.

O maior desafio, nesse prisma, é a criação de um ambiente de práticas e de formação política que favoreça mudanças no senso comum que está cada vez mais hegemonizado pelas ideologias conservadoras, favorecendo a expansão da extrema direita com angustiantes proximidades com experiências devastadoras que transtornaram o século XX, como os fascismos.

Nesse sentido, urge resgatar práticas formadoras que possibilitem diálogos verdadeiros entre as universidades e as pessoas que vivem do próprio trabalho e são exploradas, trabalhadores do campo, trabalhadores por conta própria precarizados, a juventude negra, os povos indígenas, LGBTQI+, em suma, os despossuídos e os que, com seu labor, sustentam saídas civilizatórias contra a barbárie. E essa linha de trabalho requer uma reapropriação das pedagogias críticas.

A educação libertadora (Leher, 2013) está indissoluvelmente associada à trajetória de Paulo Freire, espe-



cialmente a partir dos anos 1960 quando as primeiras experiências de educação popular foram forjadas, direcionadas para a alfabetização de adultos de áreas rurais do Nordeste brasileiro. Embora tivesse vínculos com a Universidade do Recife, nesses anos Freire não discute a instituição.

De fato, ao longo de suas obras nenhum de seus livros trata especificamente sobre a universidade ou sobre o trabalho docente universitário, excetuando passagens de seus livros, como em *Cartas a Cristina* (1994) e uns poucos artigos dispersos, entre os quais um merece destaque por seu significado na trajetória de Freire (1962): “O professor universitário como educador”. A natureza especial do artigo deve-se, em primeiro lugar, ao periódico em que foi publicado. A *Revista Estudos Universitários* n.1<sup>21</sup> da Universidade do Recife (atualmente, Universidade Federal de Pernambuco), criada com a participação de Freire quando de sua participação no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da então Universidade do Recife (Brasileiro e Mendonça, 2004).<sup>22</sup> O artigo em questão fez parte do número de lançamento que contou com grandes intelectuais brasileiros envolvidos nas reformas de base – eleitoral, permitindo o voto aos analfabetos, tributária, agrária, bancária e universitária – ou, no dizer de Celso Furtado no mesmo número 1 da *Revista de Estudos Universitários*, comprometidos com a pré-revolução brasileira. Em relação ao teor do artigo, além da preocupação com o dialogismo, Freire manifesta a sua positiva expectativa com a mais inventiva universidade

até então criada no Brasil, a Universidade de Brasília, por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, como instituição comprometida com os problemas nacionais.

A relevância do artigo deve-se, muito, ao contexto dos embates em circulação na revista, fortemente contestada pelos conservadores, liderados por Gilberto Freyre, que exortava contra a “democratização dos diálogos” (Brasileiro e Mendonça, 2004), conflitos que, na realidade, estavam dirigidos mais amplamente para a própria reitoria e para o SEC, dirigido por Freire.

Em seus primeiros anos de exílio no Chile (novembro de 1964 a abril de 1969), Freire não discute de modo específico e sistemático a universidade. Entretanto, as suas reflexões sobre a educação alcançam todo o ato educativo e, certamente, podem inspirar uma pedagogia universitária de outro tipo. Em particular, um livro é decisivo para o tema: *Extensão ou comunicação?* escrito originalmente quando ele atuava no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. Neste pequeno livro o autor discute o papel do agrônomo na extensão, problematizando o uso da palavra extensão por seu caráter de invasão cultural e por seu antialogismo. Freire atualiza a sua reflexão sobre a relação entre o saber científico do agrônomo e o conhecimento dos camponeses, esboçando os contornos de sua *Pedagogia do Oprimido*.

Para compreender o alcance dessa obra, é interessante revisitar o contexto dos primeiros anos de sua formulação teórica<sup>23</sup> que culmina com o seu clássico *Pedagogia do Oprimido*, concluído no Chile em 1968

e que, por ter sido censurado no Brasil, somente foi publicado em 1974.

É necessário retornar ao início da década de 1960, período de inusitadas convergências políticas cujo denominador comum foi o nacional-desenvolvimentismo ou, em outros termos, o período nacional-democrático. A principal organização de esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), orientava seus militantes, sindicatos e intelectuais a fortalecer os governos tidos como “progressistas” e desenvolvimentistas, inclusive os liderados por partidos de direita e pró-imperialistas, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrata (PSD), como Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte e que apoiou a experiência de Freire em Angicos. É importante colocar em relevo a estratégia do PCB conhecida como Nacional-Democrática, sistematizada na *Declaração de Março de 1958*. Neste documento, o PCB propugnava que o socialismo pressupunha uma etapa democrático-burguesa em que os trabalhadores deveriam se aliar aos setores nacional-democráticos, objetivando fortalecer a industrialização e a modernização capitalista. A tese subjacente é de que o país ainda possuía bolsões pré-capitalistas, feudais e semif feudais que obstaculizavam a formação de um proletariado avançado. Uma das formas de suprimir os traços pré-capitalistas seria a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados. O apoio dos trabalhadores aos setores “progressistas” era considerado uma contrapartida – uma forma de pressão – para que a bur-

guesia realizasse as reformas sociais que, até então, não realizara. Desse modo, os trabalhadores forçariam a burguesia a realizar a sua revolução burguesa.

Essa concepção estratégica encontrava pontos de interseção na Ação Católica Brasileira, vinculada à Igreja Católica, que liderou a campanha contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) defendida pelos escolanovistas e pela esquerda em geral, porém sustentava o desenvolvimentismo como um programa afim ao seu ideário. Setores com afinidade com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), igualmente estavam empolgados com a “substituição das importações” empreendida pelos nacional-desenvolvimentistas, posição compartilhada por intelectuais reunidos no Instituto de Estudos Brasileiros (Iseb). Paulo Freire desenvolve seus projetos de alfabetização nesse ambiente político, articulando concepção religiosa e compromisso com as referidas reformas.

A força das Ligas Camponesas em suas lutas pela reforma agrária pode ser mensurada pelo alcance de sua representação de mais de 50 mil participantes, concentrados especialmente nos estados de Pernambuco e da Paraíba (Stedile, 2006). As expectativas do movimento contrastavam com concepção do PCB de promover o assalariamento dos trabalhadores do campo, o que gerou forte tensão no Congresso Camponês de Belo Horizonte, 1961.

O ambiente no qual Freire realizou seus projetos de alfabetização estava radicalizado como o golpe empresarial-militar viria a confirmar. Um tema im-

portante é que, naquele contexto, as experiências de educação popular não foram realizadas por iniciativa da Liga e, tampouco, ocorreram de modo articulado com as suas lutas. Embora Freire nutrisse profunda amizade com Clodomir de Moraes,<sup>24</sup> líder das Ligas, pois ambos estiveram presos em Olinda (Pernambuco) após o golpe em 1964, Freire não atuou organicamente com as Ligas.

A concepção estratégica da educação popular no início dos anos 1960 não passava pela auto-organização e pela autoemancipação coletiva dos trabalhadores e, nesse prisma, se aproximava muito da orientação do PCB e dos trabalhistas. O objetivo era formar os militantes para as reformas sociais.

As campanhas de alfabetização foram empreendidas por governos hostis ao movimento camponês radicalizado e pela Igreja Católica que, até então, pouco incentivava as suas lutas autônomas; ao contrário, muitos de seus altos dirigentes apoiaram pouco tempo depois o golpe empresarial-militar.

O programa do Rio Grande do Norte, financiado pela Aliança para o Progresso, previa formação de professores primários, restauração da rede escolar primária, construção de novas salas de aula, prestação de assistência alimentar, médica e odontológica a todas as crianças matriculadas, e desenvolvimento de uma campanha de alfabetização de adultos que deveria envolver 100 mil pessoas da região.

O projeto de alfabetização de adultos seria desenvolvido em um território particularmente assolado

pela pobreza e pela dependência social. No entanto, em plena Guerra Fria, Freire teve que coordenar um projeto patrocinado pela “Aliança para o Progresso” e por um governo com apoios de setores conservadores. O grupo de trabalho coordenado por Freire resistiu a várias tentativas de interferência dos técnicos da Aliança, defendendo a autonomia do projeto e exigindo que as entidades locais deveriam ser interlocutoras do projeto. A própria Aliança para o Progresso, ao fazer concessões secundárias, passou a ser criticada pela imprensa de direita, chegando a ser acusada de tolerante com o comunismo. Com a polarização crescente da sociedade brasileira entre reformistas (com apoio dos comunistas) e “entreguistas” (com apoio dos grupos econômicos, da UDN e do alto clero), a Aliança e a Usaid retiraram o apoio aos projetos de Paulo Freire, tidos como uma “fábrica de revoluções” (Paiva, 1980, p.25). Os setores dominantes manifestaram descontentamento com uma pedagogia que buscava fomentar a conscientização no sentido de tornar a massa indiferenciada dos trabalhadores do campo em povo consciente, embora não como classe, mas como pessoas cientes de seus direitos sociais legais. E, o que era decisivo na época: finalmente, eleitores que poderiam manifestar disposição de apoio às reformas.

Freire promoveu uma revolução epistemológica que consistia numa metodologia de alfabetização baseada em palavras geradoras surgidas da linguagem cotidiana da comunidade, nos círculos de cultura, através de um processo que definiu como “pesquisa

do universo vocabular”, abrangendo palavras do cotidiano, ditados e canções populares. Através da problematização de situações existenciais, elaboradas na imersão de problemáticas existentes (temas e palavras geradoras), os trabalhadores ampliavam o processo de investigação da realidade com propensão crítica. A realidade não era observada pela sua simples aparência, ou mecanicamente, mas como fenômeno de um núcleo vital mais profundo relacionando à condição subjetiva de analfabetismo com as condições sociais que determinam essa condição.

Desta forma, através da alfabetização, se gera uma nova realidade não redutível a uma atitude intelectual-teórica, internalizada através de uma dialética necessária entre ação e reflexão para a transformação social: aquela que, posteriormente, Paulo Freire define, muitas vezes, na *Pedagogia do Oprimido* (1970) como *práxis*. O diálogo das universidades com os setores populares tem muito a aprender com a obra de Freire, notadamente os círculos de cultura, o universo vocabular e a formação da consciência, ultrapassando, inclusive, os objetivos da conscientização das campanhas de 1960-1964.

Paulo Freire seguiu discutindo a educação nos anos 1970, em um contexto de descolonização na África. Nestes anos aprofundou sua aproximação com autores marxistas, fazendo mover a compreensão da educação popular, em particular, pela consideração do modo de produção capitalista em sua especificidade na América Latina e na África.

Após a irrupção de greves de trabalhadores metalúrgicos, como as de Osasco (1968), e das lutas estudantis pela reforma universitária e contra a ditadura no mesmo ano, a repressão tornou-se ainda mais feroz com o Ato Institucional n. 5 e com o Decreto n. 477/1969. Por isso, os poucos espaços com potencial democrático – espaços não considerados pela ditadura como perigosos – adquiriram proeminência e, nelas, foram sendo forjadas práticas que recuperavam aprendizados da educação popular, em especial, de matriz freiriana, nas Comunidades Eclesiais de Bases, na Comissão Pastoral da Terra, nas Pastorais Operárias e nas Associações de Moradores.

Foram as contribuições de Freire que possibilitaram experiências de real diálogo de setores universitários com os camponeses organizados no Movimento Sem Terra, por meio de dezenas de cursos de graduação, especialização e mestrado construídos em conjunto com os movimentos sociais.

Como Freire argumentou, sem a problematização do lugar de onde fala o educador, o dialogismo não será verdadeiro. Por isso, mais do que importante, é imprescindível indagar sobre a possibilidade de diálogos fecundos da universidade com os camponeses, os povos originários, os explorados, os oprimidos e os expropriados. Conforme Freire,<sup>25</sup> não haverá diálogo real se a universidade estiver comprometida com os que oprimem, exploram e provocam o silêncio dos trabalhadores e povos originários. O diálogo requer confiança mútua, disposição de busca da verdade (contra



as diversas formas de alienação) e envolvimento nas lutas contra a exploração e as opressões. Por isso, exige uma certa pedagogia (que o MST denominou de pedagogia do movimento) radicalmente crítica às concepções de mundo liberal-burguesas. Referenciada no marxismo, em Freire, nas práticas libertadoras, não pode deixar de problematizar o eurocentrismo, como nos insta Aníbal Quijano (2000), pois esta concepção é indissociável dos dispositivos da colonialidade do saber tão presentes nas formas de “extensão” universitária.

A via de acesso à pedagogia socialista, por parte do MST, foi aberta em grande parte pela tradição da educação popular de matriz freiriana – vinda da vertente das Comissões Pastorais da Terra (CPT) e da teologia da libertação (Löwy, 1980). As demais perspectivas chegaram por meio de interfaces com a universidade e, em especial, com um campo dedicado aos estudos marxistas sobre o princípio educativo do trabalho, em que Marx, Gramsci e os teóricos russos são referências. A força dessa incorporação deve-se, em grande parte, ao fato de que existem interseções entre Freire e o marxismo, especialmente por meio da obra gramsciana (Mayo, 2004).

Entre as novas sínteses resultantes dessas aproximações merecem destaque algumas experiências na universidade, como a criação de cursos de graduação (agronomia, licenciatura em educação do campo, direito, veterinária, geografia etc.), especialização e extensão em articulação com o MST/Via Campesina,

cursos que, posteriormente, passaram a ser acompanhados pela principal escola de formação política do MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Em termos pedagógicos, a síntese expressa a convergência entre a educação popular (pedagogia da alternância, mística, escola ativa, pedagogia do oprimido, práxis) e a pedagogia crítica marxista (educação omnilateral, politécnica, escola única do trabalho, trabalho como princípio educativo, escola unitária, hegemonia, intelectuais coletivos de classe). Com isso, o pensamento pedagógico marxista passou a valorizar, de modo mais efetivo, a luta social como processo de aprendizagem política e de formação da consciência.

Distintamente da educação popular praticada nos anos 1960, inserida no nacional-desenvolvimentismo, a Pedagogia do Movimento recoloca a questão da formação política capaz de elevar a consciência da "classe em si" para "classe para si" que, em termos objetivos, envolve a problemática "senso comum", "bom senso", "consciência filosófica", para utilizar expressões gramscianas. A formação política requer espaços próprios, auto-organizados pela classe que vive do próprio trabalho e é explorada, e um tipo específico de relação entre educadores e educandos. Se não houver vínculos entre o espaço da formação e os movimentos reais, concretos, que efetivamente fazem as lutas, em que cultura e estudo contribuem para a consciência dos fins a alcançar nas lutas, a tendência é a formação dogmática como se fosse um clube literário de burgueses desocupados e diletantes.

Influenciado pelos acontecimentos da Comuna de Paris, 1871, Marx escreveu em seu célebre *Crítica ao Programa de Gotha* (1875) justo sobre a contradição entre o Estado particularista burguês e a educação pública. Uma coisa é defender a escola pública, outra coisa radicalmente distinta é atribuir ao Estado o papel de educador do povo. Quem educa são os educadores livremente organizados nos conselhos populares, em conjunto com trabalhadores do campo e da cidade, pais, estudantes.

A pedagogia crítica somente poderá se desenvolver como parte da luta pela auto-organização dos espaços públicos pela própria maioria dos 'não possuidores de bens'. A pedagogia do poder é a pedagogia do capital. Retomar o conceito de público significa repensar a autonomia da universidade, o papel intelectual do professor, novas formas de organização democrática da universidade e outra maneira da escola dialogar com o povo e com os trabalhadores.

A problemática do público e, em conexão com esta, da autonomia universitária, é o primeiro grande eixo das reflexões e lutas atuais. O segundo eixo diz respeito ao conhecimento. A universidade pública somente será pública se os conhecimentos nela trabalhados romperem com a colonialidade do saber e do poder. É possível pensar uma agricultura que não seja o agronegócio baseado em organismos geneticamente modificados e voltados para exportações de *commodities*? É possível pensar uma pedagogia que não seja a pedagogia das competências? Uma saúde

pública que não seja a das corporações e dos planos de saúde? Essas perguntas são inequivocamente políticas, exigem práxis, protagonismo dos trabalhadores.

É preciso abertura para os diálogos interculturais – condição para um universalismo em que caibam todos os rostos humanos e povos – que permitam produzir novos conhecimentos será possível buscar respostas para perguntas como: O que é a soberania alimentar? Por que o patrimônio genético tem de ser um bem coletivo dos povos? Esses diálogos pressupõem uma universidade com a vibração da vida.

Nos ásperos dias do mês de setembro de 2019, a ofensiva contra o pensamento crítico segue cerrada, violenta e ainda sem respostas capazes de alterar a correlação de forças. Ainda está em processo a constituição de um arco de forças capaz de enfrentar e derrotar o irracionalismo que impera no Estado. São muitas as iniciativas em curso, porém, as áreas de confluência ainda precisam ser construídas, assim como é preciso consensuar como realizar convocatórias unitárias, indagando sobre as organizações, movimentos, sindicatos, partidos, e sobretudo, agendas políticas que possibilitem confluências em prol de alternativas.

Um objetivo estratégico é incidir em prol da soberania nacional. Impedir ou ao menos lutar contra o desmonte da inteligência do Estado é prioritário – isso envolve defesa do IBGE, Inpe, Fiocruz, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), universidades, demais instituições públicas e conselhos dos órgãos públicos. Reforçar as lutas em prol da reforma agrária, em defe-

sa da pequena agricultura, e da ampliação do Pronera e do Incra, inserindo os temas da posse coletiva de terras e territórios nas prioridades de ação. Em poucas palavras, é necessário pensar o Estado e enfrentar a sua contrarreforma e, nesse prisma, a luta pela revogação imediata da EC n.95/2016 é crucial, pois esta é a mãe de todas as demais contrarreformas. Igualmente, enfrentar os processos de expropriações a que o povo está submetido, como as contrarreformas trabalhista e previdenciária. A esquerda e as universidades precisam pensar alternativas econômicas. O esquema mental keynesiano obsta a imaginação de alternativas à ordem do capital. Outros horizontes de futuro são cruciais e, neles, a economia é de vital importância.

A positividade da situação vigente decorre das contradições cada vez mais abertas e explícitas. A elaboração de outros horizontes, forjando outra vontade nacional-popular, é um processo de construção de outra hegemonia. Este intento está sendo revigorado pelos confrontos que marcam o cotidiano. Não cabem subterfúgios e hesitações. A democracia brasileira exige o melhor de nossa vontade e de nossa inteligência para fazer frente ao projeto autocrático que tenta se consolidar.



- 1 Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu adequada a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, seja porque respeitado, no caso, o princípio da subsidiariedade, seja, ainda, porque processualmente viável a impugnação, por seu intermédio, de decisões judiciais ou de interpretações judiciais de textos normativos. Em seguida, o Tribunal, também por votação unânime, referendou, integralmente, a decisão proferida pela relatora, ministra Carmen Lúcia, decisão essa que se reveste de efeito vinculante e de eficácia contra todos (suspendendo-se os efeitos de atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridade pública que possibilitem, determinem ou promovam o ingresso de agentes públicos em universidades públicas e privadas, o recolhimento de documentos, a interrupção de aulas, debates ou manifestações de docentes e discentes universitários, a atividade disciplinar docente e discente e a coleta irregular de depoimentos desses cidadãos pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários ou em equipamentos sob a administração de universidades públicas e privadas e serventes a seus fins e desempenhos). Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5576416>
- 2 No Brasil, a ministra da Agricultura Kátia Abreu enviou projeto de lei ao Congresso permitindo o uso da tecnologia *terminator*, a despeito de avaliação científica da Convenção sobre Biodiversidade das Nações Unidas. Ver artigo de Nassar, 2015.
- 3 Entre outros: Warwick Kerr, Newton Freire Maia, Haity Moussatché e Mauricio Rocha e Silva, biociências; Carolina Bori, psicologia; Cyro dos Anjos, letras; João Filgueiras Lima, Lucio Costa e Oscar Niemeyer, arquitetura e urbanismo; Otto R. Gottlieb, química;

José Leite Lopes, Jayme Tiomno, física; Elon Lages de Lima, matemática; Vitor Nunes Leal e Maria Yedda L. Linhares, José Albertino Rodrigues, ciências humanas, e Ruy Mauro Marini, economia.

- 4 Situação muito diversa das políticas do governo Bolsonaro. Está em curso um conjunto de ações que permitem evidenciar uma “descomplexificação” do Estado, por meio da desqualificação das contribuições da ciência e do afastamento da comunidade científica de todos os conselhos e órgãos que requerem análises científicas. Infelizmente, os exemplos são muitos: mudanças climáticas, desmatamento na Amazônia mensurado pelo INPE e que acarretou na demissão de Ricardo Galvão, seu presidente, mas também a desqualificação das pesquisas sobre desemprego do IBGE, de uso de drogas da Fiocruz, assim como a postura beligerante frente às universidades públicas.
- 5 Roberto Deitos. Ajuste estrutural e setorial: trata-se de um conjunto de condicionalidades econômicas, financeiras, políticas e ideológicas exigidas, propostas e requeridas pelas agências financeiras multilaterais, produzidas e ancoradas nas proposições dos países cênicos do capitalismo mundial: EUA, Itália, Alemanha, Inglaterra, Canadá, França e Japão. O ajustamento estrutural ganhou força sistêmica principalmente a partir do início dos anos 1980, período em que agravou-se o endividamento externo dos países, particularmente dos países periféricos e endividados. Desse modo, o receituário de reformas condicionadas pelas instituições multilaterais (agentes destacados do capitalismo) como o Banco Mundial/ Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que houvesse anuência para a formalização de empréstimos em qualquer área passou a exigir um conjunto de reformas como a estatal, educacional, trabalhista, previdenciária, fiscal etc. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ajuste\\_estrutural\\_e\\_setorial.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ajuste_estrutural_e_setorial.htm)
- 6 A leitura do relatório Desindustrialização setorial no Brasil (IEDI, 2019) é importante para uma compreensão geral da situação da indústria no Brasil.
- 7 Disponível em: <https://mineria.amazoniasocioambiental.org/>
- 8 A área territorial brasileira é de 8.547.403,5 km<sup>2</sup>.
- 9 A nota informa que os vínculos da ESALQ com Illinois são estreitos visto que muitos professores completaram sua formação na instituição e outros realizaram seus pós-doutorados, cumprindo também funções de professor visitante. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/destaques.php?id=222&ano=2007>.
- 10 O PCB começou a ser utilizado na década de 1930 por empresas como a Monsanto e a Bayer por causa de suas vantagens químicas e físicas: era um composto não inflamável, de alta resistência elétrica e grande estabilidade. Depois da produção



de milhões de toneladas, viu-se que permanecia no ambiente por muito tempo. Em adultos pode provocar irritações cutâneas, em crianças há o perigo de anemia, de redução de crescimento, de menor QI, entre outros. Ver: <http://transgenicosnao.blogspot.com/2009/03/pcb-e-encontrado-em-leite-materno-de.html>, acesso em: 8/3/09.

- 11 Ver <http://www.combat-monsanto.org/spip.php?article44>
- 12 O complexo Alumbreira se encontra entre os dez maiores empreendimentos de cobre do mundo e entre os quinze maiores de ouro. Atua na principal jazida de exploração do país e é uma obra faraônica que utiliza, por minuto, 66 mil litros de água.
- 13 A partir de uma análise feita em 2002 no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, associações universitárias da América Latina se mobilizaram contra a aplicação do GATS-AGCS na área de educação. No Brasil, solicitou-se ao governo de Fernando Henrique Cardoso que tomasse posição. A resposta do governo foi a de que a OMC não representava uma ameaça para o Brasil. O governo tinha razão. A ameaça não era a OMC. A ameaça era o governo brasileiro. Em dezembro de 1996, o congresso aprovava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional considerando a educação superior como um serviço público. Em 19 de agosto de 1997, através de um decreto, o governo brasileiro reconheceu a possibilidade de se considerar instituições de ensino superior como um bem de serviço comercial, objeto de lucro ou acumulação. O resultado foi imediato. Em 1999, 48% das instituições de ensino superior no Brasil já eram privadas/mercantis, contra 34,5% privadas sem fins lucrativos e 17,5% permaneciam públicas” (DIAS, 2017).
- 14 KPMG Fusões e Aquisições (vários). Ver especialmente KPMG Fusões e aquisições, 2016, 4º trimestre, fevereiro de 2017 e KPMG Fusões e aquisições, 2º trimestre, out. 2017.
- 15 A sigla Ebitba corresponde a "Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization", ou seja: lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.
- 16 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SF7Jyw7IB\\_k&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=SF7Jyw7IB_k&feature=youtu.be)
- 17 Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/sobre-nos/quem-somos/>
- 18 Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/08/08/mulheres-indigenas-e-camponesas-se-unem-para-a-maior-acao-feminina-da-america-latina.html>
- 19 A Aracruz é formada por um conjunto de empresas: a norueguesa Lorenz detém 28% (cujo maior acionista é o cunhado do rei da Noruega); 28% são do Banco Safra (de capital internacional, com sede em Mônaco), 28% são da Votorantim e 12,5% do BNDES; ver José Arbex Jr., 2006.
- 20 *Carta abierta de las Asambleas Ciudadanas a la Universidad Nacional de General San Martin*. Disponível em: <http://asambleasciudadanas.org.ar/?p=33>

- 21 Examinando o índice da revista, descobrimos um discurso que Freire realizou como paraninfo comentado por Walter Costa Porto, resenha de: *Crise de autoridade, crise da universidade: crise é Brasil* (sobre um discurso de paraninfo do Prof. Paulo Freire). n. 1, p. 101-102, jul./set. 1962, não localizado. Em 1963, no número 4 da mesma revista, Freire publicou um de seus artigos mais importantes: Freire, 1963.
- 22 O SEC é uma iniciativa pioneira na criação de um setor dedicado à extensão universitária no Brasil. Ver o consistente artigo de Dimas Brasileiro e Djanyse Mendonça (2004/2005).
- 23 Seção escrita com base no artigo de Leher e Vittoria (2013).
- 24 Ver carta de Freire a Clodomir de Moraes, na qual apresenta as questões que orientaram as reflexões da Pedagogia do Oprimido. Disponível em: <http://movimentoceara.blogspot.com.br/2013/09/carta-de-paulo-freire-clodomir-santos.html>
- 25 A presente seção foi desenvolvida a partir de Leher e Vittoria (2013)

## *Brasil: neoliberalismo versus democracia*

ALFREDO SAAD FILHO E LECIO MORAIS

SÃO PAULO: BOITEMPO, 2018

O livro faz interessante periodização da formação social brasileira, por meio do conceito de sistemas de acumulação, focalizando a Industrialização por Substituição das Importações e o modelo Neoliberal. Constitui um trabalho rigoroso em termos de método e colige informações sumamente importantes para pensar a acumulação do capital no Brasil.

## *Dicionário da Educação do Campo*

ROSELI S. CALDART; ISABEL B. PEREIRA; PAULO ALENTEJANO E GAUDÊNCIO FRIGOTTO (ORGS.)

RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO: ED. FIOCRUZ/EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

Esse é um dicionário que contém verbetes muito importantes para compreender os embates sociais na educação contemporânea, a pedagogia do movimento, os autores socialistas e os conceitos chave do pensamento crítico. A obra pode ser acessada livremente em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>

*Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da Reforma de Córdoba*

MARCO ANTÔNIO RODRIGUES DIAS

MONTEVIDÉO: ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDÉO, 2017.

Com o objetivo de pensar a atualidade da reforma universitária de Córdoba, em 1918, Dias, ex-dirigente da Unesco e principal referência no embate em prol do público na Conferência Mundial de Educação Superior (Paris, 1998), traça um sintético panorama dos intentos dos organismos internacionais e das corporações de transformar a educação em mercadoria, apresentando as proposições do Banco Mundial, o significado do neoliberalismo para a educação, os tratados de livre comércio, tanto da Organização Mundial do Comércio como de outras coalizões de governos e corporações. O livro tem como fio condutor o debate sobre a natureza pública, comum, não mercantil da educação.

*O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*

LUÍS FELIPE MIGUEL

SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR/FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2019.

Neste livro o autor elabora um ensaio de interpretação sobre a rápida e desconcertante destruição dos direitos sociais presentes na Constituição Federal, colocando em relevo a correlação de forças

entre as classes sociais dentro e fora do país e que resultaram no golpe de 2016 (e no apoio do bloco no poder ao então candidato Jair Bolsonaro). É um livro necessário para pensar alternativas e estratégias políticas.

*Universidade brasileira: reforma ou revolução?*

FLORESTAN FERNANDES

SÃO PAULO: ALFA-OMEGA, 1975.

Nesta obra Florestan Fernandes reuniu diversas conferências realizadas entre 1967 e 1968, período em que o sociólogo se empenhou vivamente nas lutas pela democracia e em prol de uma reforma universitária. Nos artigos, o autor realiza profunda análise sobre a universidade como instituição em um país capitalista dependente, examinando a chamada reforma universitária pretendida pela ditadura empresarial-militar, a reforma consentida, os nexos da universidade brasileira com o desenvolvimento e a importância dessas instituições para a pesquisa original.

*Universidade e heteronomia cultural: um estudo a partir de Florestan Fernandes*

ROBERTO LEHER

RIO DE JANEIRO: CONSEQUÊNCIA, 2018.

O livro analisa o problema da heteronomia cultural advinda do capitalismo dependente, conceito analisado a partir de Florestan Fernandes, discute as classes

sociais e a educação no Brasil contemporâneo, analisa os determinantes da heteronomia cultural das universidades e as alternativas para a educação pública que vêm sendo forjadas nas lutas sociais.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFP. Monsanto e Dow Chemicals são condenadas por agente laranja no Vietnã. *France Presse*, 12/07/2013. Disponível em: <http://glo.bo/12wbidc>. Acesso em: agosto de 2019.
- AGÊNCIA BRASIL. Bolsonaro diz que políticas afirmativas reforçam “coitadismo” no país, 24 out. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-diz-que-politicas-afirmativas-reforcam-coitadismo-no-pais>. Acesso em: agosto de 2019.
- AGÊNCIA FAPESP. Fundação Bunge premia agrometeorologia e literatura. *Agência FAPESP*, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.agencia.fapesp.br/materia/9489/noticias/fundacao-bunge-premia-agrometeorologia-e-literatura.htm>. Acesso em: agosto de 2019.
- AGÊNCIA FAPESP. Realizing Cellulosic Biofuels and Benefiting the Environment. 17 nov. 2008. Disponível em: <http://www.fapesp.br/english/materia/4683/research-innovation/realizing-cellulosic-biofuels-and-benefiting-the-environment-november-17-2008-.htm>. Acesso em: agosto de 2019.
- ALTIERI, M. A.; HOLT-GIMENEZ, E. Los benefactores de la biotecnología y el biocombustible de la U. de California: El poder de las grandes finanzas y las malas ideas, en

- ALAI, 2 set. 2007. Disponível em: <http://alainet.org/active/15541&lang=es>, acesso em: 10 de fevereiro de 2009.
- ANDIFES, V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018), Disponível em: [https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/coletiva\\_imprensa\\_16\\_maiio\\_2019\\_final\\_revisto\\_Patricia\\_320190521105127.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/coletiva_imprensa_16_maiio_2019_final_revisto_Patricia_320190521105127.pdf).
- APOLUCENO DE OLIVEIRA, I. *Leituras freireanas sobre educação*. SP: Unesp, 2003.
- ARANDA, D. Quien controla las semillas, controla la comida y la vida. Entrevistada: Marie-Monique Robin. *Página 12*, 30/2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-122355-2009-03-30.html>, acesso em: 02/04/09.
- ARBEX JR., José. *Haja cruz*. 17 abr. 2006. Disponível em: <http://alainet.org/active/11156>, acesso em: 10/02/09.
- BACHELARD, G. *Epistemologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BATISTA, E.L.; ORSO, P. J.; LUCENA, C. (orgs.). *Escola sem Partido ou escola da mordança e do partido único a serviço do capital*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. New Liberal Speak: notes on the new planetary vulgate, *Radical Philosophy*, 2001, n. 105, p. 2-5.
- BRASIL. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.
- BRASILEIRO, D. e MENDONÇA, D. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de



- Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964).  
*In: Estudos Universitários, revista de cultura da Universidade Federal de Pernambuco, v. 24/25, n. 5/6 p. 1-78, dez 2004/2005.*
- BRENNER, R. Una crisis devastadora en ciernes, *Rebelión*, 6/2/2008.
- Cadernos ANDES – n. 2 (1981), Florianópolis: Andes, 1981.
- BRITO CRUZ, C. H. 26/08/2015, desafios C+T Brasil – Confap, Fapesp. Disponível em: [http://www.fapesp.br/eventos/2015/08/brito\\_confap2015.pdf](http://www.fapesp.br/eventos/2015/08/brito_confap2015.pdf)
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.(Orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Fiocruz/Expressão Popular, 2012.
- CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- CARDOSO, M. L. Reflexões sobre a ética e a construção do conhecimento. Trabalho apresentado na *Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd)*, Caxambu-MG, 1994, mimeo.
- CASTRO, J. A. Financiamento da Educação. Apresentação realizada em Pense Brasil-SP, Fundação João Mangabeira, São Paulo, 13 de junho de 2019.
- CASTRO, Fábio de. Parceria em áreas estratégicas, Agência FAPESP, 17/04/2008, disponível em: <http://agencia.fapesp.br:443/parceria-em-areas-estrategicas/8720/> Acesso em 01/10/2019.
- CHIAVERINI, Tomás. Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar negócios de Guedes. *In: Pública*, 12/12/18. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/planos-para-a-educacao-devem-enfraquecer-professores-e-beneficiar-negocios-de-guedes/>

cer-professores-e-beneficiar-negocios-de-guedes/, acesso em: 23 de março de 2019.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Atos de Concentração no Mercado de Prestação de Serviços de Ensino Superior Departamento de Estudos Econômicos, Cadernos do Cade, maio de 2016.

COPENOA. "Catamarca: Universidad de San Martín dicta curso docente a pedido de Minera La Alumbrera". 26 ago. 2008. Disponível em: <http://www.copenoa.com.ar/CATAMARCA-Universidad-de-San.html>. Acesso em: 23/09/2019.

DAGNINO, R. Prefácio. In: R. NEDER, R. T.; MORAES, R. de A. *Para onde vai a política de ciência e tecnologia no Brasil* – Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

DIAS, M. A. R., *Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da Reforma de Córdoba*. Montevideo: Asociación de Universidades Grupo Montevideo, 2017.

DIEESE. Embraer e Boeing: combinação de negócios ou venda para a gigante norte-americana? *Dieese, Nota Técnica*, n. 198, Outubro de 2018. <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec198Embraer.pdf>

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DRUMMOND, Carlos. "O presidente gasolina". *Carta Capital*, 14 de agosto de 2019, p. 19.

DWECK, E. *Pense Brasil* – SP, Educação: uma questão de futuro. Financiamento da educação: os números da política e a política dos números. Orçamento Primário do MEC

- Valor Empenhado, elementos de despesa (%). Fonte: SIOF, São Paulo, 13/06/2019.
- ESALQ USP, Assessoria de Comunicação, Notícias. ESALQ e Illinois avançam em convênio de cooperação internacional, 9/11/2007, <http://www.esalq.usp.br/noticia/detalhe.php?id=763>. Acesso em 01/10/2019.
- ESTADÃO. Ministro da Educação defende combate a “marxismo cultural” na universidade. *Revista Exame*, 8 abr.19. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-da-educacao-defende-combate-a-marxismo-cultural-em-universidade/>
- EUROPEAN COMMISSION. News on TISA. <https://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/>
- EVANGELISTA, O.; LEHER, R. Todos Pela Educação e o Episódio Costin no MEC: a Pedagogia do Capital em Ação na Política Educacional Brasileira. *Trabalho Necessário*, v. 10, n. 15, 2012. Disponível em: <http://doi.org/10.22409/tn.10i15.p.6865>.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília, D.F.: Editora da UnB, 2001.
- FANG, L. Monsanto orquestrou o esforço do partido republicano para intimidar pesquisadores. *The Intercept\_Brasil*. 9 de setembro de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/09/monsanto-intimidou-pesquisadores-de-cancer/>, acesso em: 10 de setembro de 2019.
- FATOR BRASIL, Monsanto lança campanha corporativa, 31/07/2008, disponível em <https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?not=48011>. Acesso em 01/10/19
- FEHRENBACHER, K. *BP to Invest \$90M in Cellulosic Ethanol Producer Verenium*. Disponível em: <http://earth2tech>.

com/2008/08/06/bp-to-invest-90m-in-cellulosic-ethanol-producer-verenium/. Acesso em: 19/09/2019.

FERNANDES, F. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981.

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1975a.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente: classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975c.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FERNANDES, L., SODRÉ, L. e PINA, R. Histórico de violações da Vale vai muito além de Mariana e Brumadinho. *Brasil de Fato*, 29 de janeiro de 2019, Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho/>, acesso em: 10/07/19.

FIGARI, Carlos e PONCE, Elsa. "La UNSAM cómplice de la depredación ambiental en Catamarca", *Catamarca actual*, diario digital, 22 de mayo de 2008. Disponível em: <https://carlosfigari.wordpress.com/2010/01/02/carlos-figari-y-elsa-poncela-unsam-complice-de-la-depredacion-ambiental-en-catamarca/>

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010. 370 p.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1982.

- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. O professor universitário como educador. *Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Volume 1. Recife, Universidade do Recife, Imprensa Universitária, jul-set. 1962 p. 5-6.
- \_\_\_\_\_. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo (n. 4, p. 5-23, abr./jun. 1963).
- \_\_\_\_\_. *Cartas a Cristina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970;
- GAK, Abraham. "El gobierno no tiene un plan estratégico", LAVACA, 01/07/2008, disponível em: <https://www.lavaca.org/notas/abraham-gak/>. Acesso em 01/10/2019.
- GLOBAL UNIVERSITY NETWORK FOR INNOVATION – GUNI. *La educación superior en el mundo 2006: la financiación de las universidades*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2005.
- GRANER, F. e RITTNER, D. Herança petista, PAC terá gestão desburocratizada. *Valor*, 18/02/19. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6122799/heranca-petista-pac-tera-gestao-desburocratizada>, acesso em: julho de 2019.
- GRITO SUBURBANO. "Rector Universidad del Comahue cómplice de Empresa Minera China". 06 mar. 2009. Em: *Indymedia Argentina*. Disponível em: <https://archivo.argentina.indymedia.org/news/2009/03/657135.php>
- GRUPO DE REFLEXIÓN RURAL. "Presentación del Informe Paren de Fumigar". Em *Indymedia Argentina*. 23 abr.

2009. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/news/2009/04/666993.php>. Último acesso: 23/09/2019.
- GUARDABASSI, Patrícia M. Os desafios à expansão sustentável da produção de etanol de cana de açúcar. USP, Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Energia – Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física. SP: USP, 2011., disponível em: [http://www.acendebrazil.com.br/media/academicas/Patricia\\_Guardabassi\\_-\\_versao\\_corrigida.pdf](http://www.acendebrazil.com.br/media/academicas/Patricia_Guardabassi_-_versao_corrigida.pdf). Acesso em 01/10/2019.
- GUILLOT, G. D. Pobreza “made in Monsanto”, *ALAI*, 17/05/2009. Disponível em: <http://alainet.org/active/29935&lang=es>
- HOLLEMAN, H.; CLAUSEN, R. *Biofuels, BP-Berkeley, and the new ecological imperialism*. 2008. Disponível em: <http://mrzine.monthlyreview.org/hc160108.html>.
- HOROWITZ, I. L. *Ascensão e queda do projeto Camelot*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- IBGE. A geografia da cana-de-açúcar. Dinâmica territorial da produção agropecuária, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101436.pdf>
- \_\_\_\_\_. Produção Agrícola Municipal 2017. DF: IBGE, 2018. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam\\_2017\\_v44\\_br\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66/pam_2017_v44_br_informativo.pdf)
- Acesso em 21/08/2019.
- IEDI. “A evolução da estrutura industrial”. Setembro de 2008. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20080930\\_estrutura\\_ind.pdf](http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf)
- IEDI, Análise IEDI. Um mal brasileiro: declínio industrial em setores de maior tecnologia, 18/04/19, Disponí-

vel em: [https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_iedi\\_20190418\\_industria.html](https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20190418_industria.html).

KOIKE, B. Ensino superior privado tem receita de R\$ 49,3 bi no Brasil em 2015. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4610699/ensino-superior-privado-tem-receita-de-r-493-bi-no-brasil-em-2015>. Acesso: 20/11/17  
\_\_\_\_\_. Unip pode buscar sócio ou fazer IPO. *Valor*, 20/12/17, B1.  
\_\_\_\_\_. Captação de alunos preocupa e ações caem. *Valor*, 26/03/2018, B6. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5407573/captacao-de-alunos-preocupa-e-acoes-caem>

LAPIERRE, G. Géopiraterie dans la Sierra Juárez d'Óaxaca ou le retour des Tuniques bleues. In: *La Voie du jaguar*, 14/03/2016, Réseau des Géographes Libertaires. disponível em <https://rgl.hypotheses.org/312>, acesso em: agosto de 2019.

LEHER, R. Trabalho apresentado no Congreso Internacional "Universidad en el camino de la innovación pedagógica", Universidad Nacional de Quito, 21 e 22 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. "Future-se" indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. *Le Monde Diplomatique*, acervo on-line, 2 de agosto de 2019[a]. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/future-se-indica-a-refuncionalizacao-das-universidades-e-institutos-federais/>

\_\_\_\_\_. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. *Revista Contemporânea de Educação*, [S.l.], v. 14, n. 29, p. 208-226, maio 2019[b]. ISSN 1809-5747. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/23167>. Acesso em: 16 jun. 2019.

LEHER, R. Las universidades públicas en gobierno de Bolsonaro: un conflicto que expone dilemas civilizatórios. *In: Hemisferio Izquierdo*, Nro. 31, junho de 2019[c], Montevideo. Disponível em: <https://www.hemisferioizquierdo.uy/single-post/2019/06/25/Las-universidades-p%C3%BA-blicas-en-el-gobierno-de-Bolsonaro-un-conflicto-que-expone-dilemas-civilizatorios>

\_\_\_\_\_. *Universidade e heteronomia cultural: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

\_\_\_\_\_. (Comp.) *Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas*. Rosario, Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

\_\_\_\_\_. Reforma universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista. ABOITES, Hugo; GENTILI, Pablo; SADER, Emir (comp.) *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a Questão Ambiental: Desafios Epistêmicos. *In: LEHER, R.; SILVA, S. M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. Revista Universidade e Sociedade*, n. 54, p. 6-17, ago. 2014.

LEHER, R.; VITTORIA, P. Social movements and critical pedagogy in Brazil: From the origins of popular education to the proposal of a Permanent Forum. *Journal for critical education policy studies*, v. 13, p. 145-162, 2015.



- LEVINS, R.; LEWONTIN, R. *Biology under the influence: Dialectical essays on ecology, agriculture, and health*. Nova York: Monthly Review Press, 2007.
- LOTURCO, B. *Prêmios Santander antecipam inscrições*. 2009. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=17495>, acesso em: 03/09.
- LOUREIRO, C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico – natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1980.
- MACIENTE, A. N.; PEREIRA, R. H. M. e NASCIMENTO, P. A. M. “A distribuição de profissionais técnico-científicos pelo território brasileiro em 2000 e 2010”. Texto para Discussão IPEA, n. 1927, janeiro de 2014. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2654/1/TD\\_1927.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2654/1/TD_1927.pdf), acesso em: jul. 2019.
- SCRIVANO, R.; MONTEIRO, R. “Gigante petroleira investe no álcool do Brasil”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 abr. 2008.
- MAGALHÃES, Ana; CAMARGO, Daniel e JUNQUEIRA, Diego. “Desmatamento, pecuária e extração ilegal de madeira estão entre as causas do número recorde de incêndios na maior floresta tropical do mundo”. *Carta Capital*, 24 de agosto de 2019, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/>, acesso em: 10 de setembro de 2019.
- MAYO, P. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

- MANSFIELD, E. Academic research and industrial innovation: An update of empirical findings, *Research Policy* 26, p. 773–776, 1998.
- MARRERO, Carmelo L. Puerto Rico: etanol, proposta errônea. *Biodiversidad*, 6/04/2009, [http://www.biodiversidadla.org/Principal/Prensa/Puerto\\_Rico\\_etanol\\_propuesta\\_erronea](http://www.biodiversidadla.org/Principal/Prensa/Puerto_Rico_etanol_propuesta_erronea). Acesso em 01/10/2019.
- MARRERO, R. *Monsanto, Syngenta & Co Jump on Biofuel Bandwagon in Brazil*. 2008. Disponível em: <http://www.brazzil.com/articles/190-april-2008/10062-biotech-biofuel-brazil.html>.
- MEC, Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192)
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação de Marx*. SP: Boitempo, 2006.
- MILANEZ, Artur Y. e NYKO, Diogo. O futuro do setor sucroenergético e o papel do BNDES. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7062/1/O%20futuro%20do%20setor%20sucroenerg%C3%A9tico%20e%20o%20papel%20do%20BNDES\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7062/1/O%20futuro%20do%20setor%20sucroenerg%C3%A9tico%20e%20o%20papel%20do%20BNDES_P.pdf)
- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA, Secretaria de Acompanhamento Econômico, Tesouro Nacional. Diagnóstico do Fies, Brasília, junho de 2017.

MONSANTO, Monsanto em Campo. Presidente da Fundação Monsanto dal sobre investimentos sociais no mundo. Disponível em <http://monsantoemcampo.hospedagemdesites.ws/?p=1792>. Acesso em 01/10/19.

\_\_\_\_\_. Monsanto Universidades, Programa de Relacionamento com Universidades, disponível em: <https://www.monsantouniversidades.com.br/>. Acesso em 01/10/19.

MORCEIRO, P. C; GUILHOTO, J. J. M. *Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira*. NEREUS, USP (TD Nereus 01-2019). Disponível em: [http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD\\_Nereus\\_01\\_2019.pdf](http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_Nereus_01_2019.pdf)

MORENO, C.; MITTAL, A. *Food & energy sovereignty now: brazilian grassroots position on agroenergy*, 2008. Disponível em: [http://oaklandinstitute.org/pdfs/biofuels\\_report.pdf](http://oaklandinstitute.org/pdfs/biofuels_report.pdf).

MOODY, Josh. “Universidade de Harvard arrecada recorde de US\$ 96 bilhões em fundos”. *Revista Forbes*, 27 set. 2018. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/negocios/2018/09/universidade-de-harvard-arrecada-recorde-de-us-96-bilhoes-em-fundos/>

NASSAR, N. “Tecnologia Terminator: As sementes suicidas e ... assassinas”. In: JACQUES, Luiz. *Nosso Futuro Roubado*, 20 de abril de 2015. Disponível em: <https://nossofuturo-roubado.com.br/tecnologia-terminator-as-sementes-suicidas-e-assassinas-artigo-de-nagib-nassar/>, acesso em: agosto de 2019.

OLIVEIRA, F. Crise financeira? *Carta Maior*, 1/4/2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/>

materiaMostrar.cfm?materia\_id=15900, acesso em: 10/04/2009.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003

OPI Santa Cruz. *Las mineras compran Universidades Argentinas*. 03 out. 2008. Disponível em: <http://www.opisanta-cruz.com.ar/home/2008/10/03/las-mineras-compran-universidades-argentinas/3704>, acesso em: 10/03/09.

PACHECO, C. A. O FNDCT e a reforma do financiamento de CT&I. Fórum RNP, Brasília, 8/11/16, Disponível em: <http://docplayer.com.br/74715303-O-fndct-e-a-reforma-do-financiamento-de-ct-i.html>, acesso em: agosto de 2019.

PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PIRES, P. e SEMIS, L. *Revista Nova Escola*, 8 abr. 2019, <https://novaescola.org.br/conteudo/16849/brasileira-canibal-e-mec-e-um-abacaxi-relembre-as-frases-mais-polemicas-do-ex-ministro-velez-rodriguez>

PERES, Frederico & MOREIRA, Josino Costa (org.). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. 384 pp.

PORTAL BNDES. Etanol 2G: inovação em biocombustíveis. BNDES, 9/12/2016, Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/etanol-2g-inovacao-biocombustiveis>, acesso em: 2/9/2019

PORTAL IF. "Relatório da Clarivate para a Capes revela panorama da produção científica do Brasil (2011-2016)". *Instituto de Física*, USP, Disponível em: [https://portal.if.usp.br/ifusp/pt-br/not%C3%ADcia/panorama-da-](https://portal.if.usp.br/ifusp/pt-br/not%C3%ADcia/panorama-da)

-produção de 30% do PIB em 2011-2016

PRESTES, A. L. Da “declaração de março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Crítica Marxista*, Campinas/São Paulo, n. 32, p.147-174, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (compilador) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

REDE BRASIL ATUAL. “MEC bloqueia parte do orçamento da UnB, UFF e UFBA”. *Rede Brasil Atual*, 30 abr.2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/04/mec-bloqueia-parte-do-orcamento-da-unb-uff-e-ufba/>

RIBEIRO, S. *Geopiratería en Oaxaca... y mucho más*. 2009. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2009/01/31/index.php>, acesso em: 02/04/09.

\_\_\_\_\_. Quiere bajar la producción? ¡Use transgénicos!, *La Jornada*, 9/7/2008. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2008/07/19/index.php?section=opinion&article=021a1eco>, acesso em: 10/02/09.

RUDNITZKI, E.; OLIVEIRA, R. e FONSECA, B. O que os olavistas querem do Ministério da Educação. *Pública: Agência de Jornalismo Investigativo*, 7 mai. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/o-que-os-olavistas-querem-do-ministerio-da-educacao/>

SAAD FILHO, A. e MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São. Paulo: Boitempo, 2018

SALMERON, R. A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. DF: Ed. UnB, 1999.

- SANDERS, Robert. BP selects UC Berkeley to lead \$ 500 million energy research consortium with partners Lawrence Berkeley National Lab, University of Illinois, UC Berkeley News, 01/02/2007, disponível em: [https://www.berkeley.edu/news/media/releases/2007/02/01\\_ebi.shtml](https://www.berkeley.edu/news/media/releases/2007/02/01_ebi.shtml). Acesso em 01/10/2019.
- SANTANDER. Nota de Imprensa, 19/11/2015. Prêmios Santander Universidades revela seus vencedores. Disponível em: <https://www.santander.com.br/document/wps/19.11.15-Premios-Santander-Universidades-revela-seus-vencedores.pdf>, acesso em: agosto de 2019.
- SCHEMAN, L. R. (Ed.) *The alliance for progress*. Nova York: Praeger, 1988.
- SCIENCE-METRIX. Analytical Support for Bibliometrics Indicators. Final Report, January 2018, Disponível em: [http://www.science-metrix.com/sites/default/files/science-metrix/publications/science-metrix\\_open\\_access\\_availability\\_scientific\\_publications\\_report.pdf](http://www.science-metrix.com/sites/default/files/science-metrix/publications/science-metrix_open_access_availability_scientific_publications_report.pdf)
- SEDILLO, S. Amenaza de genocídio: Mapeo militar de Estados Unidos contra los indígenas de México. Left Turn Magazine, publicado em <https://elenemigocomun.net/es/2009/06/amenaza-genocidio-mapeo-militar/>
- SILVA, Laís Ribeiro da. O BNDES e a sustentação do setor sucroenergético no Brasil: implicações territoriais no contexto neoliberal e de financeirização. Dissertação de mestrado em Geografia da UFU. Universidade Federal de Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18930/1/BNDESSustentacaoSetor.pdf>, acesso em: 2/9/19.

- SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. L. *Academic capitalism – politics, policies and the entrepreneurial university*. Baltimore, USA/ London, England: The John Hopkins University Press, 1999.
- STEDILE, J. P. (Org.) *A questão agrária no Brasil*, vol. 4 – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SVAMPA, M. et al. Nueva embestida de La Alumbreira y el rol de las Universidades Públicas. 2009. Disponível em: [http://www.anred.org/breve.php?id\\_breve=3927](http://www.anred.org/breve.php?id_breve=3927).
- UOL, Brasília, 31/12/18, Na véspera da posse, Bolsonaro critica lixo marxista nas escolas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/31/bolsonaro-marxismo-escolas.htm>
- VERBITSKY, H. Verano del '96, *Página 12*, 26 de abril, 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/el-pais/1-123932-2009-04-26.html>, acesso em: 26 de abril de 2009.
- WASHBURN, J. *An unholy alliance – UC Berkeley's \$500-million deal with BP challenges traditional public-private partnerships*. April 8, 2007. Disponível em: [http://www.newamerica.net/publications/articles/2007/an\\_unholy\\_alliance\\_5134](http://www.newamerica.net/publications/articles/2007/an_unholy_alliance_5134).
- WIKIPEDIA. Trade in Services Agreement. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Trade\\_in\\_Services\\_Agreement](https://en.wikipedia.org/wiki/Trade_in_Services_Agreement)
- WORLD BANK. *Priorities and strategies in education: a World Bank Review*. Washington D. C.: World Bank Publication, 1995.
- ZIBECHI, R. Paraguay – Entre Lula e a soja, *ALAI, América Latina en Movimiento*, 21 nov. 2008. Disponível em: <http://alainet.org/active/27581&lang=es>.





## **SOBRE O AUTOR**

Roberto Leher é professor titular de Políticas Públicas em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação da mesma instituição, colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, pesquisador do CNPq e coordena o Coletivo de Pesquisa em Marxismo e Educação da Faculdade de Educação da UFRJ.



Coleção Emergências

Autoritarismo contra a universidade:  
o desafio de popularizar a defesa da  
educação pública

EDIÇÃO

Jorge Pereira Filho  
Miguel Yoshida

COPIDESQUE

Lia Urbini

ILUSTRAÇÃO

Cesar Habert Paciornik

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Bogari

Sobre o livro

Formato: 120 x 180 mm

Mancha: 85 x 145 mm

Tipologia: Frutiger LT Std 10/14

Papel: Polen soft 80 g/m<sup>2</sup>

Cartão 250g/m<sup>2</sup> (capa)

1ª edição: 2019